

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Antônio Marcos Feitosa Gomes

A *Arte da Gramática* (1595) de José de Anchieta: projeto pedagógico e tradução intercultural da descrição linguística a partir de suas fontes latinas e humanistas

Juiz de Fora

2026

Antônio Marcos Feitosa Gomes

A Arte da Gramática (1595) de José de Anchieta: projeto pedagógico e tradução intercultural da descrição linguística a partir de suas fontes latinas e humanistas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.
Área de concentração: Linguística.
Linha de Pesquisa: Linguagem e Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes – UFJF

Coorientador: Prof. Dr. Manuel Gonçalo de Sá Fernandes – UTAD

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gomes, Antônio Marcos Feitosa.

A Arte da Gramática (1595) de José de Anchieta : projeto pedagógico e tradução intercultural da descrição linguística a partir de suas fontes latinas e humanistas / Antônio Marcos Feitosa Gomes. -- 2026.

146 f.

Orientador: Fábio da Silva Fortes

Coorientador: Manuel Gonçalo de Sá Fernandes

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2026.

1. Historiografia Linguística. 2. José de Anchieta. 3. Tupinambá. 4. Gramatização. 5. Tradução intercultural. I. Fortes, Fábio da Silva, orient. II. Fernandes, Manuel Gonçalo de Sá, coorient. III. Título.

Antônio Marcos Feitosa Gomes

A Arte da Gramática (1595) de José de Anchieta: projeto pedagógico e tradução intercultural da descrição linguística a partir de suas fontes latinas e humanistas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Aprovada em 30 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes – Presidente da Banca e Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Manuel Gonçalo de Sá Fernandes – Coorientador
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Prof. Dr. Leonardo Ferreira Kaltner
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Alessandro Jocelito Beccari
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Fernando Adão de Sá Freitas
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Fortes, Professor(a)**, em 10/07/2026, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Jocelito Beccari, Usuário Externo**, em 10/07/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Adão de Sá Freitas, Usuário Externo**, em 10/07/2026, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Gonçalo de Sá Fernandes, Usuário Externo**, em 11/07/2026, às 04:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Ferreira Kaltner, Usuário Externo**, em 13/07/2026, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cezar Alexandre Neri Santos, Usuário Externo**, em 13/07/2026, às 12:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3079136** e o código CRC **67F13AB3**.

Juiz de Fora, 10/07/2026.

Dedico esta tese aos meus pais, que sempre torceram por mim e me apoiaram, mesmo quando outras vozes aconselhavam a desistência. A eles, que, embora não tenham concluído o ensino fundamental, ensinaram-me, pela vida, pela dignidade e pela resistência, que o conhecimento também se constrói pela coragem de permanecer.

Dedico-a, igualmente, à população negra e afrodescendente brasileira, especialmente àqueles que, ao longo da história, foram afastados dos espaços de prestígio, de produção científica e de reconhecimento intelectual. Neste percurso, não chego sozinho: comigo caminham vozes, memórias, silêncios, lutas e esperanças de muitos que vieram antes de mim. Como negro, sertanejo e nordestino, filho de pais que não tiveram acesso à escolarização plena, chegar a este lugar é mais do que uma conquista individual: é afirmação de presença, pertencimento e possibilidade.

Entre uma língua e outra, não se deslocam apenas palavras: atravessam-se mundos, memórias, vínculos e modos de existir. Nesta pesquisa, dedicada ao estudo da linguagem, da tradução intercultural e da gramatização, reconheço que toda palavra carrega história, experiência humana e lugar de enunciação.

Que estas páginas possam também ecoar vozes, presenças e possibilidades historicamente silenciadas, afirmando que há lugar para nós na universidade, na ciência, na linguagem, na história e em todos os espaços de produção do saber.

AGRADECIMENTOS

Escrever estes agradecimentos é retornar, com serenidade e gratidão, ao percurso que me conduziu à conclusão desta tese. O doutorado não se fez apenas de leituras, escrita, revisões e pesquisa. Fez-se também de espera, renúncia, deslocamentos, dúvidas, recomeços e da contribuição de instituições que, em momentos decisivos, ajudaram-me a seguir adiante.

Agradeço, antes de tudo, a Deus, pela sabedoria concedida, pela proteção diária e pela força nos dias em que o percurso pareceu mais difícil. Na fé, encontrei equilíbrio para continuar, mesmo quando o cansaço e as incertezas se fizeram presentes. A Ele, agradeço pela vida, pelas portas abertas e pela possibilidade de chegar até aqui.

Aos meus pais, agradeço pelo apoio constante, pelo incentivo e pelo amor que sempre sustentaram minha caminhada. De modo especial, agradeço à minha mãe, que esteve presente em cada etapa, muitas vezes por meio de suas orações, de sua preocupação e de sua confiança em mim. Saber que eu era lembrado em suas orações foi, em muitos momentos, uma forma de amparo e encorajamento.

Ao meu filho, Thales Kainan, agradeço por estar ao meu lado e por ser uma das razões mais profundas da minha perseverança. Sua presença deu sentido a muitas escolhas feitas ao longo desse percurso. Que esta conquista também te mostre que o estudo, a dedicação e a persistência podem transformar caminhos.

Ao meu irmão Cláudio, agradeço por sempre acreditar em mim e por se alegrar com minha caminhada no doutorado. Mesmo à distância, seus conselhos, suas orientações e seu apoio contínuo estiveram presentes em momentos importantes deste percurso. Gratidão, meu irmão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, agradeço pela orientação, pela leitura cuidadosa do meu texto e pelo acompanhamento atento durante a elaboração desta tese. Suas observações, seus questionamentos e suas sugestões foram fundamentais para que eu pudesse amadurecer o trabalho, rever caminhos e aprimorar a escrita. Agradeço também pela confiança depositada em mim e pela presença nos momentos decisivos deste processo formativo.

Agradeço aos professores do doutorado com os quais tive a honra de aprender ao longo desta trajetória. Suas aulas, leituras, críticas e contribuições foram recebidas

com respeito e gratidão, pois me ajudaram a ampliar perspectivas, a fortalecer minha formação acadêmica e a aprimorar esta pesquisa.

Aos membros do grupo de pesquisa de Platão, agradeço pelas leituras, discussões e interlocuções que contribuíram para meu amadurecimento no pensamento crítico. Ao grupo de pesquisa CirceA, registro também minha gratidão pelas apresentações, comentários e diálogos acadêmicos que me proporcionaram valiosos aprendizados no ambiente universitário.

Ao Professor Gonçalo, diretor do CEL — Centro de Estudos em Letras, manifesto minha gratidão especial pela acolhida durante o estágio doutoral na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — UTAD, em Portugal. Agradeço pelo acesso aos equipamentos, à biblioteca e ao gabinete de estudos, espaço onde pude ler e escrever com tranquilidade, tendo diante de mim a paisagem natural e a vista da ponte, que tantas vezes me trouxeram serenidade durante a escrita.

Agradeço-lhe também pelos convites para participar de reuniões acadêmicas e do congresso em homenagem a Luiz Vaz de Camões, bem como pela oportunidade de integração às atividades vinculadas ao CEL. Essa experiência ampliou meu horizonte de pesquisa, favoreceu o acesso a leituras que eu não havia conseguido encontrar em arquivos digitais e fortaleceu minha formação como pesquisador.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido durante o curso de doutorado e pelo financiamento do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que possibilitou o desenvolvimento de parte desta pesquisa na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Portugal, contribuindo significativamente para o amadurecimento científico desta pesquisa.

A experiência no CEL/UTAD marcou minha trajetória acadêmica e pessoal. Nesse período, pude ampliar minhas leituras, dialogar com pesquisadores, participar de conferências e congressos e desenvolver atividades que contribuíram diretamente para o amadurecimento desta tese. Também tive a honra de publicar trabalhos e participar de experiências acadêmicas vinculadas à Universidade de Lisboa, o que fortaleceu minha inserção no campo dos estudos linguísticos.

Por fim, deixo registrada minha gratidão a todos que acreditaram nesta etapa da minha formação. Esta tese expressa parte importante da minha trajetória acadêmica e do compromisso que assumi com a pesquisa, com a educação e com a produção do conhecimento. Ao concluí-la, reconheço que esta conquista se tornou possível pela fé que me sustentou, pela orientação recebida, pelo apoio recebido nos momentos necessários e pelo compromisso permanente com a vida acadêmica.

“Todo conhecimento é uma realidade histórica”.

(Auroux, 1992, p.11)

RESUMO

Esta tese investiga, sob a perspectiva da Historiografia Linguística, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, buscando compreender de que maneira o jesuíta empreende a gramatização do tupinambá a partir de categorias oriundas das tradições gramaticais latinas e humanistas. A pesquisa parte do problema de compreender como Anchieta utiliza modelos descritivos europeus na sistematização de uma língua indígena ágrafa e de que forma esse procedimento se relaciona ao ensino jesuítico, à catequese e ao contexto colonial do século XVI. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se nos princípios da Historiografia Linguística propostos por Koerner, especialmente os princípios da contextualização, da imanência e da adequação histórica, articulados à teoria das quatro camadas de Swiggers. A investigação realiza uma análise imanente da gramática anchietana, considerando suas categorias internas, sua organização estrutural e os procedimentos de descrição empregados pelo autor. Os resultados indicam que a obra de Anchieta constitui um instrumento de tradução intercultural e de gramatização marcado pela forte influência da tradição greco-latina, sobretudo de autores como Donato, Despautério, Nebrija e João de Barros. Observou-se que Anchieta organiza o tupinambá segundo categorias europeias, ainda que a própria estrutura da língua indígena frequentemente imponha adaptações e deslocamentos conceituais. Conclui-se que a gramática anchietana participa simultaneamente do projeto pedagógico jesuítico, das dinâmicas coloniais de dominação e da constituição histórica do pensamento linguístico no Brasil, preservando, ao mesmo tempo, importantes registros da língua tupinambá.

Palavras-chave: historiografia linguística; José de Anchieta; tupinambá; gramatização; tradução intercultural.

ABSTRACT

This thesis investigates, from the perspective of Linguistic Historiography, José de Anchieta's *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), seeking to understand how the Jesuit undertakes the grammatization of tupinambá through categories derived from Latin and humanist grammatical traditions. The research begins from the problem of understanding how Anchieta employs European descriptive models in the systematization of a non-written Indigenous language and how this procedure relates to Jesuit education, catechesis, and the colonial context of the sixteenth century. Methodologically, the study is grounded in the principles of Linguistic Historiography proposed by Koerner, especially the principles of contextualization, immanence, and historical adequacy, articulated with Swiggers' theory of the four layers. The investigation develops an immanent analysis of Anchieta's grammar, considering its internal categories, structural organization, and the descriptive procedures employed by the author. The results indicate that Anchieta's work constitutes an instrument of intercultural translation and grammatization marked by the strong influence of the Greco-Latin tradition, especially authors such as Donatus, Despauterius, Nebrija, and João de Barros. It was observed that Anchieta organizes tupinambá according to European categories, even though the very structure of the Indigenous language frequently imposes conceptual adaptations and displacements. It is concluded that Anchieta's grammar simultaneously participates in the Jesuit pedagogical project, in the colonial dynamics of domination, and in the historical constitution of linguistic thought in Brazil, while also preserving important records of the Tupinambá language.

Keywords: linguistic historiography; José de Anchieta; tupinambá; grammatization; intercultural translation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percurso metodológico da pesquisa.....	40
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Os capítulos da Gramática de Anchieta e seu resumo.....	22
Quadro 2 -	Comparativo entre os primeiros capítulos das <i>Gramáticas</i> de Nebrija, de Barros e Anchieta.....	27
Quadro 3 -	Quadro-síntese do capítulo segundo da <i>Gramática</i> de Anchieta.....	68
Quadro 4 -	Quadro-síntese do capítulo terceiro da <i>Gramática</i> de Anchieta.....	71
Quadro 5 -	Soluções descritivas de Anchieta no que diz respeito aos meta- termos latinos.....	79
Quadro 6 -	Mecanismos de desambiguação do tupinambá.....	86
Quadro 7 -	Síntese do capítulo das preposições.....	89
Quadro 8 -	Síntese dos últimos capítulos da <i>Gramática</i> de Anchieta.....	96
Quadro 9 -	Quadro comparativo entre a estrutura das obras gramaticais de Donato, Agostinho e Anchieta.....	114

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA: UMA VISÃO IMANENTE DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA.....	26
2.1	ANCHIETA E O RENASCIMENTO LINGUÍSTICO.....	26
2.2	KOERNER E OS ESTUDOS DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA.....	29
2.3	HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA.....	32
2.3.1	Princípio da contextualização.....	38
2.3.2	Princípio da imanência.....	38
2.3.3	Princípio de adequação histórica.....	39
2.3.4	Encaminhamentos.....	40
3	A GRAMÁTICA DE ANCHIETA NO PANORAMA HISTÓRICO.....	41
3.1	HISTÓRICO DA COMPANHIA DE JESUS.....	41
3.1.1	Inácio de Loyola e os primórdios.....	41
3.1.2	Histórico da Companhia de Jesus no Brasil.....	42
3.1.3	Os jesuítas e seu interesse pelas línguas estrangeiras.....	47
3.1.4	José de Anchieta: do compromisso religioso às contribuições linguísticas e literárias.....	51
3.1.5	José de Anchieta e o aprendizado do tupinambá.....	54
4	UMA ANÁLISE IMANENTE DA ARTE DE GRAMÁTICA DE JOSÉ DE ANCHIETA.....	60
4.1	A SISTEMATIZAÇÃO DO TUPINAMBÁ.....	60
4.1.1	Das letras.....	60
4.1.2	Da ortografia ou pronúncia.....	64
4.1.3	De accentu.....	69
4.1.4	Dos nomes.....	74
4.1.5	Dos pronomes.....	75
4.1.6	Dos verbos, Anotações na Conjuação, Da construção dos verbos ativos e De algumas maneiras de verbos em que esta anfibologia se tira.....	81
4.1.7	Das preposições.....	87
4.1.8	Mais alguns capítulos acerca dos verbos.....	90

5	A DESCRIÇÃO VERBAL DE ANCHIETA E SUAS FONTES: TRADUÇÃO GRAMATICAL E INTERCULTURAL.....	98
5.1	A GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E A EXPANSÃO DA TRADIÇÃO EUROPEIA.....	98
5.2	HIBRIDISMO CULTURAL E MEDIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA AMÉRICA.....	106
5.3	DIÁLOGOS ENTRE ANCHIETA E OS GRAMÁTICOS LATINOS.....	107
5.4	DIÁLOGOS ENTRE ANCHIETA E OS GRAMÁTICOS IBÉRICOS.....	124
6	CONCLUSÃO.....	135
	REFERÊNCIAS.....	139
	ANEXO A – Chaves histórico-linguísticas da Gramática de Anchieta.....	145

1 INTRODUÇÃO

I

Desenvolver uma análise do pensamento linguístico gramatical de Anchieta requer compreender o contexto de sua obra no Brasil do século XVI. Essa é uma tarefa que exige dos historiadores da linguagem uma abordagem interdisciplinar do tema. A gramática anchietana¹ é um dos materiais para o estudo da língua do povo tupinambá sob o ponto de vista da linguística histórica e, de fato, não é possível analisar a gramática de Anchieta sem considerar a língua Tupinambá² conforme descrita por Anchieta. Para isso, também é necessário atravessarmos algumas reflexões sobre a tupinologia na interpretação da obra de Anchieta, numa perspectiva imanente, conforme Koerner (2014).

Com relação ao primeiro ponto, o processo colonial é repleto de contradições, especialmente nas relações entre portugueses e indígenas (Vainfas, 2022). Uma dessas contradições é marcada pela presença dos jesuítas, que, em alinhamento com a Coroa Portuguesa, vieram catequizar os povos originários como estratégia da dominação e de alinhamento da população da colônia com a fé católica praticada pela metrópole. Entretanto, esse objetivo só poderia ser atingido se os povos indígenas e os jesuítas conseguissem se comunicar, ainda que minimamente. É nesse sentido que o Padre Anchieta, expoente desse processo, decidiu aprender a língua tupinambá, uma vez que, apenas conhecendo a língua daquele povo, seria possível apresentar e impor o cristianismo como regra cultural (Batista, 2005, p. 123).

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Leonardo Ferreira Kaltner pela pertinente sugestão apresentada durante a arguição. Cumpre esclarecer que todas as investigações e análises relativas ao *corpus* foram realizadas mediante consulta à edição fac-símile da fonte original, correspondente à primeira edição da *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta. Embora não seja reproduzida nos anexos, essa edição constitui o *corpus* documental central da tese. A consulta sistemática orientou a investigação e organização interna da obra, das categorias mobilizadas por Anchieta, dos procedimentos descritivos empregados e das relações estabelecidas com as tradições gramaticais latinas e humanistas, além de fundamentar as interpretações e os resultados apresentados.

² De acordo com Rodrigues (1997, p. 20): “O tupinambá, ou tupi antigo, foi documentado já no século XVI: em 1575 e 1578 foram publicados os primeiros textos nessa língua pelos franceses André Thevet e Jean de Léry, sendo que este último publicou também as primeiras observações gramaticais sobre ela; em 1595 foi editada a gramática que dela fez o padre Anchieta. Essa língua também deixou de ser falada na forma em que existia nos séculos XVI e XVII, quando era essencialmente o idioma dos índios tupinambá”. Pode-se dizer, então, ainda conforme o mesmo autor, para efeitos de definição, que a língua tupinambá é um idioma indígena do tronco Tupi-Guarani, falado majoritariamente pelos povos Tupinambás no litoral brasileiro entre os séculos XVI e XVII.

Ocorre que os povos originários das terras brasileiras eram povos sem escrita, de maneira que não havia uma sistematização documentada das regras da língua. Dessa forma, o Padre Anchieta documentou a gramática do tupinambá, sistematizando o pensamento linguístico desse povo indígena. A esse respeito, cabe destacar que, com a expressão “etnocêntrica”, pretende-se dizer que a descrição gramatical do tupinambá que José de Anchieta empreendeu, orientava-se, sobretudo, por uma tentativa de se adequar as características distintivas da língua indígena à estrutura da língua latina, tal qual vinha sendo feito por outros gramáticos ibéricos na descrição de línguas como o português e o espanhol (Kaltner; Silva, 2019).

Sendo assim, o trabalho do Padre Anchieta tinha o intuito de possibilitar que outros padres jesuítas conhecessem o idioma tupinambá e pudessem ajudar no projeto colonial de catequização indígena. Desse modo, como explica Batista (2005, p. 122), a necessidade de se conhecer a língua e se documentar a gramática era justificada pela demanda dos padres na celebração litúrgica da homilia a ser realizada em Tupinambá. O autor ressalta que Padre Anchieta não foi o único sacerdote a realizar esse esforço de consolidar uma gramática para o Tupinambá, mas certamente foi o maior e mais bem-sucedido expoente desse processo, além de ter sido o pioneiro. Batista (2005) menciona que a língua quiriri também passou pelo mesmo processo e outros dois padres, Luís Figueira³ e Luís Vincencio Mamiani⁴, também elaboraram gramáticas.

Desse modo, o estudo da gramática escrita por Anchieta, em sua obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de 1595, contribui para a compreensão das ideias linguísticas do século XVI. Isso porque tal entendimento se dá por meio da descrição que obra empreende tanto da morfologia quanto da sintaxe da língua tupinambá, tendo em vista os objetivos de uso prático daquela língua no contexto da colonização portuguesa

Nesta tese, buscamos analisar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, considerando sua relação com o ensino jesuítico e com as tradições gramaticais latinas e humanistas. Partimos do problema de compreender como a descrição do tupinambá é construída a partir de categorias

³ *Arte da Língua Brasileira*, 1621.

⁴ *Arte de Gramática da Língua Brasileira da Nação Kiriri*, 1699.

provenientes da gramática latina e de que forma tais categorias são aplicadas, ajustadas ou mantidas no processo de descrição de uma língua distinta.

Diante disso, perguntamo-nos como Anchieta organiza a descrição da língua e quais procedimentos adota ao recorrer a modelos já consolidados na tradição europeia. Nessa perspectiva, interessa-nos observar até que ponto há correspondência entre esses modelos e os elementos da língua descrita, bem como identificar possíveis deslocamentos, ausências e reinterpretações. Ao mesmo tempo, buscamos compreender como essa gramática se insere no contexto do ensino e da atuação missionária, considerando sua função na aprendizagem da língua.

Nesse contexto, investigamos a relação entre descrição linguística, ensino e tradução entre sistemas diferentes, tendo como foco a presença das fontes latinas e humanistas na organização da obra. Procuramos, assim, compreender como se dá esse processo e quais são seus efeitos na forma como a língua é apresentada no texto.

Dessa maneira, podemos formular a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Como José de Anchieta mobiliza categorias da tradição gramatical latina e humanista na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) para descrever o tupinambá, e como esse procedimento se relaciona com o ensino e com o contexto de produção da obra?

A análise desse *corpus* importa, entre outras razões, justamente porque foi o primeiro esforço de construção de uma gramática do Tupinambá e, nesta posição, poderia contribuir para a reconstrução do ideário linguístico em que se preservaram as características do Tupinambá. No entanto, perguntamo-nos, ainda: em que medida esse empreendimento teórico revela, antes, um pensamento linguístico propriamente europeu, centrado em suas fontes latinas e portuguesas? Para responder a essas questões, esta pesquisa pretende identificar, especificamente, o tratamento dos elementos sintáticos e semânticos associados à categoria dos verbos na descrição de Anchieta como passo fundamental no processo de gramatização⁵ do Tupinambá.

Para tanto, revisamos a literatura dos últimos cinco anos sobre os estudos da gramática anchietana e constatamos que, dentre esses estudos, não se tem, propria-

⁵ Auroux (2014, p. 65) afirma que por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua com base na gramática e no dicionário.

mente, uma investigação sobre como Anchieta descreve a ordem dos elementos verbais na sua constituição descritiva e analítica, eventualmente em contraponto com a tradição gramatical vernacular europeia. Diante disso, acrescentamos à pesquisa o recorte metodológico de análise do *corpus* em suas categorias teóricas internas, segundo o chamado “Princípio da imanência” (Koerner, 2014, p. 59)⁶.

Os diversos manuais de gramática foram tradicionalmente elaborados a partir de línguas que são escritas, havendo, portanto, certo ineditismo na empreitada de Anchieta de criar uma gramática para uma língua ágrafa. Parte desta pesquisa é também avaliar em que medida Anchieta constrói seu projeto gramatical com base naquilo que poderíamos aqui chamar de “perspectiva pragmática”, isto é, aquela que implica considerar os contextos em que as estruturas sintáticas são produzidas, para então construir a sistematização da língua⁷. Nesse sentido, conhecer as ideias linguísticas que fundaram o pensamento jesuíta é essencial para entender se uma abordagem fundada na prática da língua estava na base do projeto gramatical anchietano.

Sendo assim, quanto mais preocupada com os usos sociais da língua e seus efeitos de sentido, menos exógena seria essa gramática e menos estranha à identidade dos nativos. Entretanto, se, por um lado, uma perspectiva mais pragmática da descrição gramatical pareceria mais útil, considerando o propósito de ajudar os demais missionários na sua estratégia de catequização; por outro lado, quando se observam as influências renascentistas do autor, conforme aponta Batista (2005), já se tem uma pista para entender como a gramática clássica pode ter impedido uma abordagem mais ligada ao uso real da linguagem.

Como mencionado, o objeto de investigação deste trabalho é a gramática da língua Tupinambá, elaborada por José de Anchieta, analisada à luz da Historiografia Linguística. Nesse cenário, o objetivo geral desta tese consiste em investigar, do ponto de vista historiográfico, como José de Anchieta empreende a gramatização do tupinambá na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), a partir de suas fontes latinas e humanistas, e como essa elaboração se relaciona ao projeto

⁶ Assim Koerner define tal princípio: O quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, deve ser definido internamente e não em referência à doutrina linguística moderna.

⁷ Compreende-se a ordem dos verbos não apenas como estrutura sintática, mas enquanto reflexo das intenções comunicativas do falante seria mais produtiva. Cabe, entretanto, à análise minuciosa da obra oferecer subsídios empíricos que confirmem ou refutem tal hipótese. Por esta razão, optamos por adotar a definição de pragmática proposta por Tommaso Raso (2023), segundo a qual a pragmática constitui o estudo da linguagem sob a perspectiva do falante.

pedagógico jesuítico e à tradução intercultural da descrição linguística no contexto do Brasil do século XVI.

Para alcançar tal finalidade, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever, no âmbito do estudo imanente da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), as categorias gramaticais mobilizadas por José de Anchieta na descrição do tupinambá, considerando o tratamento das diferentes classes de palavras, suas funções, posições e articulações no interior das construções linguísticas apresentadas;
- Analisar a organização e o encadeamento dos elementos descritos por Anchieta, observando-se os efeitos de sentido decorrentes dessas descrições e sua relação com o ensino da língua no contexto da produção da obra;
- Investigar a presença e o funcionamento de categorias provenientes da tradição gramatical latina e humanista na *Arte de gramática*, examinando como essas referências são mobilizadas na descrição do tupinambá;
- Analisar as relações entre a gramática de Anchieta e suas fontes latinas e ibéricas, identificando procedimentos de aproximação, adaptação ou deslocamento na utilização dessas tradições.

Nessa abordagem, espera-se, ao longo desta tese, verificar se se pode afirmar com alguma segurança que José de Anchieta ancorou a construção da sua *Gramática* na utilização pragmática da língua dos indígenas para além da influência dos gramáticos latinos e ibéricos.

II

Quanto à justificativa desta pesquisa, pode-se dizer que ela se relaciona com a tentativa de contribuir não apenas para a literatura linguística, mas também para o âmbito educacional. Com efeito, o trabalho poderá suscitar novos estudos sobre o entendimento da sintaxe do tupinambá na *Gramática* de José de Anchieta, numa perspectiva de reconstrução do ideário linguístico e, assim, servir como instrumento de compreensão para a gramática que foi elaborada no paradigma da norma padrão do século XXI.

Convém salientar que esta é uma pesquisa de caráter interdisciplinar, como costumam ser as da área de historiografia linguística, o que é explicado por Marcondes e Lima (2013, p. 53) nestes termos:

Um grau de importância e olhar inovador foram dados à Linguística quando se deu o seu surgimento, não só a ela, como também, a História. Assim, o estudo da língua para os pesquisadores se tornou mais amplo; peça-chave para o estudo da interdisciplinaridade e com novas metodologias de investigação. A HL torna-se produto histórico-social, tendo em vista duas áreas distintas de conhecimentos: a da Linguística e a da História que estão entrelaçadas entre si e entre outras áreas do conhecimento humano.

Partindo desse princípio, esta pesquisa se justifica por sua contribuição para a área da historiografia linguística, recuperando dados do passado histórico brasileiro para retomar a fundação de nossas ideias linguísticas. Por isso, esta investigação dialoga não apenas com a História e a Linguística, mas também com a Sociologia, as Ciências da Linguagem e a Antropologia, conforme assevera Law (2003, p. 4-5):

O ideal é que adotemos uma abordagem mais próxima dos métodos de trabalho de um antropólogo. Os antropólogos vão para um ambiente estrangeiro e participam da vida das pessoas, tentando descobrir a lógica interna por trás da maneira como elas organizam e justificam sua vida⁸.

Law faz referência à metodologia da observação participante desenvolvida por Malinowski, conhecido antropólogo polonês de expressão inglesa, que viveu entre os trobriandeses, uma tribo de aborígenes que vive em uma ilha perto da Austrália. Para o autor, tal metodologia não pretende que o estudioso se torne um nativo, mas que seja capaz de se colocar no lugar dele, buscando compreender seu entorno social (Malinowski, 1978)⁹.

Nessa lógica, espera-se que o linguista empreenda uma espécie de viagem ao tempo e ao espaço que pretende estudar, à maneira do antropólogo de Malinowski, sendo capaz de reconstruir o clima de opinião geral de uma determinada época e, assim, aproximar-se das teorias linguísticas do passado. Por isso, esta pesquisa justifica-se, ainda, pelo fato de que, por meio dela, espera-se não apenas compreender

⁸ Ideally, we will adopt an approach closer to the working methods of an anthropologist. Anthropologists go to a foreign environment and join in the life of people there, trying to figure out the inner logic behind the way in which they organise and justify their life.

⁹ Malinowski assim descreve a observação participante: “Destes mergulhos na vida dos nativos – que eu empreendi freqüentemente não apenas devido ao estudo mas porque toda a gente precisa de companhia humana – emergia sempre a clara sensação de que o seu comportamento e a sua maneira de ser, em todos os tipos de operações tribais, se tornavam mais transparentes e facilmente compreensíveis do que me eram antes” (Malinowski, 1978, p. 34).

cientificamente o processo de abordagem sintática na gramática de Anchieta como também questionar como essa gramática influenciou a escrita das gramáticas nos séculos subsequentes até chegar à normatização gramatical que se conhece no século XXI.

Além disso, não poderíamos deixar de justificar esta pesquisa pelos seus benefícios sociais intrínsecos. Logo, é imprescindível demonstrar neste estudo que, em 10 de março de 2008, o Brasil publicou a Lei número 11.645, que determina:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 2008).

Ora, a história de Padre Anchieta e sua obra de gramática do Tupinambá é parte desse passado que os alunos precisam conhecer e para o qual devem olhar criticamente. Nessa concepção, esta pesquisa pode fornecer mais um recurso para compor o repertório do professor da educação básica, para que ele possa discutir criticamente com os alunos o processo de colonização. Assim, este trabalho pode ajudar esse profissional a compreender a obra *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* como um instrumento de dominação, bem como entender a sistematização da gramática a partir de uma língua indígena.

Por fim, esta pesquisa justifica-se porque, como argumentam Kaltner e Santos (2021a, p. 3), “a produção intelectual no Brasil quinhentista e seiscentista é relativamente escassa, devido à dependência da produção intelectual de Portugal, em sua formação inicial como colônia”. Portanto, é fundamental compreendê-la hoje para entender o Brasil.

III

Cabe fazer algumas considerações acerca das edições da obra com a qual se pretende trabalhar nesta tese, isto é, a *Gramática* de Anchieta. Para tanto, segue-se o estudo de Kaltner (2020b, p. 716) acerca das sete edições da obra do jesuíta. Neste estudo, Kaltner reforça o que se afirmou acima, isto é, que os gramáticos latinos, sobretudo o flamengo Despautério, teve grande influência na obra anchietana.

De acordo com Kaltner (2020b, p. 717), a obra de Anchieta começou a ser escrita por volta de 1556. Embora a sua primeira publicação date de 1595, é certo que o texto de Anchieta teve imensa circulação na forma de manuscrito por toda a colônia. Assim, de acordo com o autor, pode-se mesmo dizer que uma rede de informantes indígenas, e também de outros missionários que dominavam a língua dos Tupinambás como o próprio Anchieta, contribuíram para a sucessivas versões do texto até a sua publicação em fins do século XVI:

Acreditamos que o processo de constituição da gramática anchietana se deu a partir de um “programa de investigação” no Brasil quinhentista, por uma rede de informantes indígenas, intérpretes e um círculo intelectual de missionários e administradores da colônia que possuíam formação humanística. Essa rede de interações, que se baseava no aprofundamento do contato linguístico inicial, permitiu ao missionário jesuíta empreender a tarefa de desenvolver uma gramática para a língua de catequese e contato da costa do Brasil no século XVI (Kaltner, 2020b, p. 718).

A *Gramática* de Anchieta possui 16 (dezesesseis) capítulos, que podem ser resumidos da seguinte maneira:

Quadro 1 - Os capítulos da Gramática de Anchieta e seu resumo

TÍTULO DO CAPÍTULO	CONTEÚDO
Capítulo I: Das Letras	Este capítulo, que ocupa três páginas da primeira edição da <i>Gramática</i> de José de Anchieta, procura representar os fonemas da língua dos Tupinambás por meio de letras latinas.
Capítulo II: Da Ortografia ou Pronúncia	Já este capítulo, que ocupa dez páginas da mencionada primeira edição, apresenta algumas variações fonéticas e, também, o registro escrito de alguns termos da língua indígena. Além disso, neste mesmo capítulo, faz-se uma descrição acerca da divisão silábica baseada nos princípios da gramática latina, tão influente na obra de Anchieta.

Capítulo III: <i>De Accentu</i>	Nas três páginas que compõem este capítulo, José de Anchieta pretende apresentar as regras de acentuação do idioma indígena.
Capítulo IV: Dos nomes	A extensão deste capítulo é de seis páginas. José de Anchieta apresenta, então, os substantivos da língua dos Tupinambás, ressaltando suas diferenças em relação à língua latina.
Capítulo V: Dos pronomes	No capítulo, que possui dezessete páginas de extensão, Anchieta “apresenta os principais pronomes da língua de contato. Os pronomes são apresentados em comparação com o sistema de casos latinos, apresentando nominativo, dativo, acusativo e vocativo, há a descrição de pronomes relativos e recíprocos” (Kaltner, 2020b, p. 6).
Capítulo VI: Dos verbos	O capítulo tem seis páginas. Nele, descobrem-se os tempos verbais e as pessoas da língua dos Tupinambá. Como exemplo, Anchieta serve-se do verbo <i>lucâ</i> , ou “matar”.
Capítulo VII: Anotações na Conjugação	Trata-se de um dos capítulos mais longos da <i>Gramática</i> , de exposição mais complexa que os demais. Neste, Anchieta apresenta as seis pessoas verbais e uma série de conjugações em tempos verbais distintos.
Capítulo VIII: Da construção dos verbos ativos	Anchieta aponta, nas três páginas que compõem este capítulo, diversos exemplos de construção frasal do idioma dos indígenas tendo em conta, sempre, a língua latina e a portuguesa como línguas de tradução.
Capítulo IX: De algumas maneiras de verbos em que esta anfibologia se tira.	O capítulo IX da <i>Gramática</i> serve para se descrever alguns verbos a partir dos morfemas iniciais e, também, abordar a questão dos advérbios.
Capítulo X: Das preposições	Como indicado em seu título, no presente capítulo, Anchieta trata da questão das preposições. Conforme indica Kaltner (2020b), este capítulo possui diversos metatermos latinos.
Capítulo XI: <i>De sum, es, fui</i>	Neste capítulo, Anchieta serve-se do paradigma latino para detalhar a utilização dos verbos de ligação na linguagem indígena.
Capítulo XII: Dos verbos neutros feitos ativos	É um capítulo curto em que Anchieta descreve a forma como o acréscimo de algumas partículas, como <i>mo</i> e <i>ro</i> transformam verbos ditos neutros em verbos ativos.
Capítulo XIII: Dos ativos feitos neutros	Complemento do capítulo anterior.
Capítulo XIV: Da composição dos verbos	Neste capítulo, que tem apenas duas páginas, Anchieta dá alguns exemplos de composição frasal com verbos e advérbios.
Capítulo XV: Da repetição dos verbos	Trata da formação dos verbos pela repetição do seu radical.

Capítulo XVI: De alguns verbos irregulares de Aê	É um capítulo dedicado ao verbo Aê (Eu digo).
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Kaltner (2020b) e Anchieta (1595).

A primeira edição do trabalho de Anchieta foi obra do tipógrafo e editor Antônio de Mariz, na cidade de Coimbra. À época da publicação do texto (1595), Antônio de Mariz atuava como impressor e revisor vinculado à Universidade de Coimbra. De acordo com Kaltner (2020b), atualmente restam apenas três exemplares dessa edição: um no Brasil, sob a guarda da Fundação Biblioteca Nacional, e dois na Itália, um na Biblioteca Vittorio Emanuele e outro no Arquivo Romano da Companhia de Jesus, em Roma.

Nosso trabalho, vale dizer, constrói-se sobre a primeira edição da *Gramática* de Anchieta, de 1595 cujo fac-símile está disponível em Anchieta (1990).

IV

A presente tese está dividida em seis capítulos, nomeados segundo suas características gerais e subdivididos em seções que julgamos necessárias para a compreensão do todo que nos propomos a discutir.

O primeiro capítulo corresponde a esta “Introdução”. O segundo capítulo contém uma descrição dos princípios metodológicos que orientam esta pesquisa, justamente os da Historiografia Linguística, que são essenciais para uma abordagem mais rica da obra de José de Anchieta. No terceiro capítulo, passa-se a trabalhar o princípio da contextualização histórica da gramática de Anchieta. No quarto capítulo, a tese realiza uma análise imanente da gramática anchietana, examinando a descrição das letras, da ortografia, dos nomes, pronomes, verbos, preposições e demais categorias presentes na obra. No quinto capítulo, o trabalho passa a investigar os diálogos entre Anchieta e os gramáticos latinos e ibéricos, analisando os procedimentos de aproximação, adaptação e deslocamento conceitual utilizados na descrição do tupinambá. No sexto e último capítulo, temos as considerações finais da tese.

V

Algumas palavras antes de começar propriamente.

No decorrer da investigação, algumas limitações metodológicas também precisaram ser consideradas. Entre elas, destaca-se a impossibilidade de acesso ao banco de dados do CEDOCH/USP, o que restringiu uma análise mais detalhada dos meta-terminos presentes na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta.

Embora tenham sido encaminhadas, em mais de uma ocasião, solicitações formais por correio eletrônico a partir de endereço institucional ativo e verificado, não houve retorno por parte do responsável pelo acervo. Ressalta-se que não se trata de um banco de dados de acesso público, cuja consulta depende de autorização prévia do setor responsável. A ausência desse acesso limitou a possibilidade de confronto sistemático entre os metatermos registrados na obra anchietana e aqueles eventualmente catalogados pelo referido centro de documentação, especialmente no que concerne à tradição metalinguística latina mobilizada na gramática jesuítica.

Além disso, esta pesquisa recebeu contribuições importantes durante o período de doutorado sanduíche realizado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), junto ao Centro de Estudos em Letras (CEL), em Portugal. Nesse período, foi possível ter acesso direto a obras e documentos fundamentais para o desenvolvimento da investigação, entre os quais se destacam o Tomo I da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, os originais da obra de E. F. K. Koerner, bem como os dois volumes em latim da *Summa super Priscianum*, de Petrus Helias. O contato com esses materiais ampliou as possibilidades de análise do corpus e permitiu um aprofundamento teórico e filológico da pesquisa, sobretudo no que se refere às relações entre a tradição gramatical latina e a descrição linguística empreendida por Anchieta.

2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA: UMA VISÃO IMANENTE DA GRAMÁTICA DE ANCHIETA

2.1 ANCHIETA E O RENASCIMENTO LINGUÍSTICO

A obra *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, publicada em 1595, é fruto de um contexto cultural europeu, especialmente do Renascimento Cultural. Para se entender a primeira obra de sistematização de gramática do Brasil, deve-se recuperar o pensamento linguístico que influenciou seu autor. Trata-se, aqui, de uma breve introdução à questão que será desenvolvida no próximo capítulo.

Embora se saiba que o estabelecimento da Linguística como uma ciência seja um fenômeno do começo do século XX, o que se deu, sobretudo, por meio da obra de Ferdinand de Saussure, é imprescindível relatar que, à época de Anchieta, já havia um esforço para se sistematizar um pensamento linguístico, o que se dava, sobretudo, pela descrição gramatical latina. Logo, para se compreender o trabalho de José de Anchieta, deve-se resgatar o pensamento dos gramáticos humanistas e a tradição à qual estão vinculados, bem como entender a compreensão que eles possuem acerca da linguagem. Sobre isso, Batista (2005, p. 123) explica:

Essa função instrumental determinou uma das características da linguística missionária dos séculos XVI e XVII: o uso do conhecimento da descrição gramatical do latim para realizar as descrições das línguas indígenas. As gramáticas missionárias foram escritas a partir do que era conhecido como os métodos de descrição linguística utilizados nas gramáticas clássicas da tradição greco-latina e na produção gramatical renascentista para o latim e os vernáculos europeus.

O pensamento renascentista influenciou José de Anchieta diretamente na descrição da gramática indígena e, como *outsider* da língua que sistematizava, dificilmente poderia romper com a tradição à qual estava filiado. Não é possível, então, avaliar a sistematização da língua tupinambá sem considerar a influência da gramatocografia latina que se deu por via desse movimento de resgate dessa cultura no início da Modernidade.

Kaltner (2020b) afirma que Anchieta utiliza-se dos mesmos pressupostos morfológicos e sintáticos das línguas clássicas para sistematizar a língua tupinambá. Isso

porque o Renascimento, movimento cultural que o jesuíta vivenciou, buscava recuperar os padrões estéticos, culturais e intelectuais da cultura grega e latina antigas. Dessa forma, também no que tange à descrição da língua, repetia-se o modelo clássico dos estudos do latim.

Façamos um comparativo entre as estruturas iniciais, os primeiros capítulos, das *Gramáticas* de Antonio de Nebrija (1492), da Língua Castelhana, de João de Barros (1540), da Língua Portuguesa, e, por fim, de José de Anchieta (1595), da Língua Tupinambá, todas elas inspiradas no trabalho de gramáticos predecessores, como Donato e Despautério, como veremos no final deste estudo.

Quadro 2 - Comparativo entre os primeiros capítulos das *Gramáticas* de Nebrija, de Barros e Anchieta

	NEBRIJA (1492)	DE BARROS (1540)	ANCHIETA (1595)
Capítulo I	Introducción	Da Letera	Das letras
Capítulo II	De la primera invención de las letras	Da Sylaba e Seus Acidentes	Da Orthographia, ou pronunciação
Capítulo III	De las letras et pronunciaciones de la Lengua latina	Do Nome; Da Dicam	De Accentu

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Não se pode negar a inspiração latina de José de Anchieta, tampouco de João de Barros e Antonio de Nebrija. Este último, por exemplo, enfatiza, em sua Introdução, que segue de perto o trabalho de Quintiliano para elaborar a sua Gramática, afirmando que “os gregos chamaram Ortografia o que nós podemos nomear em língua romana, ciência de bem e corretamente escrever”¹⁰ (Nebrija, 1992, p. 4). Do mesmo modo, João de Barros tampouco se desvia do modelo greco-latino, tanto que a primeira frase de sua *Gramática* é: “Gramática e vocábulo Grego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a definam que lhe os Gramáticos deram: e hu modo certo e justo de falar & escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos” (De Barros, 1540, p. 2).

Nesse contexto, vale recordar o trabalho do gramático latino Diomedes que, em tradução de Lucas Dezzoti (2011, p. 68), afirma:

Os princípios da gramática emergem dos elementos; os elementos se configuram em letras; as letras se combinam em sílabas; pelas sílabas se compreende a palavra; as palavras se combinam em partes da oração; pelas partes da oração se perfaz a oração; na oração se distingue a virtude; pratica-se a virtude para evitar os vícios.

¹⁰ Original: “los griegos llamaron Orthographía, que nos otros podemos nombrar en lengua romana, sciencia de bien et derecha mente escribir”.

Ora, esse mesmo discurso que busca encadear numa corrente lógica os elementos gramaticais está presente, por exemplo, no primeiro capítulo da *Gramática* de Nebrija e também na de João de Barros. Este último chega a dizer que há dois reis em toda língua, que são o nome e o verbo. Estes têm suas damas, o pronome e o advérbio, respectivamente. A tal discurso, Dezotti (2011) chama de *logos* da Gramática. Além disso, ressalta-se que, à maneira de Donato – conforme se pode ver em Dezotti (2011) – os autores mencionados no Quadro 1 começam seus trabalhos por aquilo que o gramático latino chamava de “agrupamento das letras”, descrevendo-as.

Ocorre com João de Barros que este se dedica, antes de qualquer outro trabalho, a definir a letra: “Letra (segundo os gramáticos) é a mais pequena parte de qualquer dição que se pode escrever: a que os latinos chamaram de nota, e os gregos caráter, por cuja valia e poder formamos palavras” (De Barros, 1540, p. 3). Em Anchieta, o procedimento inicial é semelhante: a primeira frase da sua *Gramática* (Anchieta, 1990, p. 1) é “Nesta lingoa do Brasil não há f, j, s, z, rr dobrado...”.

Assim, o resultado do trabalho de José de Anchieta é uma gramática exógena. A própria ideia de que as línguas tenham morfologia e sintaxe é europeia e, portanto, o que Anchieta faz é uma transposição conceitual, um procedimento típico do processo de gramatização das línguas do mundo¹¹ ocorrida no final da Idade Média. A esse respeito, Batista (2005, p.126) sustenta que

(...) o que houve de comum nas descrições gramaticais foi também o que a gramaticografia da época renascentista utilizou com mais destaque, como, por exemplo, o método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita e línguas de grande prestígio, como o latim.

¹¹ Agradeço ao Prof. Dr. Leonardo Ferreira Kaltner por ter assinalado a pertinência de discutir a segunda revolução das línguas românicas. Essa formulação pode ser relacionada ao processo que Aurox (1992, p. 35-37) denomina segunda revolução técnico-linguística, no qual a tradição greco-latina teria fornecido categorias para a elaboração de gramáticas dos vernáculos europeus, sobretudo durante o Renascimento. Embora a segunda revolução das línguas românicas não constitua objeto de análise desta tese, essa perspectiva poderá ser retomada em estudos futuros, especialmente para investigar possíveis relações entre a gramatização dos vernáculos românicos e o processo de exogramatização no qual se pode situar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595). Nesta tese, opta-se pelo emprego da expressão “língua estrangeira” em lugar de “língua exótica”, pois esta última pode assumir conotação depreciativa no uso contemporâneo. Reconhece-se, contudo, que, na perspectiva dos europeus do século XVI, essa designação não parece corresponder exatamente ao sentido atual de língua estrangeira. Para os propósitos desta pesquisa, emprega-se “língua estrangeira” como designação de análise, por parecer semanticamente mais adequada à abordagem historiográfica desenvolvida nesta pesquisa (Aurox, 1992, p. 28-31; Koerner, 2014, p. 53-59).

Retomando-se o contexto histórico, é importante lembrar que, no século XVI, a língua vernácula era fundamental porque esse também é o período de consolidação de muitos Estados Nacionais. Para Portugal, a língua portuguesa era fator de construção identitária (Ribeiro, 2017). Logo, descrever uma língua considerada inferior (como a dos indígenas) era um trabalho a ser feito no idioma dos colonizadores, ou seja, dos portugueses.

2.2 KOERNER E OS ESTUDOS DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Primeiramente, há que se destacar, com Koerner (2014), que, nos últimos tempos, tem crescido o interesse dos mais diversos pesquisadores da linguagem com respeito à história da própria disciplina. Antes de se prosseguir pela definição do que seria a historiografia linguística, Koerner (2014), no mesmo estudo, aponta para a importância da dimensão histórica no que tange às ciências da linguagem.

Para tanto, o autor recorre aos estudos de Nietzsche, o conhecido filósofo alemão da segunda metade do século XIX, e os três tipos de estudo histórico por ele desenvolvidos. Em um primeiro momento, Koerner (2014, p. 10) recorda certo trabalho do criador de Zaratustra que data de 1874, qual seja: “Sobre a utilidade e desvantagem da história para a vida”. Nesse texto, Nietzsche destaca três formas de se promover o estudo da história:

(1) a monumental ('monumentalisch'), (2) a antiquária ('antiquarisch') e (3) a abordagem crítica ('kritisch') – que servem para entender a história em relação a) àquele que é ativo e que se esforça ('Thätiger und Strebender'), b) àquele que é conservador e reverente ('Bewahrender und Verehrender') e c) àquele que sofre e necessita de libertação ('Leidender und der Befreiung Bedürftiger'), respetivamente (Koerner, 2014, p. 10).

Koerner (2014) afirma que, em geral, a história da linguística foi predominantemente conservadora, uma vez que praticou a reverência aos antepassados e certo otimismo em relação às contribuições que eles poderiam trazer quanto à ciência no presente. Assim, o autor defende não uma “história da linguística”, mais alinhada à abordagem antiquária, mas sim aquilo que ele chama de “historiografia linguística”, que teria muito mais em comum com a terceira forma de se escrever história segundo Nietzsche.

De acordo com o linguista alemão, o historiador da linguística, para produzir uma história suficientemente crítica da própria disciplina, precisaria estar atento não apenas à “ciência normal”, isto é, aos pressupostos da própria disciplina, mas também aos fatores extralinguísticos e socioeconômicos, entre outros. Assim, pode-se dizer, concordando com Koerner (2014, p. 12), que:

A historiografia linguística que proponho tem uma missão importante a realizar dentro da disciplina como um todo. O facto de a história da linguística poder perfeitamente constituir uma chave muito valiosa para uma melhor compreensão e apreciação da história das ideias em geral só pode reforçar o seu significado.

Swiggers (1991) afirma ser importante que se aproxime a figura do historiador à do linguista, já que se trata de desenvolver procedimentos metodológicos que sejam capazes de permitir a conceituação da Historiografia a partir das competências da linguística¹². Nesse sentido, é de grande relevância que, na constituição da Historiografia Linguística como campo autônomo dentro da própria Linguística, o estudioso trate de construir uma meta-historiografia, isto é, uma reflexão sobre o próprio método e abordagem de pesquisa.

Logo, se a Historiografia Linguística precisa ter um espaço dentro desta disciplina, é porque, de acordo com Koerner (2014, p. 12-14), há ao menos três motivos. Em primeiro lugar, já que tal abordagem é muito mais voltada à teoria, o linguista é capaz de perceber, dado o seu distanciamento, os ganhos teóricos reais que ocorreram ao longo do tempo em seu campo de estudo. Em segundo lugar, “a historiografia linguística fornece ao linguista praticante material para obter conhecimento sobre o desenvolvimento do seu próprio campo. Esse conhecimento constitui a diferença entre o cientista e o assistente de laboratório” (Koerner, 2014, p. 13). Em terceiro lugar, trata-se de pensar a historiografia linguística como uma forma de instrumentalizar o linguista a partir do conhecimento evolutivo do próprio campo com a intenção de permitir que ele seja capaz de julgar novas teorias e avaliar a sua adequação.

¹² É o que reitera, por exemplo, Batista (2020, p. 32) em leitura detalhada da obra de Swiggers: “o historiador/históriógrafo é uma figura intelectual que compartilha algo do arqueólogo no exercício de sua função. Em termos gerais (e correndo o risco da simplificação), o arqueólogo é aquele que a partir de fragmentos (como o de um vaso, de um afresco, de uma habitação) reconstrói interpretativamente modos de vivência de uma sociedade e sua cultura. De algo que parece ser sem importância, depositado há séculos debaixo de camadas de solo, terra, ruínas, o arqueólogo ilumina nosso conhecimento do passado, com suas premissas teóricas e ferramentas metodológicas, interpretando tendo por base as evidências que coletou”.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento dessa nova abordagem metodológica, é justo percorrer a questão do debate entre a filologia e a linguística. Acerca dos encontros e dos desencontros entre filologia e linguística, Müller (2010, p. 150) afirma que, embora o termo “filologia” seja bastante antigo, ocorre que:

Já em fins do século XVIII, o termo Filologia assumiria academicamente um significado mais restrito: o estudioso alemão Friedrich August Wolf, em 1777, teria definido Filologia como o estudo do que é necessário à correta interpretação de um texto literário.

Seguindo essa linha de raciocínio, argumenta a autora, teríamos, então, o encontro entre as duas disciplinas, visto que ambas se caracterizariam por estudos relacionados à língua, à literatura e à crítica textual. Com a intenção de diferenciar de forma mais clara os dois termos, Koerner (2014) faz uma brevíssima história da linguística. De acordo com o autor, inicialmente, pode-se remeter a sua origem ao século XIX e àquilo que Schlegel chamava de “gramática comparativa”, uma vez que o romântico alemão pretendia, em 1803, designar os seus estudos à comparação entre gramáticas de diferentes línguas.

Posteriormente, segundo Koerner (2014, p. 66), em 1808, o termo “Linguistik” apareceu pela primeira vez em um periódico efêmero dedicado aos estudos da linguagem. Para Câmara Júnior (2011, p. 4), a linguística aparece como ciência efetivamente nos primeiros anos do século XX. Isso porque, até esta época, embora se empregasse o termo “linguística” relacionando-o ao estudo comparativo das línguas, sobretudo quanto ao esforço de construção do indo-europeu, sua metodologia ainda se confundia com a da filologia.

Dessa maneira, somente a partir dos trabalhos de Saussure, os domínios da filologia e da linguística, propriamente dita, se tornaram mais distantes, como ressalta Koerner (2014, p. 67). Esse distanciamento ocorreu porque a metodologia da linguística sincrônica (de origem descritiva e estrutural) ou, ainda, a diacrônica (relacionada à comparação gramatical) não daria mais espaço para a abordagem muito mais individualista da filologia. De certa forma, a filologia passaria a ser vista mais como uma crítica textual específica do que propriamente como uma “ciência” da linguagem.

Como Müller (2010) reforça, a abrangência da linguística parece muito maior. Para a autora, o conceito de filologia, da Antiguidade aos tempos hodiernos, vem sendo esvaziado de sentido e perdendo espaço, de vez, para a linguística. De todo

modo, como lembra Koerner (2014), a Historiografia Linguística acaba adotando diversos procedimentos da filologia, como a crítica textual e a contextualização do texto que está em análise. Daí a importância de se estar atento a todas essas denominações.

Por fim, faz-se necessário que se dê destaque à questão da metalinguagem no debate acerca da Historiografia Linguística. Segundo Chalhub (2002), a perspectiva metalinguística da Historiografia Linguística é a responsável por descrever os fenômenos linguísticos. De acordo com a autora, a metalinguagem “é código ‘falando’ sobre o código [...], é linguagem ‘falando’ de linguagem é música ‘dizendo’ sobre música, é literatura sobre literatura, é palavra da palavra, é teatro ‘fazendo teatro’” (Chalhub, 2002, p. 32). Assim, se, por exemplo, diz-se que os estudos metalinguísticos destacam transformações significativas no português brasileiro entre a época de Anchieta e o século XIX, isso significa dizer que se está servindo da língua para descrever um fato linguístico. Nesse processo, nas palavras de Koerner (2014, p. 78),

(...) o historiógrafo da linguística parece viver um dilema: ou reapresenta descobertas anteriores numa terminologia atual, à luz das concepções e dos interesses de investigação atuais, correndo o risco de distorcer teorias linguísticas do passado; [...] ou, inversamente, engaja-se, na análise final, numa atividade meramente positivista que, por causa de um historicismo excessivo, traz pouco resultado e pode custar à historiografia linguística o lugar recentemente conquistado entre as ciências da linguagem.

Daí a necessidade de se empregarem os três princípios que se vão descrever adiante. Deve-se evitar a utilização errônea da metalinguagem, considerando os fatos que dizem respeito à época que se pretende estudar e também as teorias linguísticas do passado.

2.3 HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

A construção dos saberes acerca da linguagem é fruto de um processo histórico longo, como demonstra Swiggers (2013, p. 49):

A história das reflexões e dos esforços envidados em prol do fenômeno da linguagem é uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo não só nos ensina muito sobre a história da linguística (e sua proto-história), como também sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais da humanidade.

Nessa ótica, ainda que os esforços na construção da história do pensamento linguístico tenham contribuído para a sua formação enquanto ciência, pode-se dizer, também, que contribuíram para a compreensão da influência da linguagem nas culturas humanas.

Pode-se falar, ainda, na teoria das quatro camadas, tal qual proposta por Swiggers (2020, p. 4). Trata-se de uma estrutura analítica desenvolvida para descrever a evolução histórica do conhecimento linguístico que organiza as práticas e pensamentos relacionados à linguística em quatro níveis interconectados: camada teórica, técnica, documental e contextual-institucional. Esses níveis ajudam a compreender as dinâmicas do desenvolvimento das ideias linguísticas e os fatores que influenciam sua evolução.

A camada teórica, informa Swiggers (2020, p. 4), refere-se ao conjunto de conceitos, princípios e modelos abstratos que sustentam as análises linguísticas. Essa camada é essencial para estabelecer as bases metodológicas e epistemológicas do campo, visto que inclui a formulação de teorias que explicam fenômenos linguísticos e guiam os estudiosos em suas investigações. Essa dimensão abrange tanto os paradigmas dominantes quanto as inovações teóricas que desafiam o *status quo*.

Já a camada técnica é voltada para os métodos e instrumentos utilizados na análise linguística. Aqui, incluem-se as ferramentas e práticas que possibilitam a aplicação das teorias em contextos específicos, como a elaboração de gramáticas, dicionários e sistemas de notação. Essa camada enfatiza a operacionalização do conhecimento teórico, conectando-o com a prática científica (Swiggers, 2020, p. 4)

A camada documental, por sua vez, diz respeito aos registros e materiais que documentam o conhecimento linguístico ao longo do tempo. Isso inclui manuscritos, livros, artigos e outros textos que preservam as reflexões e descobertas linguísticas. Essa camada é crucial para a historiografia da linguística, pois fornece as fontes primárias para a análise histórica e comparativa do campo (Swiggers, 2020, p. 4).

Por fim, a camada contextual-institucional considera o ambiente social, político, cultural e institucional em que o conhecimento linguístico é produzido. Essa camada reconhece que a produção e disseminação de ideias linguísticas estão profundamente influenciadas por fatores externos, como políticas educacionais, demandas sociais e as condições econômicas da época (Swiggers, 2020, p. 5).

A interação entre essas camadas demonstra como o conhecimento linguístico representa uma dinâmica complexa em que elementos teóricos, práticos, documentais e contextuais se influenciam mutuamente. Essa perspectiva permite uma análise mais rica e integrada do desenvolvimento das ciências da linguagem.

Swiggers (2020, p. 6) enfatiza que o ritmo evolutivo dessas camadas pode variar. Por exemplo, avanços técnicos podem ocorrer mais rapidamente do que mudanças teóricas, ou a criação de novos documentos pode ser impulsionada por mudanças contextuais significativas. Essa visão destaca a necessidade de uma abordagem multidimensional para compreender a história da linguística. A teoria das quatro camadas também sublinha a importância da interdisciplinaridade no estudo da história da linguística, pelo fato de conectar aspectos linguísticos com elementos históricos, filosóficos e sociais, fornecendo uma visão abrangente da evolução do campo. Assim, a abordagem de Swiggers (2013, p. 6) contribui para uma historiografia linguística mais robusta e reflexiva.

Se, por um lado, conforme observa Auroux (1992), todo saber tem uma história, sendo, portanto, fruto de escolhas e direcionamentos propostos por pessoas que acabam constituindo-se como fundadores de uma disciplina; por outro lado, ao problematizar o surgimento de uma disciplina, deve-se ter em conta a evolução das denominações pelas quais esta passou. Assim é, também, com a ciência da linguagem, como evidencia Auroux (1992, p. 12):

É preciso, em particular, se render à evidência: a linguística, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se, pois, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorremos, cada vez mais, à expressão plural “ciências da linguagem”).

De acordo com Koerner (1996, p. 60), deve-se ser capaz de reconstruir o “clima de opinião” que atravessava o pensamento de uma determinada época, e que se constitui, pode-se dizer, em um pensamento linguístico determinado. A tal atividade, afirma o mesmo autor, podemos chamar de “princípio da contextualização”. Mas, afinal, o que é a perspectiva histórico-metodológica da qual se falou no título desta seção? De maneira bastante simples, afirmamos, com Law (2003), que a historiografia

linguística se pode caracterizar como o estudo daquilo que as pessoas pensaram, ao longo do tempo, a respeito da língua.

Com a intenção de se detalhar ainda mais como se dá o método de aproximação a tal estudo, pode-se mencionar Koerner (2014, p. 17), ainda outra vez:

Ao olhar para a história da linguística – agora também designada de “história das ciências da linguagem” numa tentativa de alargar a área de estudo – como uma disciplina de estudo acadêmico sério desde o ponto de vista dos inícios do século XXI, é óbvio que o desenvolvimento conseguido nos últimos cerca de 30 anos tem sido encorajador. Hoje em dia, o que é normalmente referido como “historiografia linguística” (forma abreviada da designação mais precisa “historiografia das ciências da linguagem”, em que o termo “ciência” no sentido estrito da ‘ciência natural’ é claramente evitado) constitui uma investigação metodologicamente informada e a apresentação de acontecimentos passados na evolução da disciplina designada de “linguística” ou “ciências da linguagem”. Se a atividade de estabelecer as res gestae do estudo da linguagem é chamada de “historiografia linguística”, o seu resultado deveria ser designado de ‘história da linguística’. Por outras palavras, a “história da linguística” é o produto e não a atividade de a estabelecer. A permanente discussão em torno de questões relativas ao método, à filosofia e à epistemologia é chamada de “meta-historiografia”.

Pode-se depreender destas afirmações que a História das Ciências da Linguagem é o nome que se dá à disciplina académica. Além disso, o fazer historiográfico (ou a investigação histórica) pode ser definida como Historiografia da Linguística ou Historiografia das Ciências da Linguagem. O produto que resulta destes procedimentos metodológicos é a História da Linguística. Por fim, a discussão acerca do método propriamente pode ser chamada de Meta-Historiografia.

Dessa forma, quanto ao trabalho que nos propomos a realizar, afirmamos que se trata, de acordo com a terminologia estabelecida por Koerner (2014), de uma pesquisa de Historiografia Linguística (ou Historiografia das Ciências da Linguagem), uma vez que corresponde à análise contextualizada da *Gramática* de José de Anchieta, um autor do passado. Diante disso, por meio da Historiografia Linguística, podemos pensar a produção das ideias linguísticas e as práticas que dela decorrem.

Nessa perspectiva, a Historiografia Linguística percebe a língua como produto de um determinado processo histórico que dele herda suas características, sistemas de regimento e costumes (Koerner, 2014). Portanto, ao compreendermos os estudos de gramática do Padre Anchieta por meio da Historiografia Linguística, chegamos à ideia de que o pensamento linguístico é resultado do processo histórico, ou seja, de um projeto colonial português historicamente datado que se insere globalmente na

consolidação do chamado capitalismo mercantil e de acumulação de capital na Europa (Kaltner, 2020b).

Ao mobilizarmos a teoria das quatro camadas proposta por Swiggers (2020), buscamos situar a *Arte de gramática* de Anchieta em um quadro analítico que permita articular diferentes níveis de produção do conhecimento linguístico. Nesse sentido, a camada teórica pode ser tomada como um ponto de observação das categorias gramaticais que orientam a descrição do tupinambá, muitas delas relacionadas à tradição latina e humanista. Assim, ao examinarmos essas categorias, esperamos mostrar de que maneira determinados conceitos e modos de pensar a língua são mobilizados na obra, indicando possíveis relações com modelos anteriores. Trata-se, portanto, de observar como esses elementos aparecem no texto, sem pressupor uma correspondência direta entre sistemas distintos.

No que se refere à camada técnica, podem-se considerar os procedimentos adotados por Anchieta na organização da descrição, como a disposição das classes de palavras, a seleção de exemplos e a forma de apresentação das explicações. Esses aspectos parecem apontar para modos específicos de aplicação do saber gramatical. Já a camada documental pode ser relacionada à própria *Arte de gramática* enquanto registro de práticas e reflexões sobre a língua, o que nos leva a situar o trabalho no âmbito da Historiografia Linguística, conforme discutido por Koerner (2014). Nesse ponto, buscamos analisar o texto como fonte, a partir da qual se pode reconstruir, ainda que de forma parcial, um conjunto de ideias sobre a linguagem.

Por fim, a camada contextual-institucional nos leva a considerar as condições em que a obra foi produzida, especialmente no que diz respeito à missão jesuítica no Brasil do século XVI. Nessa direção, procura-se levar em conta elementos como o ensino da língua, a catequese e o contexto mais amplo do projeto colonial português, em diálogo com reflexões como as de Kaltner (2020b). Tal perspectiva se aproxima do princípio de contextualização proposto por Koerner (1996, p. 60), na medida em que sugere a reconstrução do ambiente de produção do texto. Desse modo, ao articular essas camadas, espera-se que haja a possibilidade de compreender a gramática de Anchieta como parte de um conjunto de práticas que envolvem descrição linguística, ensino e contexto histórico.

Nesse cenário, há uma relação, justamente por ser dialética, a ser observada. A língua é um produto social, uma construção que revela a identidade de um povo e

sua cultura. A linguística, enquanto ciência, também é produto de uma sociedade e da etapa do desenvolvimento da própria ciência. Diante disso, não podemos desconsiderar que a gramática de Anchieta é eurocêntrica, no sentido de que, antes de mais nada, trata-se de um produto – também historicamente justificado – das relações de domínio político e comercial que se estabeleciam entre a Coroa portuguesa e os povos originários da costa leste do continente sul-americano.

Nessa lógica, a produção de conhecimentos sobre a língua e sua gramatização precisa ser analisada como um exercício dessas dinâmicas do poder. Por isso, é razoável considerarmos e avaliarmos a extensão desse eurocentrismo na descrição da sintaxe da língua indígena (ou de sua ocultação) por parte de Anchieta. A esse respeito, parece-nos pertinente, inclusive, falarmos em uma “domesticação” do Tupi-nambá pelo jesuíta, como aponta Alves Filho (2007).

É justamente por isso que a Historiografia Linguística foi escolhida como metodologia desta pesquisa, porque ela oferece os fundamentos necessários para compreendermos de forma crítica o processo de gramatização do Padre Anchieta. E, sobre o método próprio da historiografia linguística, Marcondes e Lima (2013, p. 113) argumentam nestes termos:

O pesquisador da língua precisa entender que a língua é um objeto de interação do homem, criado por ele mesmo, e que seu estudo deve ser de forma ampla, não se prendendo ao básico, mas deve, portanto, ter um conhecimento prévio do contexto intelectual e da interpretação do documento, para que o estudo científico historiográfico seja de mais clareza e com mais precisão.

Partindo desse princípio, a percepção de que o historiador da linguística não pode se prender ao básico significa que ele precisa “mergulhar” na trajetória histórica para entender de fato as ideias produzidas em determinado momento sobre a língua. Afinal, apenas se nos atentarmos para a materialidade histórica é que poderemos compreender a gramatização de Anchieta e a forma como ele produziu conhecimento sobre a língua mais falada na costa das terras brasileiras.

Além disso, o historiador da linguística precisa ter entendimento sobre as condições de produção de uma obra e as intenções dela. Nesse processo, é fundamental perceber que Padre Anchieta não estava produzindo um estudo científico, mas um instrumento que facilitaria a dominação dos indígenas, tornando confissões compreensíveis aos povos indígenas (Kaltner, 2020b). Esse é o contexto intelectual da produção da obra de Anchieta.

Exatamente por isso, pretendemos, durante a análise do *corpus*, seguir pelo percurso metodológico de historiografia da linguística sugerido por Koerner (2014), que é baseado em três princípios, os quais serão discutidos com mais detalhes nas próximas subseções.

2.3.1 Princípio da contextualização

Por este primeiro princípio, busca-se compreender que “a apresentação das teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos tem a ver com o estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em questão” (Koerner, 2014, p. 58). Dessa maneira, é de grande importância que, com respeito ao primeiro dos nossos objetivos específicos, apliquemos tal princípio para a sua consecução. É preciso, então, para que abordemos diretamente a *Gramática* de José de Anchieta, situemo-la no tempo e no espaço do século XVI, no Brasil Colônia (quando de sua redação) e em Portugal (quando de sua primeira publicação), e compreendamos de que forma ela se relaciona com o contexto histórico e cultural do jesuíta.

Essa contextualização é importante porque, como aponta Koerner (2014, p. 59), “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram”. Diante disso, faz-se necessário levar em consideração, neste princípio, a influência tanto da questão política quanto da socioeconômica e cultural/religiosa.

2.3.2 Princípio da imanência

De acordo com Koerner (2014, p. 58), este princípio, que é “o próximo passo que o historiógrafo da linguística deveria dar, (...) consiste em tentar estabelecer uma compreensão completa do texto linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico como crítico, até mesmo filológico”. É por essa razão que esta pesquisa prioriza o princípio da imanência para a análise da obra mencionada, o que consideramos mais coerente, tendo em vista nosso objetivo geral.

Tal princípio nos ajudará a compreender, “o quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, que devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna” (Koerner, 2014, p. 59).

Além disso, existe a necessidade de se resgatar o passado e as ideias linguísticas que contribuíram para a produção da *Gramática* de José de Anchieta, para que, dessa forma, possamos avaliá-la.

Desse modo, para a consecução dos objetivos deste trabalho, pretende-se lançar mão da análise da imanência do *corpus* da pesquisa, como proposta por Koerner (1996, p. 61), cujas categorias relevantes nesta análise, em síntese, são:

- a) Os princípios morfossintáticos que aparecem na *Gramática* de José de Anchieta. Este princípio norteador identifica-se diretamente com o segundo dos objetivos específicos, uma vez que é pela descrição de tais princípios ou pela constatação de sua ausência, que se pode identificar, também, a influência dos gramáticos latinos no trabalho de José de Anchieta e sua dependência de um modelo “estrangeiro” para a descrição da língua;
- b) Para além da descrição de características sintáticas que faz José de Anchieta, haveria de se identificar se ocorre uma sintaxe do Tupinambá de forma implícita na *Ars grammatica* e como essa formulação teórica se correlaciona a uma possível consciência com o próprio uso da língua descrita.

Finalmente, ainda conforme Koerner (2014, p. 19),

só depois de terem sido concisamente seguidos os dois primeiros princípios de forma a que uma dada manifestação linguística tenha sido compreendida no seu contexto histórico original, o historiógrafo pode aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em questão.

2.3.3 Princípio de adequação histórica

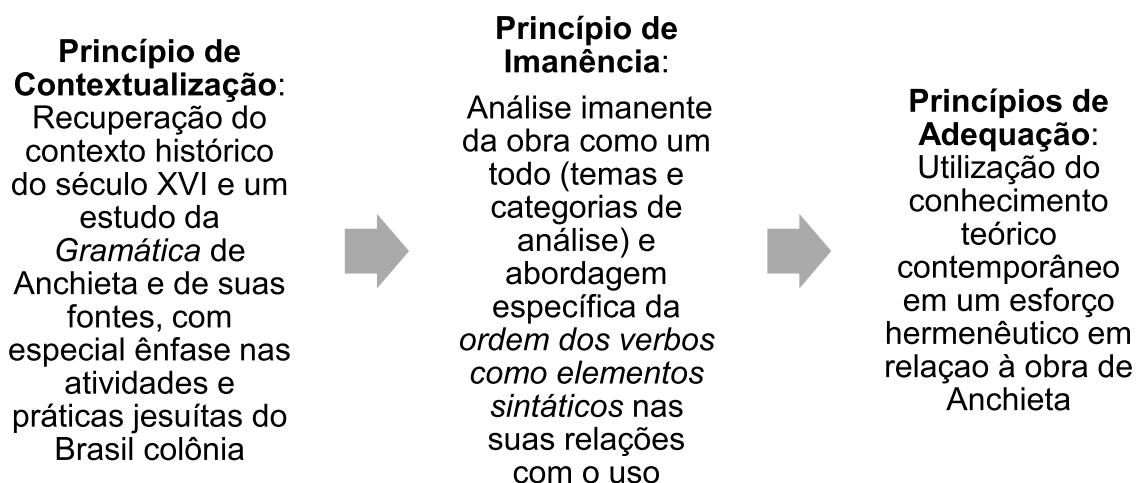
O historiador da língua, formado nas universidades, tem seu próprio repertório de saberes científicos sobre a linguagem. Uma vez que se sabe do contexto formativo do historiador, Koerner (2014) pretende que aquele, pelo princípio de adequação histórica, seja capaz de adequar o vocabulário teórico da época do texto que estuda àquele que conhece profundamente e dentro do qual se posiciona.

É nesse mesmo pensamento que Marcondes e Lima (2013, p. 113) afirmam que “por esse princípio torna-se possível a atividade hermenêutica, realçando os fatos do passado, mediados pelas preocupações do presente, para torná-los, na atualidade, socialmente úteis e necessários ao homem moderno”.

2.3.4 Encaminhamentos

Apresentamos, a seguir, o esquema que visa demonstrar o percurso metodológico desta pesquisa, tendo em vista os princípios teóricos já trabalhados neste capítulo:

Figura 1 - Percurso metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Este percurso metodológico possibilitará responder às indagações que originaram esta pesquisa. Anchieta é um *outsider* da língua e, portanto, tem o olhar de outra cultura. A própria ideia de que a língua se estrutura a partir de classes de palavras e perfaz uma sintaxe é exógena ao tupinambá e é um referencial teórico forjado na esteira da tradição gramatical grega e latina. Dessa forma, a perspectiva anchietana da língua tem como referencial sua própria sintaxe, aquela originada do latim e que se desdobra nas descrições, embora ainda incipientes, acerca da língua portuguesa.

A gramática, como estrutura sintática de uma língua, é algo que nasce espontaneamente. Por outro lado, sua tradução em regramento, ou seja, em sistemas de regras, é um exercício intelectual, é uma *démarche* das ciências da linguagem, entendidas em seu sentido mais amplo. Por isso, nossa pergunta de pesquisa precisa ir além da obra em si, no sentido de olhar para os repertórios de ideias linguísticas que influenciaram o autor no vasto campo de sua cultura, que é exatamente o que nos propomos a responder no próximo capítulo.

3 A GRAMÁTICA DE ANCHIETA NO PANORAMA HISTÓRICO

3.1 HISTÓRICO DA COMPANHIA DE JESUS

3.1.1 Inácio de Loyola e os primórdios

A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, parece ter surgido em um contexto de fortalecimento da Igreja Católica diante das transformações religiosas da modernidade europeia. Conforme ressalta Hernandes (2010, p. 227), a experiência de conversão espiritual de Loyola, após o ferimento sofrido em Pamplona, levou ao desenvolvimento dos *Exercícios Espirituais*, os quais se tornariam a base da formação religiosa e pedagógica jesuítica. A partir disso, a Ordem Jesuítica passou a estruturar uma proposta educativa vinculada à disciplina espiritual, à formação intelectual e à expansão do catolicismo.

Segundo Todorov (2010, p. 56), a consolidação da Companhia de Jesus ocorreu paralelamente à formação teológica de Loyola e à reunião de seus primeiros companheiros em Paris, culminando nos votos realizados em Montmartre, em 1534. Posteriormente, a aprovação oficial da Ordem pelo Papa Paulo III, por meio da bula *Regimini militantis ecclesiae* de 1540, parece ter permitido a expansão das atividades missionárias e educacionais jesuíticas em diferentes regiões do mundo, incluindo o território colonial português na América.

No contexto colonial brasileiro, os jesuítas assumiram funções ligadas à evangelização indígena, à educação e à mediação de conflitos relacionados à escravidão dos povos originários. Lacouture (2010, p. 88) destaca que a bula *Sublimis Deus* de 1537 reconheceu os indígenas como sujeitos dotados de racionalidade e alma, fortalecendo a atuação missionária da Companhia de Jesus no Novo Mundo. Nesse mesmo cenário, a pedagogia jesuítica, organizada posteriormente na *Ratio Studiorum*, articulava formação humanista e disciplina intelectual como instrumentos de sustentação do projeto evangelizador.

Ao longo de sua trajetória, a Companhia de Jesus enfrentou conflitos políticos e religiosos que culminaram em sua supressão formal em 1773 pelo Papa Clemente XIV, sob pressão das coroas europeias, especialmente de Portugal, França e Espanha. Ainda assim, conforme enfatiza Hernandes (2010, p. 228), a Ordem manteve

parte de suas atividades de forma clandestina até sua restauração oficial em 1814 pelo Papa Pio VII. Desde então, a Companhia de Jesus voltou progressivamente a desenvolver atividades missionárias e educativas em diferentes contextos culturais e geográficos.

3.1.2 Histórico da Companhia de Jesus no Brasil

Para compreender a atuação da Companhia de Jesus no Brasil, é necessário situar sua origem no contexto das transformações que marcaram a Igreja Católica ao longo do século XVI. A criação da Ordem Jesuítica ocorreu em um período atravessado por disputas religiosas, pela Reforma protestante e por debates internos que afetavam a cristandade ocidental. Nesse sentido, a documentação analisada por Leite (1938) sugere que a Companhia de Jesus passou a ser reconhecida, sobretudo, por suas atividades educativas e missionárias, desenvolvidas em resposta às demandas religiosas, sociais e políticas daquele período.

Leite (1938, p. 39) observa que a fundação da Companhia de Jesus ocorreu em meio a mudanças que atingiam diferentes esferas da sociedade europeia. Fundada em Paris, em 1534, por sete religiosos liderados por Inácio de Loyola, a Ordem assumiu como propósito a propagação da fé cristã e a defesa da Igreja Católica diante das críticas e questionamentos então em circulação. Nesse quadro, sua constituição pode ser compreendida em articulação com processos mais amplos de reorganização religiosa e institucional vividos pela Europa moderna.

Hansen (2010, p. 22) sugere que esse conjunto documental, formado em grande medida pelas cartas produzidas pelos missionários, constitui uma fonte indispensável para a compreensão das formas pelas quais se estabeleceram relações entre europeus e povos indígenas. Por meio desses registros, torna-se possível examinar processos de contato, negociação, conflito e tradução cultural envolvendo diferentes línguas, práticas sociais e formas de compreender o mundo.

No âmbito da expansão do cristianismo e da consolidação das estruturas coloniais, a missão e a educação parecem ter ocupado um lugar central nas atividades da Companhia de Jesus. A esse respeito, Costa e Menezes (2005, p. 76) argumentam que essas ações foram desenvolvidas em resposta a demandas formuladas pelos estados católicos, especialmente nos territórios vinculados à Coroa portuguesa. Embora

subordinada diretamente ao Papa, a Ordem participou de processos de expansão religiosa em diferentes regiões do mundo. Ao longo de sua trajetória, enfrentou conflitos e restrições de diversas naturezas, mas manteve uma organização interna que lhe permitiu ampliar sua atuação missionária.

A consolidação institucional da Companhia esteve associada à redação das Constituições da Companhia de Jesus, texto elaborado por Inácio de Loyola e aprovado em 1556. Conforme observam Costa e Menezes (2005, p. 31), esse documento estabeleceu orientações disciplinares e espirituais destinadas a regular o funcionamento da Ordem. A obediência, a missão e o serviço aparecem como princípios recorrentes nas Constituições, articulados a uma concepção de vida religiosa inspirada em referências do cristianismo paulino e na tradição espiritual da própria Companhia.

Costa e Menezes (2005, p. 34) pontuam, ainda, que as Constituições continham elementos que mais tarde influenciariam a atuação educacional jesuítica. Esse processo culminaria na formulação do *Ratio Studiorum*, documento oficializado em 1599 e destinado à sistematização das práticas de ensino da Ordem. A proposta previa uma formação estruturada em etapas sucessivas, envolvendo estudos de humanidades, filosofia e teologia. Ao que tudo indica, essa organização procurava articular formação intelectual e formação religiosa dentro de um mesmo projeto pedagógico.

Nessa perspectiva, o *Ratio Studiorum* pode ser compreendido como o resultado do acúmulo de experiências educacionais desenvolvidas pela Companhia ao longo de várias décadas. De acordo com Costa e Menezes (2005, p. 34),

O *Ratio Studiorum*, que versa sobre a formação nos colégios jesuíticos e, portanto, não se refere ao período de alfabetização das crianças, prevê três graus do ensino: um elementar, chamado de curso de Humanidades; outro de formação superior, o de Filosofia ou Artes; e, por fim, o de formação profissional dos futuros padres, o curso de Teologia. Na base da formação estavam o latim e o grego, línguas clássicas que deviam auxiliar a retórica, a rigorosa disciplina e a emulação, ou seja, a competição entre os estudantes e entre as turmas, que era estimulada, inclusive, com sessões solenes de entrega de prêmios aos melhores.

Segundo os autores, o documento orientava as atividades de ensino em diferentes regiões onde os jesuítas estavam presentes. No caso do Brasil, dois nomes costumam aparecer com frequência nos estudos sobre a atuação educativa da Ordem Jesuítica: Manoel da Nóbrega¹³ e José de Anchieta.

¹³ Manuel da Nóbrega foi um sacerdote jesuíta português, líder da primeira missão da Companhia de Jesus no Brasil a partir de 1549. Atuou na catequese dos povos indígenas, participou da fundação de

A estrutura organizacional da Companhia de Jesus também merece atenção. Segundo Vainfas (1995, p. 44), a Ordem encontrava-se dividida em províncias e assistências, formando uma rede administrativa que abrangia diferentes regiões da Europa e dos territórios ultramarinos. Cabe ressaltar que havia assistências vinculadas à Itália, Portugal, Alemanha, Espanha, França e Polônia e, nesse contexto, a província do Brasil estava subordinada à assistência portuguesa, fato que parece indicar a inserção da colônia em um projeto missionário mais amplo conduzido pela Companhia.

Além disso, Vainfas (1995, p. 44-45) registra que a criação do governo-geral no Brasil esteve relacionada às dificuldades enfrentadas pelo sistema de Capitânias Hereditárias. Implantado em 1534, esse modelo transferia aos donatários, particulares investidos de autoridade pela Coroa portuguesa, a responsabilidade pela ocupação, administração e exploração econômica de extensas áreas do território colonial. Entretanto, ao longo do tempo, diversos fatores passaram a comprometer seu funcionamento, entre eles os conflitos com populações indígenas, as limitações de recursos e as dificuldades administrativas. Nesse cenário, a Coroa portuguesa decidiu reformular sua estratégia de governo para a América portuguesa.

Nesse âmbito, Wright (2006, p. 112) observa que o sistema de Capitânias Hereditárias representava uma tentativa de ocupação territorial baseada na concessão de sesmarias e no estímulo à produção agrícola. Diante disso, foram criadas 14 (quatorze) capitânias distribuídas ao longo da costa, conferindo aos donatários relativa autonomia administrativa. No entanto, a documentação analisada por Wright sugere que obstáculos de diversas naturezas limitaram a eficácia do modelo, contribuindo para a adoção de novas formas de administração colonial.

Entre os fatores apontados para o enfraquecimento das capitânias, destacam-se os conflitos com grupos indígenas, a insuficiência de infraestrutura, a reduzida presença administrativa da Coroa e as dificuldades enfrentadas pelos próprios donatários. Segundo Wright (2006, p. 115), esses elementos contribuíram para a decisão de instituir o governo-geral em 1549, de maneira que a nomeação de Tomé de Sousa para o cargo de governador-geral foi acompanhada da elaboração de um regimento que estabelecia atribuições administrativas, diretrizes de governo e objetivos vinculados ao projeto colonizador português.

idades como Salvador e São Paulo e produziu extensa correspondência que constitui fonte para o estudo da atuação jesuítica e do contexto colonial do século XVI (Hanse, 2010).

Conforme esclarece Vainfas (1995, p. 133), o regimento concedido a Tomé de Sousa apresentava a colonização como atividade associada tanto aos interesses da Coroa quanto à expansão da fé cristã. Sendo assim, o documento estabelecia a necessidade de se promover a conversão dos povos indígenas ao catolicismo e atribuía ao governador responsabilidades relacionadas à fundação de estruturas administrativas e militares, à manutenção da Ordem e ao fortalecimento da presença portuguesa no território. O mesmo regimento previa, ainda, distinções no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas, conforme sintetiza Reis (2012, p. 111):

O Regimento dado a Tomé de Souza enfatizava quanto aos indígenas que não se devia lhes infligir qualquer dano enquanto fossem pacíficos. Um bom tratamento era essencial, se quisessem que fossem evangelizados. Por outro lado, os índios rebeldes que resistissem ao cristianismo eram equiparados aos muçulmanos da África, e podiam ser escravizados. Dessa forma, desenvolveu-se no Brasil a distinção capital entre índios pacíficos, menores de idade a serem protegidos pela coroa enquanto eram aculturados gradualmente como cristãos, e índios belicosos, contra os quais se deveria fazer “guerras justas”, que podiam ser expulsos à força, se necessário, e, em última análise, escravizados para o uso dos colonos.

Segundo esse mesmo autor, a chegada dos jesuítas ao Brasil, em 1549, ocorreu nesse contexto de reorganização administrativa da colônia. Liderados por Manoel da Nóbrega, os missionários passaram a desenvolver atividades voltadas à catequese e ao estabelecimento de contatos com diferentes grupos indígenas. Ao que tudo indica, suas ações envolveram tanto a difusão da doutrina cristã quanto o reconhecimento das condições sociais, culturais e linguísticas encontradas no território recém-organizado sob o governo-geral.

Os relatos dos jesuítas analisados por Reis (2012) sugerem que, em seus primeiros anos de atuação, os jesuítas procuraram desenvolver estratégias apoiadas na persuasão, no ensino religioso e em práticas educativas e, entre esses relatos, estão as cartas de Nóbrega, que já mencionamos. Essas cartas registram experiências de aproximação com grupos indígenas e referências ao interesse demonstrado por alguns deles em relação à leitura, à escrita e aos ensinamentos cristãos. Entretanto, a documentação também sugere que a continuidade desse processo revelou desafios relacionados às diferenças culturais e às distintas formas de compreender o mundo presentes entre missionários e povos indígenas (Hansen, 2010, p. 12).

A atuação dos jesuítas no Brasil colonial parece poder ser compreendida à luz de processos de contato e negociação entre universos culturais distintos. Nesse contexto, Alves Filho (2007, p. 39) afirma que a catequese desenvolvida pela Companhia de Jesus envolveu não apenas a transmissão da doutrina cristã, mas também a incorporação seletiva de elementos indígenas às práticas missionárias. Assim, os missionários procuravam utilizar determinados costumes locais como instrumentos para facilitar a comunicação religiosa, ao mesmo tempo em que buscavam transformar aspectos considerados incompatíveis com os objetivos da evangelização.

Essa estratégia encontra-se expressa em uma carta de Manoel da Nóbrega, na qual o jesuíta defende a adoção de certos costumes indígenas como forma de aproximação. Nóbrega afirma: “Se nos abraçarmos com alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa *fee catholica* (...) Porque a semelhança é causa de amor” (Nóbrega *apud* Eisenberg, 2002, p. 84).

Ao analisar essa postura, parece possível afirmar que a missão jesuítica envolvia um processo de adaptação cultural orientado por finalidades evangelizadoras. Nesse sentido, a incorporação de elementos indígenas não implicava o reconhecimento integral das formas locais de organização social e religiosa, mas antes sua utilização como meio para a difusão do cristianismo. Portanto, a aproximação cultural coexistia com o propósito de substituir práticas e crenças que os missionários entendiam como incompatíveis com a fé católica (Hansen, 2010, p. 31).

Os aldeamentos constituem um dos espaços em que essa dinâmica se tornou mais visível. De acordo com Alves Filho (2007, p. 40), esses núcleos reuniam populações indígenas sob supervisão missionária e estavam organizados a partir de normas inspiradas em referências europeias e cristãs. Nesses espaços, práticas como guerras intertribais, poligamia e antropofagia ritual eram progressivamente coibidas, uma vez que contrariavam as normas cristãs que orientavam a organização dos aldeamentos. Ao que tudo indica, os aldeamentos desempenhavam simultaneamente funções religiosas, educativas e de controle social, contribuindo para a reorganização das formas de vida indígenas.

Nesse âmbito, José de Anchieta ocupa posição de destaque, visto que sua atuação missionária esteve associada ao aprendizado da língua tupinambá, à produção de textos catequéticos e à organização das atividades desenvolvidas nos aldeamentos. Alves Filho (2010, p. 13) destaca que sua obra revela um esforço de aproximação

linguística e cultural que procurava integrar elementos indígenas à transmissão da doutrina cristã. Entretanto, esse movimento ocorria dentro de um quadro orientado pela expansão do cristianismo e pela reorganização das práticas sociais locais.

As dificuldades envolvidas nesse processo aparecem de forma expressiva em uma carta de Anchieta a Diogo Laínes, de 1563. Nela, o missionário relata que um indígena associava o Deus cristão ao trovão e apresentava dificuldades para compreender conceitos centrais da doutrina católica, sobretudo a noção de Espírito Santo. Anchieta registra ainda que, após o batismo, o indígena interpretou literalmente a expressão “de novo era nascido”, acreditando que partiria imediatamente para o céu (Anchieta *apud* Eisenberg, 2002, p. 202). O episódio parece ilustrar os desafios presentes na tradução de conceitos religiosos entre universos culturais distintos.

Esses relatos parecem evidenciar não apenas a existência de obstáculos linguísticos, mas também de diferenças relacionadas às formas de compreender o sagrado. Conceitos como Trindade, Espírito Santo e renascimento espiritual estavam inseridos em tradições teológicas específicas e nem sempre encontravam correspondentes diretos nas línguas e cosmologias indígenas. Nesses processos de interação, os significados eram frequentemente reinterpretados, produzindo leituras que se afastavam da intenção original dos missionários e aproximavam os novos ensinamentos de referências já presentes no universo indígena.

Pompa (2003, p. 221) argumenta que essas experiências podem ser compreendidas como manifestações de processos de sincretismo e tradução cultural. Os indígenas não recebiam passivamente os conteúdos cristãos, mas os reinterpretavam a partir de suas próprias categorias de compreensão. Desse modo, a evangelização parece ter sido marcada por negociações permanentes de sentido, nas quais elementos indígenas e cristãos se encontravam, produziam novas leituras e revelavam os limites da comunicação entre tradições culturais distintas.

3.1.3 Os jesuítas e seu interesse pelas línguas estrangeiras

De acordo com Severo (2018, p. 38), só se pode compreender a relação entre a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, e a tradição gramatical latina, ibérica e humanista que a antecede se se considerar, ainda que brevemente, o interesse dos jesuítas pelas diversas línguas. Esse

interesse, contudo, não era exclusividade da Companhia de Jesus. Além dela, outras ordens religiosas também dedicaram esforços à compreensão de outros idiomas, como os beneditinos, os capuchinhos e os dominicanos. Segundo a autora, esse fato se deve principalmente a

um interesse missionário e evangelizador intensificado com o Concílio de Trento em 1545; (ii) um interesse colonial e político do reino português, reforçado pelo sistema do Padroado; (iii) uma “descoberta” de povos não-europeus e a curiosidade – religiosa e iluminista – pelo “outro”, que passou a ser interpretado, em alguns casos, como figura selvagem (in)capaz de ser civilizado; (iv) um intenso processo de tradução da *Bíblia* para línguas vernaculares europeias e não-europeias, ajudando a inscrever e a estabilizar uma visão letrada de língua. Trata-se, portanto, de acompanhar o movimento dos padres jesuítas de irem aprendendo a língua da terra, sem a qual pouco se pode fazer (Severo, 2018, p. 41).

Diante disso, não se pode pensar as gramáticas latinas elaboradas pelos jesuítas ibéricos sem levar em consideração esses fatores. Severo (2018, p. 41-42) recorda, por exemplo, o grande trabalho do Padre Fernão Guerreiro (1550-1617), que recolheu diversos documentos e cartas que informam sobre os esforços de conversão ao catolicismo que os padres jesuítas fizeram em lugares tão díspares, como a Ásia, a África e o Brasil. Guerreiro enfatiza, sobretudo, as aventuras linguísticas que os padres jesuítas empreenderam em terras tão distantes de Portugal.

Todavia, ao mesmo tempo, boa parte dos esforços desses pregadores foi dedicada a estabelecer nesses continentes uma cultura letrada de base latina. Nesse ponto, vale ressaltar que tal empreendimento era uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que causavam impacto nas culturas mais variadas às quais tiveram acesso, os jesuítas também traziam para a cultura europeia um esforço muito grande para codificar, por meio de sinais gráficos diversos, as línguas estrangeiras (Severo, 2018, p. 45).

Foram os jesuítas, por exemplo, os primeiros a desenvolverem uma gramática japonesa. É o caso da *Arte do Japão*, de Duarte da Silva, que data de começos do século XV. Pode-se mencionar, ainda, a *Arte da Lingoa de Japam composta pello Padre João Rodriguei Português da Companhia de JESV*, cuja impressão se deu no ano de 1604. Além desse, não se pode esquecer do trabalho de Alessandro Valignano, um padre jesuíta italiano que, no século XV, advogava que a igreja cristã se tornasse, em alguma medida, “japonesa”, pelas práticas culturais que os conversores deveriam adotar. Valignano, que dirigiu por algum tempo o trabalho de conversão dos

jesuítas no Oriente, estimulava o estudo, pelos padres, dos idiomas japonês e chinês, entre outros (Brockey, 2014, p. 97).

Quanto à China, a situação não era diferente. A atuação dos jesuítas foi imensa. De acordo com Po-Chia Hsia (2009, p. 58-59), seguramente mais de 2/3 dos missionários que atuavam na região pertenciam à Ordem dos Jesuítas, sendo que a primeira estratégia empregada por esses missionários passava pelo estudo intenso do idioma local; tanto que, ao longo de sua estadia naquelas localidades, “todo o seu cuidado e exercício foi estudarem de propósito a língua como coisa tão necessária para a pregação do Evangelho” (Guerreiro, 1930-1942, p. 253).

O aprendizado das línguas não se resumia ao conhecimento de alguns vocábulos: os jesuítas se esforçavam por compreender as estruturas sintáticas dos idiomas estrangeiros e, para além de uma tradução linguística, realizavam, também, uma tradução cultural, adotando costumes e vestimentas de povos do Oriente. Dessa forma, era comum encontrarem-se padres jesuítas vestidos como bonzos ou mandarins, como afirma Po-Chia Hsia (2009, p. 60). Um dos grandes expoentes da atuação jesuíta na China foi o italiano Matteo Ricci (1552-1610), que realizou traduções de textos sagrados cristãos para o chinês. Sobre o religioso, Severo (2018, p. 44) afirma:

Além de catecismo, padre Ricci utilizou duas estratégias para conseguir a aproximação e legitimação por parte de uma elite chinesa, apreciadora do conhecimento e do letramento: (i) traduziu para a língua do rei doutrinas de matemática e produziu mapas; (ii) produziu tratados morais com conhecimentos filosóficos e religiosos, além de ter mudado seu nome para Li Madou. Essa postura intelectual assumida pelo jesuíta na China fez com que Ricci construísse uma imagem de autoridade ou sábio, e não de religioso.

Por esse trecho, pode-se perceber o esforço do jesuíta para participar na cultura do outro, sobretudo quando ocorre a troca de seu nome. Guerreiro (1930-1942) também informa sobre a conduta de outros padres, como Roberto Nóbili, também italiano, que se vestia como um indiano. Esse sacerdote, a propósito, realizou seus esforços de conversão na Índia.

Não se pode dizer, porém, que tal interesse tenha sido uma unanimidade entre os membros da Companhia de Jesus. Isso porque, como afirma Brockney (2014, p. 101), pessoas como Ricci foram acusadas por colegas de perderem sua identidade jesuíta em prol de uma identidade chinesa — ou, mais amplamente, estrangeira. Nesse contexto, Brockney interpreta como emblemática daquela época a reação do jesuíta André Palmeiro (1560-1639) aos procedimentos polêmicos de Ricci.

Na ótica de Palmeiro, o mergulho nas culturas diversas durante o processo de conversão poderia ocasionar algumas consequências: 1) a primeira delas diria respeito à criação de uma confusão quanto à conversão, uma vez que, se a religião católica se torna mais próxima da chinesa, não haveria razão para os chineses se converterem a uma doutrina que lhes parecesse semelhante à que já têm; 2) a identificação de princípios morais cristãos com os dos chineses ou indígenas; 3) o ofuscamento das semelhanças reais entre cristianismo e as religiões indígenas ou orientais; e 4) a busca de equivalências entre termos locais empregados para a referência às divindades e aos termos europeus.

Para além das questões de conversão, o interesse dos jesuítas pelas línguas foi motivado em boa parte pelo processo tradutório. Po-Chia Hsia (2009, p. 57) afirma que, entre os anos de 1583 e 1700, foram traduzidas para o chinês, por jesuítas, ao menos 450 obras europeias. O mesmo autor informa que, ao longo do processo tradutório dessas obras, ao menos no contexto chinês, os jesuítas empregavam três estratégias diferentes: as obras eram traduzidas por um jesuíta que estudasse o idioma local; eram traduzidos por um jesuíta a partir dos esforços de um ajudante chinês; e, por fim, havia uma tradução primária feita pelos jesuítas e, posteriormente, revisada por um habitante local.

Assim, devido ao interesse dos jesuítas pelo universo das línguas, em suas possibilidades de comunicação intercultural e tradução, não causa espanto que José de Anchieta, ao entrar em contato com o Tupinambá, tenha dedicado seus esforços nesse sentido. Um dos produtos desses esforços é, sem dúvida, a sua gramática. Porém, antes de prosseguirmos no exame dessa gramática, bem como no estudo cotejado com outros manuais do gênero, convém apontar as principais características que definiam uma “arte gramatical”, ou seja, um gênero herdado da latina *Ars grammatica*.

De acordo com Fortes e Burghini (2021, p. 35):

As artes grammaticae (manuais de gramática) eram os instrumentos com os quais o *grammaticus* dava suas aulas, e nos quais fixava as regras (*regulae*) de uso da língua latina. A gramática era a primeira das artes liberais e, na terminologia de Quintiliano, consistia em duas partes: a “a ciência de falar corretamente” (*recte loquendi scientia*) e a “explicação dos poetas” (*poetarum enarratio*).

3.1.4 José de Anchieta: do compromisso religioso às contribuições linguísticas e literárias

Os estudos de Hansen (2010) indicam que a escrita jesuítica não pode ser compreendida apenas como o registro de experiências missionárias, mas também como prática vinculada a um projeto de interpretação, classificação e transformação dos povos indígenas à luz da doutrina cristã. Nesse viés, categorias como humanidade, alma, civilização, fé e conversão assumiam significados específicos, muitas vezes distintos daqueles presentes nas cosmologias indígenas.

Ao mesmo tempo, autores como Viveiros de Castro (2002, p. 221) argumentam que os tupinambás elaboravam concepções de pessoa, corpo e identidade que não se ajustavam aos pressupostos metafísicos da tradição cristã europeia, produzindo tensões constantes nos processos de evangelização e tradução cultural. É nesse cenário que se insere a figura de José de Anchieta.

Conforme vimos, José de Anchieta situa-se no contexto da expansão da Companhia de Jesus e da política religiosa da Contrarreforma, articulada aos interesses da Coroa Portuguesa. A esse respeito, Grauová (2014) observa que a ação missionária jesuíta não pode ser dissociada das estruturas políticas do império português, destacando que:

Em Portugal dos Quinhentos, a coroa assumiu, graças a várias bulas papais, o direito de nomear bispos, bem como o de arrecadar e administrar impostos eclesiásticos, criando assim, de fato, uma Igreja nacional. (...) A pregação do evangelho, na qual os jesuítas 'por amor dos índios' arriscavam a própria vida, cede espaço à ideologia da Contrarreforma e do império português. Para poder cantar os feitos do herói fundacional através do qual Deus ofereceu 'luz divina' ao Brasil, Anchieta tem que reduzir seus antagonistas a bestas mais ferozes que tigres e mais vorazes que lobo (...) (Grauová, 2014, p. 199).

Nessa direção, Santos (2021, p. 28) sugere que a atuação de Anchieta esteve vinculada à catequese e à incorporação dos povos indígenas ao universo cultural cristão e português. Dessa maneira, a produção intelectual do jesuíta parece relacionar-se a um projeto de catequese no qual a língua, a educação e a religião constituíam instrumentos de aproximação e reorganização das práticas culturais indígenas segundo referenciais europeus.

Entre as formas de atuação desse projeto, o teatro ocupa posição de destaque. Ferreira Jr. e Bittar (2004) entendem que as peças produzidas por Anchieta participaram do processo de difusão do cristianismo e da língua portuguesa. Segundo os autores,

(...) o teatro serviu à aculturação, pois 'cristianizou' a cultura indígena ridicularizando os seus mitos, que eram protagonizados pelos próprios índios, além de expandir o uso do português, principal idioma das peças. Começou aí a substituição da pluralidade linguística pelo português, hegemônico a partir do século XVIII (Ferreira Jr.; Bittar, 2004, p. 171).

Tal leitura sugere que as produções teatrais não podem ser examinadas apenas como manifestações literárias, mas também como parte de um conjunto de práticas educativas e religiosas voltadas à catequização. Ferreira Jr. e Bittar (2004, p. 187) argumentam que os autos escritos por Anchieta procuravam traduzir conceitos do cristianismo para universos simbólicos conhecidos pelos indígenas. Nesse movimento, elementos da mitologia tupinambá eram mobilizados para comunicar noções como pecado, salvação e condenação. Ao analisarem o *Diálogo de Guaraparin*, os autores observam que,

(...) por exemplo, um auto-escrito todo em tupi, porque seria endereçado diretamente ao índio, está estruturado com a extrema simplicidade de sempre. Começa pela ameaça latente em um concílio de diabos, continua com a presa da alma de um índio que, no auge da aflição, chama por Nossa Senhora e termina com a salvação. O final aponta para a comparação entre índios que se recusam a aceitar o catolicismo e os aldeados à sombra do Colégio, uns errados até serem atirados ao fogo, os outros sedentários e felizes sob proteção de Nossa Senhora. O princípio moral é sempre o mesmo e está expresso na oposição cristã entre o bem e o mal (Ferreira Jr.; Bittar, 2004, p. 187).

A correspondência produzida por Anchieta constitui outra fonte importante para compreender sua atuação. Nesse aspecto, Santos (2021, p. 27) defende que as cartas tinham funções administrativas, pedagógicas e religiosas, pois permitiam informar os superiores da Companhia sobre o andamento das missões e, ao mesmo tempo, incentivar novos missionários. Sendo assim,

as informações contidas na correspondência eram valiosas para a continuidade do projeto; com elas, era possível identificar a lenta e gradual construção de procedimentos de catequização e conversão dos índios ao catolicismo, além do ensino da leitura e escrita ministrado às crianças indígenas, suas facilidades e dificuldades, já que, no primeiro momento, os índios eram contrários ao ensino ministrado pelos jesuítas às crianças (Santos, 2021, p. 27).

Diante do exposto, pode-se perceber que as cartas revelam tanto as estratégias missionárias quanto as resistências encontradas no cotidiano colonial. Ao examinar essas correspondências, Santos (2021, p. 22) sugere que Anchieta enxergava as crianças indígenas como público prioritário para a catequese, por considerá-las mais abertas ao ensino cristão e ao aprendizado da língua portuguesa. Nesse contexto, o ensino linguístico ocupava um papel central.

A questão linguística aparece de forma explícita nas próprias cartas de Anchieta. Em uma delas, o jesuíta relata seu esforço para compreender e sistematizar o tupinambá usando as seguintes palavras:

Os índios dessa desta província são inumeráveis pela terra adentro, de várias nações e costumes e linguagem e muitos deles são como selvagens e não se lhes poderá entender sua língua e há pouco remédio para sua salvação, exceto alguns inocentes ou adultos, que se batizam in extremis e vão para o céu. (...) sua língua é delicada, copiosa e elegante, tem muitas composições e síncopas mais que os gregos, os nomes são todos declináveis e os verbos têm suas conjugações e tempos (Anchieta, 1933, p. 433).

O trecho parece evidenciar, simultaneamente, uma visão missionária dos povos indígenas e uma tentativa de compreender sua língua a partir de categorias herdadas da tradição gramatical europeia. A esse respeito, Lima (2009) pontua que os discursos produzidos pelos missionários contribuíram para justificar a expansão colonial. Ao discutir o imaginário construído sobre os povos originários, a autora sugere que a catequese e a colonização constituíam processos articulados, como podemos visualizar a seguir:

No século XVI, a poligamia dos ameríndios, as práticas antropofágicas, a nudez e a aparente falta de autoridade eram pecados morais e sociais suficientemente graves para que se pudesse duvidar com fundamentos se careciam ou não de alma racional. Munidos de toda essa ideologia, os padres se sentiam portadores de uma missão muito nobre, agiam movidos por uma mentalidade que legitimava qualquer tipo de ação em nome da fé ou do rei. Estavam trabalhando para os dois, ganhavam as almas para Deus, e amansava-as para o rei (Lima, 2009, p. 14).

As cartas também permitem observar a gênese da própria gramática do tupinambá. Nesse sentido, a elaboração de uma descrição gramatical estava ligada às necessidades práticas da missão e ao preparo de futuros religiosos que chegariam à colônia. Em correspondência publicada por Anchieta (1933, p. 63-64), o jesuíta registra:

Quanto à língua estou adiantado, ainda que é mui pouco, pera o que soubera se não me ocupara em ler gramática: todavia tenho coligido de outra maneira dela por arte, e pera mim tenho entendido quase todo seu modo; não ponho em arte porque não há cá quem a aproveite; só eu me aproveito dela e aproveitar-se-ão os que de la vierem e souberam gramática.

Além do teatro e das cartas, os sermões constituem parte da produção de Anchieta. Sobre esses textos, Massimi (2019, p. 194) ressalta que a preocupação principal recai sobre a salvação espiritual dos indivíduos. Ao analisar a questão da escravidão, a autora afirma: “No sermão, o que está em jogo em relação ao tratamento dos escravos é apenas no plano espiritual: a salvação da alma do escravo e do senhor” (Massimi, 2019, p. 194).

A partir dessa leitura, pode-se considerar que a obra de Anchieta, seja no teatro, nas cartas, nos sermões ou na gramática, esteve vinculada ao horizonte religioso, político e cultural da colonização portuguesa, no qual evangelização, ensino e organização linguística apareciam articulados a um mesmo projeto histórico.

3.1.5 José de Anchieta e o aprendizado do tupinambá

De acordo com Santos (2021, p. 35), o aprendizado do tupinambá parece ter surgido de uma necessidade prática da missão jesuítica. Inicialmente, o projeto colonial priorizava o ensino do português aos indígenas. Entretanto, Anchieta teria percebido que a catequese dificilmente ocorreria sem o conhecimento da língua da costa.

A *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595) insere-se nesse contexto. Kaltner e Santos (2021b, p. 12) afirmam que a obra registra uma “gramatização latino-portuguesa” do tupinambá. Conforme veremos no próximo capítulo, Anchieta descreve a língua indígena por meio de categorias herdadas da tradição gramatical latina. Nesse processo, o jesuíta recorre a noções como conjugação, declinação e acento para interpretar estruturas do tupinambá. Assim, sua gramática parece resultar de um encontro entre a experiência missionária e os referenciais do humanismo renascentista europeu.

Alves Filho (2007, p. 44) sugere que o pensamento linguístico de Anchieta não pode ser separado de sua teologia, uma vez que a tradução da doutrina cristã para o tupinambá exigia adaptações semânticas e culturais. O autor chama esse processo de “tradução cultural”, indicando que Anchieta não realizava apenas equivalências vocabulares, mas procurava converter conceitos cristãos para o horizonte indígena.

Conforme ressalta Alves Filho (2010, p. 22), o termo “karaibebé”, utilizado para traduzir “anjo”, constitui um exemplo desse procedimento. Pode-se dizer que a expressão resulta da aproximação entre categorias tupinambás e elementos do imaginário cristão europeu, pois a palavra não corresponde a uma equivalência literal entre português e tupinambá.

Alves Filho (2010, p. 22) explica que “Karai” designava, entre os Tupinambá, uma figura associada ao xamã, ao profeta ou ao homem dotado de autoridade espiritual, enquanto “bebé” remetia à ideia de algo alado ou que voa. “Karaibebé”, portanto, poderia ser entendido como “profeta alado” ou “homem sagrado com asas”, isto é, uma tentativa de aproximar a figura cristã do anjo de categorias já existentes no imaginário indígena.

Esse exemplo demonstra que Anchieta não traduz apenas uma palavra, mas procura construir uma ponte simbólica entre dois sistemas culturais distintos. O problema é que o “anjo” cristão pertence a uma cosmologia marcada pelo monoteísmo, pela hierarquia celeste e pela tradição bíblica, enquanto o “karai” tupinambá ocupava outro lugar no interior da experiência religiosa indígena. Desse modo, o resultado da tradução não corresponde nem ao conceito europeu original, nem ao sentido indígena inicial. Surge, então, uma terceira construção simbólica, produzida no contato entre as duas culturas.

Nesse ponto, acreditamos que se pode relacionar esse processo à noção de hibridismo cultural proposta por Néstor García Canclini (2006, p. 20), para quem as culturas não permanecem isoladas ou puras, mas entram em contato e produzem formas híbridas, nas quais elementos distintos passam a coexistir em uma nova configuração simbólica. Dessa forma, o híbrido não constitui uma mera soma de partes anteriores, mas um produto novo, atravessado por negociações, disputas e adaptações culturais. Assim, “karaibebé” parece exemplificar um signo híbrido, nascido do encontro entre o universo cristão europeu e a cosmologia tupinambá.

Seguindo essa linha de raciocínio, talvez se possa afirmar que o procedimento anchietano revela aquilo que Canclini (2006, p. 88) entende como processos de tradução e reconversão cultural, considerando que Anchieta necessita transmitir a doutrina cristã, mas só consegue fazê-lo recorrendo a categorias indígenas. Ao mesmo tempo, essas categorias deixam de possuir apenas seu sentido original quando passam a carregar significados cristãos. “Karai”, então, já não é apenas o líder espiritual

tupinambá, assim como o “anjo” deixa de ser apresentado puramente conforme a tradição teológica europeia. O conceito passa a ocupar um espaço intermediário, produzido no interior da colonização e da catequese.

Diante disso, é possível dizer que “karaibebé” materializa linguisticamente o hibridismo cultural. Isso porque a tradução de Anchieta não elimina o elemento indígena nem preserva intacta a noção cristã europeia, resultando em uma forma atravessada por duas matrizes culturais diferentes. Nesse aspecto, a tradução anchietana pode ser compreendida menos como equivalência linguística e mais como negociação simbólica, na qual o contato colonial produz novos sentidos, novas imagens religiosas e novas formas de linguagem.

Os problemas tradutórios tornam-se ainda mais evidentes quando se observa a adaptação de conceitos ligados ao pecado, ao diabo e ao Reino de Deus. A esse respeito, Vainfas (2022, p. 55) ressalta que Anchieta utilizou “Anhangá” como equivalente ao diabo na perspectiva cristã, embora essa entidade possuísse outro significado no universo tupinambá. Nessa mesma seara, Navarro (2001, p. 57) demonstra que o termo “pecado” aparece traduzido como “tekó-aíba” ou “tekó-poxy”, expressões relacionadas a uma ideia de “vida ruim”. Em vista disso, talvez se possa inferir que tais traduções revelam limites de equivalência entre os dois sistemas culturais, produzindo deslocamentos de sentido ao longo da catequese.

Do mesmo modo, Anchieta também simplificava textos religiosos ao traduzi-los para o tupinambá, como demonstra Alves Filho (2007, p. 27). Nesse exercício, o jesuíta transformava longas exposições doutrinárias em sequências curtas de perguntas e respostas, o que pode ser compreendido como uma tentativa de facilitar a memorização catequética. Além disso, os versos compostos em tupinambá mantinham estruturas poéticas ligadas à tradição ibérica, ou seja, embora fossem escritos em língua indígena, os poemas anchietanos preservavam ritmo e prosódia portugueses. Logo, podemos dizer que a tradução anchietana para o tupinambá buscava aproximar o universo indígena das formas discursivas europeias.

Outro aspecto importante refere-se ao uso político da linguagem. Sobre isso, Filho (2010, p. 70) argumenta que Anchieta recorria ao sufixo “ĩ” no intuito de infantilizar os indígenas em seus textos. Leia-se:

Pitangínamo ereikó
Tupánamo eikóbo be.

*Nasopotári mamõ
Nde pýri guitekoboñe.
És uma criancinha
sendo Deus também
Não quero ir para longe,
estando a teu lado.)*

Podemos interpretar esse procedimento como parte de uma representação do indígena enquanto sujeito incapaz de conduzir a própria vida espiritual. Em vários momentos, Anchieta inclusive evita traduzir determinados conceitos cristãos, mantendo-os em português. O termo “Reino”, por exemplo, aparece preservado na oração do Pai-Nosso em tupinambá (Filho, 2010, p. 71). Talvez isso decorra da inexistência, entre os Tupinambá, de estruturas políticas semelhantes às monarquias europeias.

Além disso, há que se considerar que o pensamento teológico de Anchieta parece vincular-se ao contexto do Concílio de Trento e à tradição agostiniana. Essa percepção se deve ao fato de que, como afirma Anzolin (2009, p. 44), a missão jesuítica incorporava princípios ligados à Contrarreforma, como a centralidade sacramental, a catequese e o combate às heresias.

Nesse contexto, Xavier (2019) assinala que Agostinho exerceu influência sobre concepções ligadas ao pecado, à graça e à salvação, e tais influências chegaram até Anchieta, como entende Grauová (2014, p. 204). De acordo com a autora, a influência de Santo Agostinho sobre José de Anchieta atravessa tanto sua concepção teológica quanto sua forma de interpretar a história, o mal e a conversão. A presença agostiniana parece manifestar-se, por exemplo, na compreensão anchietana do mundo como espaço de combate entre salvação e perdição, estrutura recorrente em seus autos catequéticos, como destaca Grauová (2014, p. 204)¹⁴.

¹⁴ Há uma razão para que insistamos nesta possível influência agostiniana no pensamento teológico e linguístico de Anchieta. Primeiramente, Agostinho “absorveu”, por assim dizer, muitos dos ensinamentos de Donato. Para além disso, construiu uma espécie de gramática “cristã”, como dizem Freitas e Fortes (2021). Pode-se falar em uma “cristã” em Agostinho de Hipona porque sua reflexão gramatical parece situar-se justamente em um momento de inflexão entre a tradição clássica latina e a emergência de um novo horizonte cultural cristão. Conforme argumentam Fernando Freitas e Fábio Fortes (2021) a gramática agostiniana já não se limita ao comentário dos autores pagãos tradicionais, mas começa a incorporar *exempla*, preocupações interpretativas e finalidades vinculadas ao cristianismo. Nesse sentido, a gramática deixa de ser apenas instrumento de preservação da cultura clássica e passa também a servir à exegese bíblica, à interpretação correta das Escrituras e à formação intelectual cristã. O artigo afirma: “A ‘perda de relevância’ dos valores culturais antigos parece ter ocorrido, é verdade, por meio da inusitada presença de personagens, exemplos e frases oriundas da Bíblia que, como veremos na sequência, seriam doravante encontradas nas gramáticas ‘cristãs’, entre as quais, a *Ars breuiata*. No entanto, essa mudança não se faz sentir de forma súbita ou sem qualquer conflito, justamente porque representa uma alteração substancial em uma tradição discursiva – a gramática – para a qual os valores tradicionais, ligados à *auctoritas*, representava um de seus pilares”

Em *Na festa de São Lourenço*, por exemplo, conforme observa Grauová (2014, p. 203), o conflito dramático não se organiza em torno de uma oposição étnica entre europeus e indígenas, mas entre bem e mal, “salvação e perdição”, o que aproxima Anchieta da tradição agostiniana da Cidade de Deus. Além disso, a autora destaca que, no teatro anchietano, o mal aparece como “estampa negativa” da lei divina, retomando a noção agostiniana de *privatio boni*, segundo a qual o mal não possui existência própria, constituindo apenas ausência ou corrupção do bem (Grauová, 2014, p. 204).

Diante disso, pode-se inferir que Anchieta não apenas conhecia Agostinho como autoridade teológica, mas também organizava sua leitura da catequese, do pecado, da conversão e da própria colonização a partir de categorias profundamente marcadas pelo pensamento agostiniano. Nesse horizonte, Alves Filho (2007, p. 49) aproxima a prática missionária de Anchieta e de seus companheiros jesuítas das diretrizes atribuídas a Gregório I, especialmente no que se refere à necessidade de adaptação gradual da evangelização aos costumes locais. Sendo assim,

a premissa na qual Anchieta e seus companheiros se baseavam era a mesma que guiava Santo Agostinho – enviado às Ilhas Britânicas pelo papa Gregório I – ou seja, a necessidade da inculturação para que o Cristianismo se desenvolvesse gradativamente sobre o alicerce de costumes pagãos (Alves Filho, 2007, p. 49).

Fausto (1992, p. 66) sugere que o contato de Anchieta com os Tupinambá implicou um confronto entre universos religiosos distintos. Viveiros de Castro (2002, p.

(Freitas; Fortes, 2021, p. 306). A noção de “gramática cristã”, portanto, parece decorrer da coexistência tensa entre dois cânones: o clássico e o cristão. Agostinho ainda utiliza Virgílio e outros autores latinos, mas passa a introduzir exemplos paulinos e preocupações hermenêuticas ligadas à interpretação da Bíblia. A gramática torna-se, assim, um espaço de reorganização cultural e pedagógica no interior do cristianismo latino. Freitas e Fortes (2021, p. 316) observam que a *Ars breuiata* testemunha exatamente essa transição histórica: “Através de um exame da *Ars breuiata*, de Agostinho, contextualizamos essa obra no contexto de disputa ideológica entre a tradição gramatical clássica e o pensamento cristão, evidenciando uma das consequências desse debate para o gênero gramatical latino – o uso e a aplicação de *exempla*. Vimos que, no âmbito da obra de Agostinho, o recurso à tradição literária clássica é posto em debate – não há propriamente uma contestação absoluta, do que atesta a continuidade de citações clássicas em todo o *corpus Augustinianum*, mas há uma questão que é levantada, do que dão mostras diversos comentários”. Desse modo, creio que se pode afirmar que a “gramática cristã” em Agostinho não significa uma ruptura completa com a tradição latina anterior, mas uma reorientação de seus fundamentos culturais e pedagógicos. A gramática continua utilizando categorias herdadas de Donato e Quintiliano, porém passa a integrar finalidades cristãs, sobretudo a interpretação das Escrituras e a valorização de um novo cânone textual centrado em Paulo e na Bíblia. Trata-se, portanto, de uma gramática situada entre dois mundos: o da tradição clássica romana e o da cultura cristã tardo-antiga.

133) demonstra que práticas como guerra ritual e antropofagia possuíam sentidos ligados à memória, ao prestígio e à vingança. Anchieta, contudo, reinterpretava tais práticas a partir de categorias cristãs. Pode-se dizer que o jesuíta procurava substituir referências cosmológicas indígenas por uma narrativa cristã de pecado e redenção. Nesse processo, a tradução aparece como espaço de disputa entre sistemas simbólicos distintos.

Por tudo isso, José de Anchieta ocupa um lugar central para compreender as relações entre linguagem, teologia e colonização no século XVI. Sua obra linguística, suas cartas, seus autos e sua atuação missionária revelam tentativas de adaptação cultural voltadas à catequese dos povos indígenas. Ao mesmo tempo em que reconhece aspectos da língua tupinambá, Anchieta a descreve, como veremos adiante, a partir de categorias europeias e a insere no interior do projeto missionário jesuítico. Portanto, o que se pode afirmar é que sua produção escrita evidencia tensões entre tradução, evangelização e poder no contexto colonial brasileiro.

4 UMA ANÁLISE IMANENTE DA ARTE DE GRAMÁTICA DE JOSÉ DE ANCHIETA

4.1 A SISTEMATIZAÇÃO DO TUPINAMBÁ

Descreve-se aqui a *Arte de Gramática*, de José de Anchieta. O objetivo é percorrer todos os capítulos da obra anchietana, começando pela sumarização de cada capítulo e promovendo uma análise imanente dos mesmos.

4.1.1 Das letras

O primeiro capítulo da *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, de José de Anchieta (1595, f. 1r¹⁵), intitulado “Das letras”, apresenta uma descrição sistemática das características fonológicas da língua tupinambá, com especial atenção à estrutura sonora e à *pronúncia das palavras*.

Logo no início do capítulo, Anchieta (1595) observa que a língua tupinambá não possui certas consoantes presentes no português e no latim, como *f*, *l*, *s*, *z*, nem o *rr* dobrado, tampouco combinações consonantais como as que ocorrem em sílabas do tipo “pra”, “cra”. Essas observações revelam que a estrutura fonotática do tupinambá favorece uma silabação mais simples, predominantemente composta por sílabas do tipo consoante + vogal, evitando aglomerados consonantais que dificultariam a articulação natural da língua.

Para representar o som do *s* no início ou no meio das palavras, José de Anchieta (1595, f. 1r) utiliza o *ç* (cê-cedilha) com som suave, como se vê nos exemplos *Açô* e *çatâ*. Essa é uma tentativa de adaptar os sons do tupinambá ao sistema ortográfico latino, respeitando o que parece ser a fonologia própria da língua. Anchieta também chama atenção para o uso do sinal gráfico til (~) em final de palavras, indicando nasalidade. O religioso esclarece que o til não equivale às letras *m* ou *n*, embora a pronúncia seja próxima a elas. Em vez disso, o til marca uma vogal nasalizada, como

¹⁵ Na tradição da Codicologia e da Paleografia, dizem Oliveira e Mendes (2016, p. 151), a indicação “1r” (um reto) e “1v” (um verso) não se refere a páginas no sentido moderno, mas a fólhos, isto é, às folhas físicas do manuscrito ou livro antigo, neste caso a *Gramática* de Anchieta que data de 1595; cada fólio possui dois lados, sendo o reto (r) a face anterior (frente) e o verso (v) a face posterior (verso), de modo que “1r” designa o lado frontal do primeiro fólio e “1v” o seu reverso, sistema de referência amplamente utilizado em edições antigas e fac-símiles, especialmente quando não há paginação contínua.

ocorre em formas como *Tĩ* (“nariz”), *Ainupã* (“bater”) e *Ruã* (“posição”), sinalizando um traço fonético central da língua tupinambá.

Kaltner e Cardozo (2021, p. 9-10) mostram que o uso dos acentos por Anchieta, em sua *Arte de Gramática*, deve ser entendido dentro da tradição humanística quinhentista, e não conforme o valor ortográfico atual desses sinais. Anchieta emprega quatro acentos – circunflexo, til, agudo e grave – para transcrever a língua dos Tupinambás, com funções fonéticas, prosódicas e também morfológicas. O til, de acordo com os mesmos autores, aparece associado à marcação da nasalização vocálica, distinguindo-a de m e n, como nos exemplos *tĩ*, *ainupã* e *ruã*. Já o acento circunflexo, segundo os autores, tende a aparecer no fim das palavras ou sobre a vogal final tônica, sem indicar necessariamente o grau de abertura da vogal, podendo ainda marcar composição vocabular e leve pausa quando recai na penúltima sílaba. O acento agudo, por sua vez, é relacionado à marcação acentual em palavras e verbos, enquanto o grave aparece nas palavras monossílabas.

Assim, para Kaltner e Cardozo (2021, p. 13), a acentuação em Anchieta revela uma tentativa de adaptar sinais gráficos disponíveis na gramaticografia latino-portuguesa e humanística às especificidades fonéticas e morfológicas da língua indígena descrita, em diálogo com práticas didáticas renascentistas de ensino do latim. Já no que diz respeito à combinação de consoantes, o tupinambá evita, de modo geral, encontros consonantais dentro da mesma palavra. No entanto, há três exceções marcantes permitidas: os grupos *mb*, *nd* e *ng*, como exemplificado em palavras como *Aimombôr* (“lançar”), *Aimondô* (“mandar”) e *Aimeêng* (“dar”).

Anchieta (1595, f. 1v) também descreve fenômenos fonológicos que ocorrem na conjugação verbal. Quando certas partículas se associam a verbos terminados em consoante, especialmente no futuro do indicativo, no modo optativo e nos pretéritos imperfeitos do subjuntivo, insere-se uma vogal *i* de articulação mais tensa (que ele chama de “i áspero”) entre a consoante final e a partícula. Assim, *Apâb* (“acabar”) torna-se *Apâbine* (“vai acabar”), *Acêm* (“entrar”) transforma-se em *Acêmine* (“vai entrar”), e *Aiúr* (“vir”) em *Aiùrine* (“vai vir”). Esse processo tem função eufônica, facilitando a articulação entre os elementos verbais e suas desinências.

Embora esse *i* possa parecer inaudível, Anchieta (1595, f. 1v) ressalta que ele está presente na fala dos nativos e que sua articulação pode variar em sutileza. Em algumas situações, mesmo no presente do indicativo, esse *i* pode ser pronunciado de

forma clara, como em *Apábi*. A mesma regra se aplica quando se usam partículas como *temo*, *meímo*, *mo* e *meémo*, que podem compor formas verbais como *Apâbite-momã*, *Apâbimo*, entre outras. Anchieta (1595, f. 2r) observa, ainda, que, nas construções interrogativas que empregam a partícula *Pè* (que equivale a “em” ou “no” em português), esse *i* também pode ser ouvido, como em *Ereiûripè* (“você veio?”).

Em seguida, Anchieta (1595, f. 1v) revela uma distinção regional importante: os falantes tupinambás da região de São Vicente, localizados além dos Tamoios¹⁶ do Rio de Janeiro, apresentam uma pronúncia diferenciada. O texto de Anchieta diz: “Os Tupis de São Vicente, que são além dos Tamoios do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo; assim, por *Apâb*, dizem *Apâ*; por *Acêm* e *Apên*, *Acê*, *Apê*, pronunciando apenas o til; por *Aiúr*, *Aiú*.” (Anchieta, 1595, f. 1v).

Nessa variedade, a consoante final dos verbos afirmativos não é pronunciada. Assim, *Apâb* torna-se *Apa*, *Acêm* vira *Acê*, *Apên* transforma-se em *Apê*, e *Aiúr* simplifica-se para *Aiú*. Quando esses verbos são flexionados com partículas, o padrão se mantém, resultando em formas como *Apáne*, *Acéne*, *Apéne*, *Aiúne*, e também *Apátemo*, *Acétemo*, *Apámo*, *Apámeimo*.

Além disso, Anchieta (1595) prossegue sua análise ao descrever o comportamento das consoantes *c* e *g* quando seguidas por partículas. Ele observa que essas consoantes tendem a receber a inserção de um *i* entre si e a partícula subsequente, com o objetivo de suavizar a transição sonora. Exemplificam esse fenômeno as formas *Acepiâc* (“eu começo”), que ao ser flexionada se torna *Acepiâcine*, e *Aimeêng* (“eu dou”), que se transforma em *Aimeénginé*. Tal regularidade manifesta-se também nos demais tempos verbais e nas estruturas compostas, evidenciando uma tendência à vocalização intermediária como forma de evitar encontros abruptos entre sons.

Em situações que envolvem partículas como *temó*, *meimó*, *mo* etc., o autor nota que a junção entre palavras pode provocar o concurso de consoantes, especialmente quando as palavras compostas envolvem verbos ou advérbios. Nesses casos,

¹⁶ Os tamoios foram um conjunto de povos indígenas de língua tupi que habitavam o litoral sudeste do Brasil no século XVI, especialmente nas regiões dos atuais Rio de Janeiro e São Paulo. O termo, derivado do tupi *tamóya* (“os mais antigos” ou “ancestrais”), não designa uma única tribo, mas uma articulação de diferentes grupos, sobretudo tupinambás, que partilhavam proximidade linguística e cultural. Ficaram historicamente conhecidos por integrarem a Confederação dos Tamoios, aliança indígena formada na década de 1550 em resistência à colonização portuguesa, muitas vezes em cooperação com os franceses da chamada França Antártica. Nesse contexto, os tamoios desempenharam papel central nos conflitos coloniais do período, sendo posteriormente derrotados por forças luso-indígenas aliadas aos portugueses (Fausto, 1992, p. 382).

Anchieta (1595, f. 2r) afirma, o uso mais comum entre os falantes tupinambás é suprimir a consoante final do primeiro elemento, formando uma nova unidade sonora fluida. Assim, *Acepiâc* + *aipotâr* (“eu começo a querer”) torna-se *Acepiâpotâr*, e *Aimeêng* + *aicuâb* (“eu sei entregar”) passa a ser *Aimeêncuâb*. O mesmo processo é observado em estruturas que envolvem advérbios: *Acepiâc* + *catú* resulta em *Acepiâcatú* (“eu começo bem”), e *Aimonhâng* + *Memoã* dá origem a *Aimonhã Memoã* (“eu faço lembrar”). Tal fenômeno também se aplica a outras consoantes, como *b*, *m*, *n*, *r*, sempre com o objetivo de garantir a fluidez fonética do enunciado.

Anchieta (1595, f. 2r) finaliza esse capítulo discutindo o comportamento da preposição “*Pè*”, que significa “em”. Ele observa que, quando aplicada a nomes com acento na penúltima sílaba, ocorre o apagamento da vogal final do nome. Por exemplo, *ôca* (“casa”) torna-se *ôcâ* com a preposição *Pè*, e *ôcipe* (forma contraída de “em casa”) torna-se *ôcupe*. Esse mesmo princípio se aplica a outras palavras com perda de vogais finais por razões eufônicas.

Além disso, Anchieta observa que o som do “i áspero”, embora às vezes transcrito como “e” ou “v”, permanece foneticamente o mesmo. Isso se deve à dificuldade dos falantes não nativos de representar esse som com exatidão no alfabeto latino. Assim, *ánga* pode aparecer como *ángeme* (em vez de *ángime*), e *cepiâc* pode ser grafado como *cepiâceme*.

Diante disso, pode-se inferir que, a partir da escuta dos falantes e de algum tipo de comparação entre grupos indígenas distintos, José de Anchieta tenha procurado registrar certos traços da pronúncia e da estrutura sonora da língua. Nesse sentido, parece que seu procedimento não se limita à simples anotação de formas isoladas, mas envolve uma tentativa de observar recorrências e diferenças, ainda que de modo não sistematizado nos termos atuais.

Assim, é possível supor que, ao descrever essas formas, Anchieta esteja buscando indicar tanto padrões de uso quanto variações entre grupos, o que pode apontar para uma atenção às diferenças de realização linguística. Não se trata, contudo, de afirmar com segurança um método plenamente definido, mas antes de levantar a hipótese de que suas escolhas descritivas resultem dessa escuta e dessas comparações.

4.1.2 Da ortografia ou pronúncia

O segundo capítulo da *Gramática* de José de Anchieta, intitulado “Da Orthographia ou pronúncia”, apresenta um esforço de adaptação do alfabeto latino para registrar com precisão os sons do tupinambá, uma língua cuja estrutura fonológica era radicalmente distinta do português.

Anchieta (1595, f. 2v) busca conciliar as convenções gráficas europeias com as especificidades sonoras da língua indígena, estabelecendo regras práticas que tinham, conforme destaca Kaltner (2023)¹⁷, uma função catequética e pedagógica. Desse modo, sua preocupação não se limita à descrição teórica, mas envolve a criação de um sistema funcional que facilitasse o ensino da doutrina cristã e a comunicação entre missionários e falantes nativos. Isso se manifesta, desde o início, na constante preocupação em indicar como se deve pronunciar para que a comunicação seja eficaz no contexto da evangelização.

Quando Anchieta (1595, f. 2v) afirma que “P.M. mb. muitas vezes se usão hũa por outra” e apresenta exemplos como “Mó, vel mbó, Manus”, ele não está apenas descrevendo uma alternância fonética, mas ensinando o leitor europeu a evitar erros de articulação que comprometeriam a inteligibilidade da palavra indígena. Essa dimensão pedagógica se reforça quando Anchieta explicita as transformações fonéticas condicionadas pelo contexto morfológico, como no caso do genitivo e do adjetivo: “Præcedente o genitiuo, ou adiectiuo mudase em P. vt Pedro pó, Petri manus, Xépò, mea manus” (Anchieta, 1595, f. 2v).

Aqui, a explicação parece não se apresentar de forma abstrata, mas antes construída por meio de paralelos com o latim (*Petri manus*), língua que o missionário,

¹⁷ Segundo Kaltner (2023, p. 3): “Do primeiro contato linguístico com povos indígenas na América portuguesa, até a edição da gramática de Anchieta, uma rede de informantes, intérpretes e missionários se formou em torno da gramatização do idioma dos tupinambás da costa, que serviria de língua de catequese, no projeto de expansão colonial, tendo a língua portuguesa como superstrato”. Pouco adiante ele complementa: “Acreditamos que o processo de constituição da gramática anchietana se deu a partir de um ‘programa de investigação’ no Brasil quinhentista, por uma rede de informantes indígenas, intérpretes e um círculo intelectual de missionários e administradores da colônia que possuíam formação humanística. Essa rede de interações, que se baseava no aprofundamento do contato linguístico inicial, permitiu ao missionário jesuíta empreender a tarefa de desenvolver uma gramática para a língua de catequese e contato da costa do Brasil no século XVI, contudo, para a exegese do texto é necessário analisar o tema mais profundamente” (Kaltner, 2023, p. 4). A partir dessas afirmações, parece possível supor que a gramática não se destinava apenas à descrição da língua, mas também ao seu uso em práticas de ensino e de transmissão da doutrina, sobretudo no contexto missionário. Nesse sentido, entendo que sua organização sugere uma função voltada à aprendizagem linguística mediada pela catequese, ainda que não se possa afirmar isso de modo definitivo.

em maior ou menor grau, dominava¹⁸. Pode-se pensar que há, nesse movimento, uma tentativa de apoiar o aprendizado do tupinambá em conhecimentos já familiares ao leitor, ao mesmo tempo em que se busca conduzi-lo ao reconhecimento de certas regularidades da língua indígena. Nesse sentido, essa relação entre o que já se conhece e o que se está aprendendo pode indicar uma forma de mediação que sugere uma gramática voltada ao ensino, talvez vinculada, ainda que não de maneira explícita, às práticas de formação linguística associadas ao contexto catequético.

Outro traço pedagógico decisivo aparece na recorrente valorização do uso como critério de correção e aprendizagem. Quando Anchieta (1595, f. 2v) afirma que, em certos casos, “o uso de diuersas partes do Brasil será o melhor mestre” ou ainda “quod vñs docebit” (algo como “o que o uso ensinará”), ele desloca a autoridade gramatical do texto normativo para a experiência viva com os falantes indígenas.

Como argumentam Kaltner e Santos (2024, p. 3),

Temos uma declaração de Anchieta bem contundente sobre o aprendizado da língua tupinambá, a língua mais falada na costa do Brasil à sua época, em que o uso foi o seu melhor mestre, declaração rara os que queriam aprender a língua, que variava conforme as diversas partes do Brasil.

A partir disso, Kaltner e Santos (2024) sugerem que o “uso” não deve ser entendido apenas como prática empírica, mas como um princípio orientador do conhecimento linguístico, vinculado a uma tradição humanística que valoriza a experiência e a observação. Nesse sentido, pode-se pensar que a gramática não se constrói apenas pela abstração, mas pela escuta, pela convivência e pela tentativa de registrar regularidades a partir do contato efetivo com a língua em funcionamento. Essa centralidade do uso também permite compreender por que a gramática de Anchieta pode ser relacionada a funções pedagógicas e catequéticas, uma vez que ela se insere em

¹⁸ Para estas afirmações, veja-se Santos e Kaltner (2022, p. 132): “Anchieta estudou no Colégio das Artes de Coimbra, antes de seu ingresso na Companhia de Jesus, tendo tido o humanista Diogo de Teive entre seus preceptores”. Sobre Anchieta no Colégio das Artes em Coimbra destaca-se a afirmação de Ramalho (1997, p. 216-217): “Também não deve ter concluído o curso de Artes, pois nunca foi chamado de bacharel ou licenciado. Mas deve ter sido um excelente aluno, a avaliar pela qualidade dos seus versos e da sua prosa em latim humanístico”. Sobre o ensino de Latim no Colégio das Artes de Coimbra, em tempos de Anchieta, escreveu Santos (2021, p. 457) em artigo em inglês que aqui traduzo: “Já na oitava classe, correspondente ao terceiro ano de estudos, os livros eram diferentes. Além da gramática de Despauterius, os livros dessa etapa incluíam uma seleção de cartas de Cícero, comédias de Terêncio e os *colloquia* do humanista francês Marturin Cordier (1479-1574). Essas três obras eram divididas em lições diárias a serem memorizadas. Os diálogos deveriam ser encenados em grupo, assim como os *colloquia*. A partir de então, passava a haver um foco no uso do latim como língua ativa para a fala”.

um contexto de ensino e de mediação linguística, como explicado por Kaltner e Santos (2024, p. 4) nestes termos:

A obra de Anchieta foi redigida, provavelmente, entre 1554 e 1556, já havia décadas de contato linguístico por missionários franciscanos no território da América portuguesa que conheciam a língua tupinambá pelo uso, por viva voz, assim como intérpretes e colonos europeus.

O fato de Anchieta ter rotulado sua gramática como uma “arte” nos dá o indício de que era um texto escrito no gênero dos ‘rudimenta’ (rudimentos), ou seja, uma gramática elementar, tendo em vista que a língua indígena era uma língua complexa e variada do que a descrição humanista poderia fazer. Além disso, os autores acrescentam que a língua indígena gramatizada funcionava como mediação inicial no processo de formação missionária: “A língua indígena gramatizada teria sido um instrumento para a interação inicial com o sistema de pensamento missionário da época” (Kaltner; Santos, 2024, p. 4). Assim, pode-se sugerir que o conceito de uso, ao privilegiar a aprendizagem pela prática e pela convivência, articula-se com uma gramática pensada não apenas para descrever, mas para ensinar e viabilizar a comunicação no contexto da catequese.

Logo no início do capítulo, Anchieta (1595, f. 2v) observa fenômenos de alternância fonética, como a variação entre *m* e *mb* no início de palavras, exemplificada por formas como *mó* e *mbó* para “mão”. Contudo, em contextos compostos, como quando o substantivo é precedido por um genitivo ou adjetivo, ocorre a transformação para *p*, resultando em construções como *Pedro pó* (“mão de Pedro”). Apesar disso, certas palavras, como *mbaê* (“coisa”), permanecem invariáveis, demonstrando que as mudanças não são uniformes, mas dependem do contexto fonético e morfossintático.

Anchieta (1595, f. 2v) também estabelece regras para as consoantes iniciais, afirmando que *b* nunca aparece sozinho no início das palavras, mas sempre precedido de *m*, formando *mb*. Mesmo quando, por descuido, a grafia registra apenas o *b*, a pronúncia correta deve preservar o *m*, como em *mbaê* e não *baê*. Em posição medial, o mesmo padrão se mantém, evidenciando a preferência do tupinambá por sons nasais e evitando encontros consonantais abruptos. A presença sistemática dessa nasalidade marca uma das diferenças estruturais mais significativas entre o tupinambá e o português.

Deve-se considerar, ainda, a inserção de consoantes para suavizar a pronúncia, fenômeno de natureza eufônica. Em palavras complexas ou compostas, sons como *d* e *mb* são introduzidos para facilitar a transição entre sílabas, como ocorre na transformação de *Tetamoéra* em *Tetamboéra* (“os antigos”). Da mesma forma, o *d* aparece frequentemente após *n*, tanto no início quanto no meio das palavras, como em *ndé* (“tu”) ou *pindára* (“anzol”), revelando uma adequação da ortografia às tendências fonéticas naturais dos falantes.

Parece-nos possível interpretar esses fenômenos não como simples inserções ocasionais de consoantes, mas como efeitos do próprio funcionamento articulatório da língua, em que os sons se organizam segundo movimentos contínuos. Nesse sentido, entendemos que essas ocorrências podem ser aproximadas da noção de sílaba articulatória em Ferdinand de Saussure (conforme mencionado por Silva [2009, p. 180] em estudo acerca da língua indígena Aruak), na medida em que revelam pontos de apoio que tornam mais perceptíveis as fronteiras entre sílabas, resultantes da ordenação dos gestos vocais.

Além disso, Anchieta (1595, f. 2v) descreve transformações condicionadas pelo contexto fonético. Sons como *b* e *p* tendem a se converterem em *m* ou *mb* quando precedidos por consoantes ou vogais nasais, como nos exemplos *Ainupãmo* (“Quando eu bato”) e *Airumô* (“Quando eu venho”). O *r*, por sua vez, pode mudar para *n* em determinadas posições, sobretudo após til, *m* ou *n*, como em *nupãreme* (“quando ele/ela bate”), que se transforma em *nupãneme*. Essas variações refletem a estrutura silábica do tupinambá, que privilegia sequências sonoras mais suaves e evita rupturas abruptas na cadeia fônica.

A nasalidade é, inclusive, um dos traços centrais abordados por Anchieta (1595, f. 2v), que dedica atenção especial ao uso do til como marcador gráfico. Para além de indicar a nasalização de vogais, o til também condiciona a transformação de consoantes vizinhas, afetando diretamente a morfologia e a flexão de verbos e substantivos.

Outro desafio enfrentado por Anchieta (1595, f. 2v) era a representação gráfica de sons inexistentes no português. Para contornar essa limitação, ele desenvolveu soluções criativas, como o uso do ç para um som próximo ao *s* suave, a introdução do chamado *i áspero*, diferenciado do *i lenis* por um ponto subscrito, e a alternância entre combinações como *ya* e *nh*, utilizadas conforme a região e o contexto fonético.

Anchieta (1595) reconhece, ainda, a relevância da variação dialetal e a importância do uso para o estabelecimento de uma norma. Em diversos momentos, o missionário afirma que “o uso ensinará” a grafia adequada, admitindo que diferentes grupos indígenas pronunciavam determinados termos de forma distinta, como na passagem citada acima. Essa abertura parece mostrar que o autor procurou construir um modelo ortográfico funcional ajustável às práticas linguísticas concretas. Veja-se, por exemplo, o trecho a seguir:

Isto das letras, ortografia, pronúnciação e acento servirá para saberem pronunciar o que acharem escrito os que começam a aprender; mas, como a língua do Brasil não está em escrito, senão no contínuo uso do falar, o mesmo uso e viva voz ensinarão melhor as muitas variedades que têm, porque no escrever e acentuar cada um fará como lhe melhor parecer. As mudanças das letras que ficam atrás servirão para não se repetir adiante uma coisa a cada regra, para o que a estas hão de recorrer. Posto que sempre há algumas exceções, que o uso ensinará (Anchieta, 1595, f. 8v).

O alfabeto latino-português funciona como referência, ainda que os sons da língua indígena não coincidam plenamente com ele. Assim, a elaboração de regras de transcrição aparece como uma tentativa de aproximar dois sistemas distintos, permitindo que um leitor formado nesse ambiente humanístico compreenda e reproduza, ao menos parcialmente, a língua descrita. No entanto, como sugere a perspectiva de Swiggers (2019, p. 47), esse leitor já é pressuposto pela própria gramática: trata-se de um “usuário” que domina previamente a tradição gramatical e utiliza o português como ponto de apoio para acessar o tupinambá.

Por fim, o capítulo também aborda os ditongos, as contrações vocálicas e a organização silábica, sempre relacionando a análise à pronúncia efetiva. Anchieta (1990) identifica, por exemplo, que combinações como *oa* e *oe* podem comportar-se como monossílabos ou fundir-se, dependendo da estrutura da palavra e da cadência da fala.

Veja-se o quadro a seguir que procura sintetizar este capítulo:

Quadro 3 - Quadro-síntese do capítulo segundo da *Gramática* de Anchieta

Tópico	Descrição na gramática
P/M/MB	Alternância entre p, m e mb; p inicial pode tornar-se mb; b não ocorre sem m inicial.
B em posição inicial	Não ocorre sem m; formas como mbaê são obrigatórias.

D e N	D não ocorre sem n anterior; alternância nd/n em início e meio de palavras.
Inserção de B e D	Inserção após m e n em palavras compostas, verbais e pretéritos.
Mudança de B/P	Mudança para m ou mb quando precedidos de nasal ou til.
Gerúndios e participios	Alterações fonéticas em formas como <i>nupãmo</i> , <i>airumô</i> .
Mudança de R para N	Ocorre após til, m ou n em certas formas verbais e nominais.
Mudança de C	Pode mudar para nd ou ng em contextos específicos, sobretudo em compostos.
Mudança de T	Pode mudar para d ou nd em contextos de nasalidade.
Exceções	Há exceções que dependem do uso.
Nha/Ya	Alternância entre formas, podendo variar conforme o contexto.
Vogais Oa/Oe	Podem formar monossílabos ou contrações.
V consonantal	Raro; ocorre em substituição a b em alguns casos.
Interposição de G	Inserção para facilitar pronúncia em certas formas verbais.
Consoantes Ca/Co/Cu	Pronúncia semelhante ao português; distinção com cedilha.
Ce/Ci	Pronúncia semelhante ao português com variações em compostos.
Que/Qui	Podem ser mono ou dissilábicos conforme composição.
Ga/Go/Gu	Pronúncia semelhante ao português.
I/Y	Função variável como vogal ou consoante; uso relacional e fonético.
I áspero	Marca fonética especial, podendo alterar significado.
Contração silábica	Processos de contração e expansão silábica conforme contexto.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4.1.3 De accentu

Já o terceiro capítulo da obra de Anchieta, intitulado “De accentu”, tem por função normatizar o uso dos acentos e da prosódia no tupinambá, segundo critérios fonológicos e ortográficos derivados, em parte, dos modelos gramaticais latinos. Enquanto o capítulo anterior se concentra na adaptação do sistema gráfico à pronúncia da língua indígena, este capítulo desloca a análise para os aspectos acentuais e

prosódicos, evidenciando a preocupação de Anchieta com a correta leitura, pronúncia e transmissão oral da língua no contexto catequético e pedagógico da missão.

Anchieta organiza o capítulo com regras detalhadas sobre acentuação, “cremento”, que quer dizer “acréscimo”, composição de palavras e exceções, tentando conciliar a estrutura sonora da língua indígena com a lógica da gramática europeia. Acerca deste “cremento”, escrevem Kaltner e Santos (2025, p. 143):

do latim *incrementum*, pelo acréscimo de partículas. O missionário descreve, dessa forma, a derivação de nomes em verbos: “Cremento, ha não lamente nos verbos, mas tãbem noutras partes da oração porque todas le podem co-niugar, como verbos” (Anchieta, 1595, f. 7r-7v). Note-se que a derivação de um nome em outro é um fato linguístico bem antigo, já referenciado por Aristóteles em suas *Categorias*.

No início desse capítulo, Anchieta (1595, f. 7r) estabelece que as palavras terminadas em quatro vogais específicas, geralmente a, e, i, u, recebem o acento na última sílaba, marcado com circunflexo. Contudo, ele aponta exceções para palavras terminadas em e que aparentam ter o acento na penúltima, explicando que isso ocorre em formas compostas, como *icatûpe* (“bem”), *nhóté* (“somente”) e *oetépé* (“verdadeiramente”). Essa abordagem mostra a tentativa de adaptar as normas latinas ao funcionamento da língua tupinambá, respeitando suas particularidades morfológicas.

Anchieta (1595, f. 7r) diferencia também os casos das palavras terminadas em “a”. Algumas recebem o acento na última sílaba, indicado com circunflexo, como *tatâ* (“fogo”); outras, no entanto, têm o acento na penúltima, marcado com acento agudo, como *óca* (“casa”). As monossílabas levam acento grave, como *pè* (“em”) e *tè* (“mesmo”). Os verbos formam uma categoria distinta, pois, na maioria dos casos, recebem o acento na última sílaba, independentemente da vogal ou consoante final.

As formas terminadas em *i* e *u* precedidos de vogal merecem atenção especial. Nos vocábulos terminados em *i*, o acento tende a cair na penúltima, sendo essas formas chamadas de contratos, como *acái* (“ferida”) e *aiucéi* (“eu mato”). Já os vocábulos terminados em *u*, embora mais raros, seguem padrão semelhante, como *aimongarâu* (“eu faço aumentar”) e *xe éu* (“eu como”). Nessas situações, Anchieta (1595, f. 7v) reconhece a ocorrência de ditongos e o surgimento de novas palavras por meio da composição, evidenciando a produtividade da língua tupinambá.

O conceito de “cremento”, ou acréscimo de sílabas, que já se definiu acima, é outro ponto abordado. Anchieta explica que, dependendo da posição natural do

acento, esse acréscimo pode alterar a tonicidade ou mantê-la. Quando a penúltima sílaba se torna breve, é necessário marcar essa alteração com acento agudo, como em *óca* (“casa”), *ócamo* (“na casa”) ou *tatá* (“fogo”), *tatáne* (“no fogo”). Ele apresenta exemplos extensos, incluindo conjugações verbais como *aimondô* (“eu mando”), demonstrando que o fenômeno pode ocorrer em tempos diversos, como imperativo, optativo, conjuntivo e pretérito imperfeito, sem comprometer a posição do acento natural.

Anchieta dedica, ainda, uma seção à composição de palavras, destacando que os compostos preservam, sempre que possível, os acentos dos elementos originais. Ele exemplifica isso com junções de verbos com verbos, como *açôpotár* (“eu quero ir”) e *açôpotane* (“quando eu quiser ir”); nomes com nomes, como *Aba catú* (“homem bom”) e *ocatú* (“casa boa”).

Por fim, Anchieta (1595, f. 8r) reconhece que, apesar de buscar sistematizar regras de acentuação, a língua tupinambá permanece essencialmente oral e sujeita à variação. Ele admite que “o mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que têm” (Anchieta, 1595, f. 8r), evidenciando, ao que parece, a distância entre a norma gramatical e o uso cotidiano. Ainda assim, a sistematização proposta serve como guia para aprendizes, especialmente jesuítas, visando facilitar a pronúncia e a padronização na transcrição da língua.

Veja-se, no quadro a seguir, uma síntese do exposto acima:

Quadro 4 - Quadro-síntese do capítulo terceiro da *Gramática* de Anchieta

Tópico	Descrição na gramática
Acento em vogais finais	Palavras terminadas em vogais (a, e, i, o, u) tendem a ter acento na última sílaba, marcado com circunflexo.
Palavras em -e compostas	Algumas formas aparentam acento na penúltima por serem compostas (<i>icatúpe</i> , <i>nhóté</i> , <i>oetépe</i>).
Palavras em -a	Podem ter acento na última (<i>tatá</i>) ou na penúltima (<i>óca</i>).
Monossílabos	Recebem acento grave (<i>pê</i> , <i>tê</i> , <i>nhò</i> , <i>nhú</i>).
Verbos	Em geral, recebem acento na última sílaba, independentemente da terminação.
Palavras terminadas em -i	Com vogal anterior, tendem ao acento na penúltima (<i>acái</i> , <i>aiucéi</i>).
Palavras terminadas em -u	Algumas têm acento na penúltima, frequentemente derivadas ou compostas (<i>aimongarâu</i> , <i>xe éu</i>).

Cremento (aumento)	Acréscimo de sílabas ocorre em várias classes, não apenas verbos.
Regra geral do cremento	Com acréscimo de uma sílaba ou duas com penúltima breve, usa-se acento agudo.
Crescimento com penúltima longa	Se a penúltima for longa, o acento recai nela.
Acento em tempos verbais	Pode haver manutenção do acento original com adição de outro no elemento acrescido.
Perda de sílaba	Palavras com acento na penúltima mantêm acento agudo ao perder sílaba final.
Composição verbal	Mantém-se o acento dos elementos; variação ocorre no último elemento (<i>açôpotár</i> , <i>açôpotane</i>).
Composição nominal	Combinação de nomes mantém estrutura acentual (<i>aba catú</i> , <i>ocatú</i>).
Composição nome + verbo	Formação híbrida com manutenção de acento (<i>ateçácotúc</i>).
Palavras com penúltima acentuada	Perdem vogal final na composição, mantendo acento agudo (<i>ócatú</i>).
Acento grave em composições	Indica monossílabo; acento original permanece na base.
Função pedagógica	Ortografia e acento auxiliam na pronúncia de aprendizes.
Importância do uso	O uso e a fala são considerados fundamentais para aprender variações da língua.
Exceções	Existem exceções aprendidas pelo uso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Antes de se concluir, cabem algumas palavras acerca da acentuação no tupinambá. Para além da *Gramática* de Anchieta, conforme aponta Mistieri (2010), deve-se considerar, também, os poemas redigidos pelo missionário na língua tupinambá. Sua métrica, de acordo com Mistieri (2010, p. 8), dá-nos informações importantes que complementam a *Gramática*. A autora, então, assume que a escansão dos versos e, sobretudo, a observação das rimas em posição final, constituem instrumentos privilegiados para a identificação da sílaba tônica: “essa posição é privilegiada (...) pelo fato de se poder estabelecer com segurança (...) se a palavra, na posição da rima é oxítona, paroxítona, proparoxítona ou se se trata de um monossílabo” (Mistieri, 2010, p. 7).

Assim, a métrica deixa de ser um elemento meramente formal e passa a operar como evidência empírica para a reconstrução do sistema acentual do tupinambá. Essa perspectiva metodológica se concretiza na análise de diversos poemas anchietanos, entre os quais se destaca o trecho de “Dos Mistérios do Rosário de Nossa Senhora”,

no qual a alternância de padrões rítmicos permite inferir a localização do acento lexical. Observe-se o seguinte excerto:

*Nde mbya pupe
Pitangamo oupa
Typana rerupa
Ipo nde ryge.*
(Fargetti; Mistieri, 2016, p. 92).

A partir desse conjunto de versos, a autora demonstra que há uma organização sistemática das rimas, distinguindo-se versos agudos (oxítonos) e graves (paroxítonos). Essa distinção não é arbitrária, mas revela uma correspondência direta entre a estrutura métrica e a prosódia da língua. Desse modo, evidencia-se que Anchieta, ao compor em tupi, não submete a língua a uma métrica exógena, mas, ao contrário, ajusta a métrica às propriedades fonológicas do tupinambá, preservando a integridade de seu sistema acentual. A mesma regularidade pode ser observada em outros poemas, como na “Cantiga por o sem ventura”, em que a disposição das rimas igualmente permite identificar padrões acentuais recorrentes. Considere-se o seguinte trecho mencionado por Mistieri (2010, p. 18):

*Tupansy porangeté
Oropab oromanómo
Ore moingobe jepé
Nde membyra monhyrómo*

Nesse excerto, a alternância entre terminações oxítonas e paroxítonas confirma a hipótese de que o sistema acentual do tupi antigo apresenta uma organização regular, ainda que não exclusivamente fixa. Tal constatação é corroborada pelos resultados quantitativos do estudo, segundo os quais “217 [palavras] são paroxítonas (59,29% do total), 146 são oxítonas (39,89%) e 3 são monossílabos tônicos (0,82%)” (Mistieri, 2010, p. 22). Esses dados permitem inferir que, embora haja uma tendência significativa à paroxítonia no corpus analisado, a oxítonia também desempenha papel relevante, o que aponta para um sistema acentual complexo e sensível a condicionamentos morfológicos.

A relação entre os dados extraídos da lírica e a *Gramática* de José de Anchieta pode ser compreendida como um possível ponto de convergência entre descrição normativa e uso linguístico, ainda que não se possa afirmar isso de forma categórica. Na *Arte de gramática*, o autor indica que “todas as dicções acabadas nas quatro últimas vogais [...] têm o acento na última” e que “os verbos, pela maior parte, têm o acento

na última” (Anchieta, 1595, f. 7r), sugerindo uma tendência à oxitonia. Contudo, o próprio texto também menciona casos em que o acento se desloca, especialmente em contextos de composição ou acréscimo de elementos.

Nos poemas mencionados, observa-se uma frequência considerável de formas paroxítonas em posição de rima, muitas delas com terminações que a tradição gramatical associa a sufixos átonos. A partir disso, pode-se supor que haja uma relação entre o comportamento acentual descrito na *Gramática* e o que aparece na lírica, embora essa relação dependa de interpretação e do recorte do *corpus*. Nesse sentido, a coincidência entre descrição e uso parece indicar que os textos de Anchieta podem ser utilizados como indícios para o estudo da acentuação do tupinambá, ainda que não permitam conclusões definitivas.

4.1.4 Dos nomes

O quarto capítulo da *Gramática* de Anchieta, intitulado “Dos Nomes”, dedica-se à descrição do comportamento dos substantivos no tupinambá, abordando desde a flexão e o uso do vocativo até a formação de compostos e numerais. Anchieta (1595, f. 8v) parte da constatação de que, ao contrário do latim, os nomes não apresentam distinções marcadas de casos e números, salvo no vocativo. Nos substantivos com acento na última sílaba, nenhuma alteração ocorre: por exemplo, *abá* (“homem”) mantém a mesma forma em todos os casos. Já nos nomes com acento na penúltima sílaba, há perda da vogal final no vocativo, como em *túba* → *túb* (“pai”) e *xérúba* → *xérúb* (“ó meu pai”).

Outro ponto importante é a intercambialidade de *r* e *t* no final de algumas palavras. Anchieta observa que, em certos contextos, pode-se substituir *r* por *t*, como no exemplo *aiûr* → *aiût* (“pescoço”), sem, contudo, alterar o funcionamento da conjugação verbal. Há também a menção a nomes como *guà* ou *ibià*, que funcionam como sujeitos vagos no plural, servindo para completar sentenças que, em português, equivaleriam a “dizem”, “vão” ou “irão”. Essa categoria evidencia um traço do tupinambá em que a estrutura da oração exige um elemento de referência, mesmo que o sujeito não esteja explicitamente identificado.

Anchieta (1595, f. 8v) explica, ainda, que o plural pode ser deduzido pelo contexto ou expresso mediante a adição de termos que indicam coletividade, como *cetâ*

(“muitos” ou “todos”), formando palavras como *abàeta* (“homens”) ou *ócetà* (“casas”). Essa estratégia reflete uma língua que privilegia construções analíticas, como explicaremos no adiante, sobretudo no que diz respeito à ordem dos constituintes verbais.

A segunda parte do capítulo trata da composição dos nomes, que constitui um dos aspectos mais complexos e produtivos do tupinambá. Anchieta (1595, f. 9r) descreve três formas principais de composição: a primeira, chamada *appositio*, ocorre quando dois substantivos se unem, e o primeiro, mais genérico, precede o segundo, mais específico, como em *mbaêtatâ* (“coisa-fogo”, ou “coisa que é todo fogo”) e *mbaêpirâ* (“coisa-peixe”); a segunda forma é a composição por matéria, quando o termo que designa a substância antecede o objeto produzido, como em *jtâpindâ* (“anzol de ferro”); a terceira forma é a composição genitiva, quando um nome indica posse ou relação, como *jaguápo* (“mão de cão”) ou *ócitâ* (“esteio da casa”). Anchieta observa que, em casos assim, a perda de vogais ou sílabas finais é frequente, e que o uso define muitas dessas variações.

O capítulo também analisa os numerais, que, no tupinambá, são limitados a quatro unidades básicas: *oyepê* (“um”), *mocóy* (“dois”), *moçapîr* (“três”) e *oyoirũdíc* (“quatro”). Eles podem anteceder ou seguir os substantivos, e, ao receberem a partícula final *-a*, tornam-se ordinais, como em *xêmocôya* (“o segundo por mim”). Para expressar ideias mais complexas, como “o que está diante” ou “o que está atrás”, utilizam-se partículas adicionais, como *çoára* ou *ndoâra*, que indicam pertencimento ou posição.

Por fim, Anchieta (1595, f. 9r) destaca a estreita relação entre escrita e oralidade na fixação das formas nominais. Apesar de suas descrições minuciosas, ele reconhece que “o uso ensinará melhor” (Anchieta, 1595, f. 9r), assumindo que a língua se manifesta principalmente pela fala, e que as variações fonéticas, as supressões de sílabas e as estratégias de composição são fenômenos dinâmicos, dependentes da interação com os falantes.

4.1.5 Dos pronomes

Neste capítulo, inicialmente, Anchieta (1595, f. 10v) apresenta os pronomes pessoais e suas flexões de número e pessoa, distinguindo primeira, segunda e terceira pessoa, com formas no singular e plural. Entretanto, percebe-se que a noção de

“casos” não corresponde à tradição latina: embora empregue os termos nominativo, dativo e acusativo, essas categorias são redefinidas, pois o tupinambá não possui um sistema de declinações formal, mas sim construções sintáticas que, dependendo do contexto, assumem valores funcionais semelhantes. Por exemplo, para a primeira pessoa do singular, Anchieta (1595, f. 11r) registra *yxê* (“eu”), mas esse mesmo pronome pode exercer funções nominativas, acusativas ou até dativas conforme a posição na frase. Essa ausência de declinações regulares desafia os parâmetros da tradição gramatical europeia.

Outro aspecto relevante do capítulo é a relação entre os pronomes pessoais e a estrutura verbal. Anchieta observa que, no tupinambá, os pronomes podem ser incorporados ou repetidos junto ao verbo, especialmente para marcar tempo, aspecto ou ênfase. Ele exemplifica construções como *yxê xèjucá* (“a mim me matam”), nas quais a repetição do pronome reforça a função sintática. Há também casos em que o verbo exige a presença obrigatória do pronome, diferentemente do português ou do latim, evidenciando um sistema de concordância mais flexível e dependente do contexto discursivo (Anchieta, 1595, f. 11r).

Anchieta (1595, f. 11r) destaca, ainda, a existência de uma distinção semântica peculiar entre os pronomes da primeira pessoa do plural: *oré* e *yandê*. Ambos equivalem a “nós”, mas *oré* exclui o interlocutor do grupo referido, enquanto *yandê* inclui o interlocutor na ação. Essa diferenciação, ausente nas línguas indo-europeias, revela uma marca tipológica do tupinambá e exige do gramático uma ampliação conceitual que vai além da tradição latina, indicando uma tentativa de conciliar observação empírica e categorias importadas.

O capítulo também trata dos pronomes possessivos e sua construção por meio de prefixos, muitas vezes combinando-se diretamente com substantivos. Anchieta (1595, f. 11v) exemplifica formas como *xéjára* (“meu senhor”), *ndéjára* (“teu senhor”) e *péjára* (“vosso senhor”), demonstrando que o tupinambá tende a fundir o pronome com o nome, em vez de usar partículas independentes como no português. Essa característica complica a aplicação direta da terminologia latina, mas Anchieta a traduz em termos familiares aos missionários europeus, interpretando-a como uma extensão da categoria dos adjetivos possessivos.

A partir do que Lima (2009, p. 110) apresenta, parece possível perceber que há certa convergência entre alguns gramáticos quanto ao reconhecimento de unidades com valor possessivo no tupinambá, ainda que a terminologia empregada não seja uniforme. No caso de José de Anchieta, observa-se que termos como *xe*, *nde*, *oré*, *yandé*, *pé* são tratados, em determinados contextos, como “adjetivos”, sobretudo quando acompanham um substantivo, como em *xejára*. Já em outros momentos, quando aparecem de forma independente, parecem ser classificados como “pronomes”. Essa oscilação terminológica pode sugerir que Anchieta reconhecia uma mesma base funcional para esses elementos, mas a descrevia a partir de categorias herdadas da tradição latina, o que talvez explique a duplicidade de classificação.

Quando se observam outras gramáticas do tupinambá, como as de Figueira (1621), *A arte da língua brasílica*, e Couto de Magalhães, *O selvagem*, este último de 1876, parece haver uma tendência semelhante, ainda que com diferenças de rótulo. Em Figueira (1621), por exemplo, esses elementos são tratados como pronomes possessivos, tanto quando acompanham quanto quando substituem o nome, enquanto em Couto de Magalhães a designação de “adjetivo possessivo” também aparece em mais de um contexto (Lima, 2009, p. 110).

Assim, pode-se supor que todos esses autores reconhecem uma função comum, a expressão de posse, mas divergem quanto à forma de enquadrá-la nas categorias gramaticais disponíveis. Nesse sentido, como indica Lima (2009, p. 111), talvez não haja uma correspondência direta entre terminologia e funcionamento, mas antes um esforço de adaptação de modelos descritivos, o que pode explicar a relativa falta de uniformidade entre as gramáticas, apesar de um certo núcleo comum na descrição dessas formas possessivas.

O mesmo acontece, por exemplo, na *Gramática* da língua nahuátl que escreveu Andrés de Olmos, outro jesuíta. Chama-se *Arte para aprender la lengua mexicana* e data de 1547. Conforme pudemos perceber na página 13 da edição de 1888 desta obra, o jesuíta emprega o termo “semipronomes” para designar os adjetivos possessivos que, à maneira dos de Anchieta, agregam-se aos nomes alterando-lhes o sentido.

Outro ponto central é a análise dos pronomes relativos e recíprocos. Anchieta (1595, f. 11v) registra o uso de partículas como “ç”, “r” e “o” para marcar relações de posse, referência ou reflexividade, dependendo do contexto e da sonoridade. Por

exemplo, a mudança da consoante inicial do substantivo após o pronome relativo, transformando *tetê* (corpo) em *cetê* (seu corpo) ou *xéretê* (meu corpo), mostra uma forte integração entre morfologia e fonética. O pronome recíproco “o”, equivalente a “se, si, seu”, recebe uma atenção especial, pois é essencial para expressar relações de reflexividade e posse, desempenhando funções que, na gramática latina, seriam distribuídas entre diversas categorias.

Por fim, Anchieta (1595) observa que os pronomes no tupinambá diferem funcionalmente dos latinos. Ao mesmo tempo, porém, ele mantém a estrutura classificatória tradicional para que sua descrição seja inteligível aos missionários e eruditos europeus.

A verdade é que o capítulo “Dos Pronomes” da *Gramática* de Anchieta evidencia um contraponto entre dois universos linguísticos e culturais. Por um lado, conforme veremos no próximo capítulo, Anchieta herda a estrutura teórica da tradição gramatical latina, consolidada por autores como Prisciano e Donato, cujo objetivo era universalizar categorias como casos, gêneros, números e pessoas. Por outro, a língua tupinambá, com suas particularidades morfossintáticas, força o missionário a reconhecer os limites dessa tradição e criar soluções descritivas adaptadas (Kaltner; Santos, 2025, p. 137).

A análise dos pronomes pessoais mostra que a distinção entre *oré* e *yandê*, por exemplo, não encontra paralelo na gramática portuguesa ou latina, revelando uma visão do mundo na qual a inclusão ou exclusão do interlocutor é semanticamente relevante. Essa marca demonstra como as categorias gramaticais também carregam dimensões culturais, evidenciando que as línguas não apenas organizam a comunicação, mas também moldam formas de perceber relações sociais¹⁹.

Além disso, a fusão de pronomes possessivos com substantivos e a modulação fonética dos relativos mostram que o tupinambá opera com princípios diferentes dos previstos pela tradição europeia. Enquanto a gramática latina parte de unidades fixas e autônomas, a gramática tupinambá privilegia processos dinâmicos de composição, nos quais a identidade morfológica dos elementos pode se transformar para marcar relações semânticas. Anchieta (1595), ao tentar traduzir essas estruturas para um

¹⁹ Veja, por exemplo, Wittgenstein (2001, p. 5-6): “Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo”.

modelo europeu, revela tanto a riqueza da língua ameríndia quanto as limitações do arcabouço teórico de que dispunha.

A abordagem que Anchieta faz das categorias, conforme vemos nesse capítulo da obra, permite compreendermos, como examinaremos melhor mais adiante, como a gramática missionária de Anchieta pode ser lida como um documento histórico que registra o encontro entre culturas, na transposição de modelos de língua forjados inicialmente para a descrição do latim à tarefa de descrição de uma língua americana. Ao mesmo tempo em que cumpre uma função pedagógica, de facilitar a aprendizagem do tupinambá pelos jesuítas, a obra testemunha a dificuldade de impor uma matriz categorial europeia sobre uma língua de estrutura radicalmente distinta. Nesse sentido, a gramática de Anchieta parece ser um espaço de tradução cultural e de negociação epistemológica, conforme ressalta Alves Filho (2007, p. 113).

Veja-se, adiante, um quadro em que propomos as soluções descritivas destacadas alguns parágrafos acima:

Quadro 5 - Soluções descritivas de Anchieta no que diz respeito aos metatermos latinos

Metatermo latino	Solução descritiva	Exemplo	O que aparece no tupinambá
Casos (nominativo, dativo etc.)	Mantém os nomes dos casos latinos, mas distribui formas tupinambás sem flexão equivalente	“Nominatiuo yxê, xé [...] Datiuo yxêbe, xébo”	Uso de formas distintas por função
Pronome pessoal (substantivo)	Define certos pronomes como substantivos por funcionarem como sujeito	“yxê, endê, pee sempre são substantivos”	Função sintática
Pronome como adjetivo	Reclassifica os mesmos itens como adjetivos quando acompanham nomes	“são também adiectiuos [...] xêjára, ndêjára”	Função atributiva
Acusativo	Não há forma fixa; depende de posição	“yxê xêjucâ [...] a mi me matão”	Marcação por posição
Vocativo / repetição	Usa repetição para função sintática	“yxê xêçóreme [...] ndê ndêçóreme”	Reduplicação
Dativo	Reconhece forma própria	“tirando o dativo que tem proprio”	Forma específica
Pessoa verbal	Cria formas acusativas específicas	“orô, opô [...]”	Marcação relacional
Inclusivo/exclusivo	Distingue plural inclusivo e exclusivo	“Orê exclue [...] yandê inclue”	Categoria própria
Sujeito indeterminado	Usa nome como sujeito genérico	“Acê [...] diz homem”	Indeterminação

Pronome relativo	Usa partículas como equivalentes	“significação <i>is, ea, id</i> ”	Prefixos relacionais
Recíproco	Introduz partícula específica	“O. he reciproco [...] <i>oyejucá</i> ”	Reflexividade
Genitivo	Posse por justaposição	“ <i>pedro jára</i> [...] <i>petri dominus</i> ”	Sem marca formal
Preposições	Mantém conceito latino	“preposições <i>preponuntur</i> ”	Ordem fixa
Mudança fonológica	Usa alternâncias como marca	“ <i>Tetê</i> [...] <i>Cetê</i> [...] <i>Xéretê</i> ”	Marcação fonológica

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Ao observarmos o quadro, temos a impressão de que José de Anchieta parte de categorias que já estavam disponíveis, como nominativo, dativo, pronome e adjetivo, e tenta aplicá-las e adaptá-las à descrição do material linguístico que encontra no tupinambá. No entanto, parece que essas categorias não se ajustam de forma direta, o que o leva a redistribuir funções. Em vários momentos, nota-se que a mesma forma pode aparecer como “substantivo” ou como “adjetivo”, dependendo do uso. Isso nos leva a pensar que a classificação não decorre de uma forma fixa, mas da posição e da função no enunciado. Assim, parece que Anchieta mantém os nomes latinos das categorias, mas reorganiza seu funcionamento a partir do que observa na língua a partir das funções linguísticas.

Também chama a atenção o modo como ele parece lidar com aquilo que não encontra correspondência clara no latim. Quando se apresentam casos como a distinção entre *orê* e *yandê*, parece-nos que ele registra uma diferença que não pertence ao modelo latino, mas que mesmo assim precisa ser descrita. Algo semelhante ocorre com o uso de partículas como *o*, *ye*, ou com as alternâncias entre *t*, *r*, *c*, *i*, que aparecem em contextos relacionais. Nesse ponto, temos a sensação de que ele não abandona o quadro latino, mas passa a introduzir soluções que não estavam previstas nele, talvez para dar conta de relações que não poderiam ser descritas apenas com as categorias herdadas.

4.1.6 Dos verbos, Anotações na Conjuação, Da construção dos verbos ativos e De algumas maneiras de verbos em que esta anfibologia se tira

Os capítulos seis, sete, oito e nove da *Gramática* de Anchieta são dedicados aos verbos. Cada um deles, entretanto, focaliza um aspecto específico do funcionamento verbal do tupinambá: o capítulo seis apresenta a organização geral da conjugação; o capítulo sete aprofunda a descrição das pessoas verbais, dos chamados “artigos” e dos pronomes; o capítulo oito desloca a análise para a construção dos verbos ativos e para a relação entre sujeito, objeto e verbo; e o capítulo nove trata das anfibologias e dos mecanismos de desambiguação.

No capítulo seis, Anchieta (1595, f. 17v) inicia o estudo dos verbos afirmando que, embora pareçam ter apenas uma conjugação, é possível dizer que possuem duas: a afirmativa e a negativa, distinguindo-se pelo acréscimo de partículas que marcam a negação. Essa duplicidade parece mostrar que a negação no tupinambá não se constrói como no latim ou português (com partículas separadas), mas morfológicamente, alterando o verbo por meio de sufixos e prefixos.

Assim, *ajucû* significa “eu mato”, ao passo que *najucâi* se traduz por “não mato” (Anchieta, 1595, f. 17v). Essa organização binária (afirmativa/negativa) já sugere uma concepção gramatical distinta da latina, mas que Anchieta traduz dentro do quadro herdado dos gramáticos latinos. No latim, a negação é normalmente expressa por uma partícula autônoma (*non*) que se acrescenta a uma forma verbal já completa (*occido / non occido*), sem alterar a morfologia do verbo. No tupinambá, ao contrário, a negação integra-se organicamente à forma verbal, produzindo uma configuração distinta (*ajucû* → *najucâi*), em que a oposição afirmativo/negativo não é apenas sintática, mas morfossintética.

Essa organização binária aponta para uma concepção gramatical diversa da latina, pois o verbo tupinambá não é simplesmente “o mesmo” acrescido de um advérbio de negação: ele se reconfigura formalmente para marcar o valor negativo. Em vez de criar uma terminologia nova ou reconhecer explicitamente uma outra lógica gramatical, Anchieta faz um movimento de mediação: aceita a especificidade estrutural da língua indígena, mas a torna inteligível por meio das noções herdadas da tradição latina. Assim, a *Arte* não apaga a diferença, mas a domestica pedagogicamente,

mostrando como uma gramática não latina pode ser explicada, ainda que com tensões, a partir dos instrumentos dos gramáticos latinos.

Pode-se dizer que o tupinambá parece não se enquadrar em um modelo de língua com classes de palavras fixas, como ocorre no latim, e isso costuma ser descrito como um traço de língua acategorial, como pretende Gerardi (2023, p. 101). Nesse tipo de sistema, não há uma separação rígida entre nome, verbo e adjetivo, pois uma mesma base lexical pode aparecer em funções distintas, dependendo da marcação ou do contexto. Sendo assim, formas como *oc* podem funcionar como predicado (“ser casa”), enquanto *oc-a* pode funcionar como referência (“a casa”), e *r-ok* (-a) como modificação. Isso parece indicar que a distinção entre classes não está na raiz em si, mas na forma como ela é empregada. Logo, talvez não seja possível falar em categorias estáveis como no latim, em que cada classe apresenta propriedades formais próprias, como flexão nominal ou verbal.

Diante disso, pode-se perceber que toda a discussão sobre a forma como José de Anchieta descreve o tupinambá passa por esse ponto. Ao utilizar metatermos como “nome” e “verbo”, ele parece tentar enquadrar a língua em um modelo categorial que não corresponde diretamente ao seu funcionamento. Nesse sentido, podemos pensar que há um movimento de adaptação, em que o tupinambá é descrito por meio de categorias que vêm de outra tradição. Isso talvez explique por que certas formas aparecem ora como pronomes, ora como adjetivos, ou por que relações são descritas por meio de casos que não existem de modo formal na língua. Assim, a chamada “domesticação” do tupinambá pode estar ligada a essa tentativa de organizar um sistema acategorial a partir de um modelo categorial, o que parece gerar ajustes constantes na descrição.

O missionário apresenta os modos verbais, indicativo, imperativo, optativo e conjuntivo, bem como os tempos verbais, com paralelos ao sistema latino: presente, pretérito imperfeito, perfeito, mais-que-perfeito e futuro. Ao listar paradigmas como “ajucû, eu mato, matava, matei, havia matado”, Anchieta (1595, f. 17v) força o tupinambá dentro da lógica da morfologia flexional latina. Contudo, observa-se que muitas dessas formas são resultado de acréscimos de partículas (como “ne” para o futuro e “xóne” para a negação), e não de flexão desinencial como no latim. Desse modo, o que ele apresenta como conjugação é, na verdade, um sistema de aglutinação de partículas temporais e modais.

Cabe destacar, para os propósitos desta tese, que a língua tupinambá pode ser descrita como uma língua aglutinante, conceito que não existia à época de José de Anchieta, o que parece evidenciar dificuldades de ordem classificatória em sua descrição. Nessa perspectiva, deve-se considerar que tal caracterização só se torna possível a partir do desenvolvimento posterior da tipologia linguística, sendo retomada por autores como Rodrigues (1997, p. 33) e discutida em estudos mais recentes. Como indicam Kaltner e Santos (2025, p. 146):

A língua tupinambá é descrita como uma língua aglutinante, que difere da língua latina e da língua portuguesa, devido à sua vinculação histórica a uma determinada família linguística, a família tupi-guarani, que difere tanto da língua latina como língua indo-europeia e da língua portuguesa como língua românica, ou neolatina.

Essa diferença estrutural talvez ajude a compreender por que a aplicação de categorias herdadas do latim não parece corresponder diretamente ao funcionamento da língua indígena. Nesse contexto, a própria noção de língua aglutinante contribui para esclarecer o modo como o tupinambá (e outras línguas ameríndias) organiza seus elementos morfológicos, o que pode ter sido percebido de forma parcial por gramáticos posteriores, como se observa em leituras feitas a partir de tradições descritivas como a de Carochi (1645). De acordo com Pria (2006, p. 116):

As línguas aglutinantes unem afixos comumente invariantes a uma raiz de tal forma que pode haver vários morfemas facilmente identificáveis em uma palavra. De outra forma, a palavra se compõe de morfes, sendo que cada um representa um morfema, havendo conservação da identidade fonológica dos morfes. Trata-se, portanto, da não correspondência entre morfemas e certos segmentos de palavra.

A partir disso, é possível sugerir que a dificuldade em enquadrar o tupinambá em categorias como as do latim decorre, ao menos parcialmente, dessa organização morfológica distinta. Nessa configuração, os elementos gramaticais se encadeiam de maneira diferente, o que pode ter exigido, por parte de Anchieta, um esforço constante de adaptação descritiva.

Ainda no capítulo seis, Anchieta também descreve o imperativo *ejucâ* (“mata tu”), o optativo *ajucâtemomâ* (“oxalá se eu matasse”), o infinitivo *iucâ* (“matar”) e as formas nominais (gerúndios e participípios). Destacam-se também os participiais: *iucâçâra* (“matador”), *mijucâ* (“morto”), *iiucapîra* (“assassinado”). Essas formações evidenciam a plasticidade do tupinambá, capaz de gerar nomes de ação e agentes a partir

do verbo por meio de sufixos. Anchieta (1595, f. 18v) organiza tudo dentro da taxonomia latina de supinos, gerúndios e participios, ainda que tais categorias não existissem originalmente no tupinambá.

Já no capítulo sete, Anchieta aprofunda as observações sobre as pessoas verbais. Ele explica que, no tupinambá, existem seis pessoas, mas a terceira é idêntica no singular e plural (“o”). As marcas pessoais são chamadas de “artigos”, diferentes dos pronomes independentes, e funcionam como prefixos ligados ao verbo. Assim, em *xemaenduâr* (“eu me lembro”), temos o prefixo “xe-” marcando a primeira pessoa, enquanto em *ndemaenduâr* (“tu te lembrás”) aparece “nde-”. Já no plural: *orêmaenduâr* (“nós lembramos”), *pé maenduâr* (“vós lembrais”).

Nesse mesmo capítulo, Anchieta (1595, f. 20v) faz uma distinção entre artigos e pronomes. Nem todos os verbos se conjugam com artigos, apenas os ativos e muitos neutros. Isso significa que a língua possui dois mecanismos de marcação da pessoa verbal: um ligado a prefixos (artigos) e outro ligado a pronomes independentes, mais autônomos. Tal fenômeno não existe no latim nem no português, mas Anchieta (1595, f. 20v) tenta explicá-lo pela analogia.

O religioso também comenta sobre o uso do presente do indicativo e suas extensões semânticas, apontando que essa forma verbal pode equivaler a diferentes tempos (pretérito, presente, futuro), dependendo do contexto e de partículas auxiliares (*biâ*, *moân*, etc.). Essa polissemia temporal mostra que o tupinambá se organiza por contextos de uso e partículas adverbiais não apresentando um sistema morfológico-desinencial rígido. Anchieta (1595, f. 20v), porém, descreve isso a partir de categorias europeias, esforçando-se para manter correspondências.

Assim, o capítulo sete revela-se notável porque apresenta a percepção de Anchieta (1595) de que o sistema verbal tupinambá não é puramente flexional como o latino, mas ocorre por articulação entre pronomes, partículas e verbos. Sua terminologia (“artigos”) mostra a dificuldade de classificar categorias ameríndias com base em moldes latinos.

No capítulo oito, Anchieta passa ao estudo da sintaxe verbal, especialmente na relação entre sujeito, objeto e verbo. Ele observa que, quando a terceira pessoa é objeto, o verbo mantém seus artigos normalmente: *aiucâ Pedro* (“mato a Pedro”). No entanto, quando as duas terceiras pessoas estão presentes (sujeito e objeto), pode surgir ambiguidade: *Pedro Ioanne ojucâ* (“Pedro matou João” ou “João matou Pedro”).

Para resolver isso, Anchieta (1595, f. 25r) sugere o uso de participiais: *Pedro yjuca-çâra* (“Pedro foi o matado”), *Ioanne yjuçapîra* (“João foi o morto”).

Anchieta também explica que, quando o objeto é de 1ª ou 2ª pessoa, o artigo verbal se perde e o pronome acusativo deve vir imediatamente antes do verbo: *xejucâ Pedro* (“Pedro me mata”), o que revela a importância da sintaxe linear para a clareza. Além disso, quando a segunda pessoa é sujeito e a primeira é objeto, acrescenta-se a partícula *yepê* ou *peyepê*, como em *xejucâyapê* (“tu me matas”), um recurso que não encontra paralelo no latim (Anchieta, 1595, f. 25r).

No capítulo oito, percebe-se a originalidade do sistema sintático tupinambá. Enquanto o português e o latim usam declinações e ordem de palavras para evitar ambiguidade, o tupinambá recorre a partículas, repetição de pronomes e uso de participiais. Anchieta (1595), embora mantenha a organização tradicional das gramáticas, documenta cuidadosamente esses mecanismos, oferecendo um retrato detalhado do funcionamento da língua. Isso mostra sua capacidade de observar além dos limites do quadro latino.

Por fim, no capítulo nove, Anchieta (1595, f. 37v-40r) trata das situações de anfibologia e das mudanças fonológicas que ocorrem nos verbos conforme os contextos sintáticos. Ele analisa, por exemplo, os verbos começados por *ç*, que mudam para *r* quando não há artigo e o acusativo é expresso: *çepiâc* (“ver”), mas *xerepiâc* (“eu vejo”). Situação semelhante ocorre com verbos iniciados em *r*, *ix*, *yo*.

O missionário explica (Anchieta, 1595, f. 37v) que essas mudanças servem para evitar ambiguidades na identificação de sujeito e objeto, funcionando como marcadores relacionais internos ao verbo. Ele também mostra como o advérbio pode provocar alterações, exigindo repetição ou supressão de artigos. Além disso, comenta sobre os verbos neutros, que seguem regras próprias de construção, sempre em sintonia com advérbios e preposições.

O capítulo nove funciona como uma espécie de gramática de exceções, e revela as estratégias linguísticas do tupinambá de ajuste fonológico e morfossintático para evitar ambiguidades. Anchieta (1595) reconhece que a língua tupinambá tem mecanismos próprios de desambiguação, diferentes da lógica latina.

Veja-se o quadro a seguir que ilustra esses mecanismos de desambiguação do tupinambá presentes no capítulo nove da Gramática:

Quadro 6 - Mecanismos de desambiguação do tupinambá

Tipo de ambiguidade	Mecanismo de desambiguação	Exemplo da obra	Como funciona (descrição)
Sujeito vs objeto	Mudança fonológica	<i>Acepiâc [...] pecepiâc</i> Pedro vedes á Pedro [...] <i>perepiâc</i> Pedro, Pedro vos ve	Forma indica função sintática
Presença de objeto	Mudança de ç → r	<i>acepiâc, xerepiâc</i>	Objeto expresso altera forma
Objeto não expresso	Uso de relacional fixo	<i>Cepiâcme</i> , se o vir	Relacional indica referência
Ambiguidade estrutural	Proximidade sintática	<i>Pedro xecepiâcme</i>	Ordem resolve interpretação
Prefixo vocálico	Supressão de consoante	<i>miepiâca, orôepiâc</i>	Ajuste fonológico
Nominal vs verbal	Sufixo verbal	<i>cepiâcipîra ixê</i>	Sufixo define função
Neutros	Mudança com sujeito	<i>çorîb [...] xerorîb</i>	Sujeito altera forma
Terceira pessoa	Manutenção da forma	<i>Pedro çorîb</i>	Forma estável evita ambiguidade
Relações	Prefixos relacionais	<i>yxême, yxéma</i>	Marca relações
Advérbio	Alteração final	<i>Açô [...] Coromôxeçou</i>	Contexto modifica forma
Pessoa	Uso/omissão sujeito	<i>coromôaçô [...] oroçô</i>	Marca pessoa
Negação	Acréscimo morfema	<i>ajucâeîm</i>	Marca polaridade
Sem artigo	Acréscimo sufixo	<i>xecatû [...] coromó-xecatûramo</i>	Evita ambiguidade
Relações sintáticas	Preposição/ordem	<i>Anheêng, Pedro çupê</i>	Posição expressa relação

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Ao se observar o quadro, reitera-se o que já indicamos antes: em vez de depender de desinências fixas para indicar funções como sujeito, objeto ou dativo, parece que a língua recorre a ajustes fonológicos, como a mudança de ç para r, e a variações condicionadas pela presença ou ausência de certos elementos. Também chama a atenção que a posição dos constituintes e a proximidade entre verbo e argumento parecem desempenhar um papel relevante. Nesse sentido, a interpretação não se ancora em marcas estáveis de caso, mas em um conjunto de sinais distribuídos, que precisam ser lidos em conjunto.

Elementos como prefixos relacionais, repetição pronominal, alterações finais motivadas por advérbios e até a presença ou omissão de formas parecem contribuir para indicar relações sintáticas. A língua parece operar com um tipo de marcação mais

dinâmica, em que a função emerge do uso e do encadeamento dos elementos. Assim, talvez seja possível dizer que, enquanto o latim tende a concentrar a desambiguação na morfologia nominal, o tupinambá parece distribuí-la entre fonologia, morfologia e sintaxe, o que pode explicar a necessidade de descrições mais ajustadas ao funcionamento da língua.

Percebe-se que os capítulos seis, sete, oito e nove da Gramática de Anchieta oferecem um quadro do sistema verbal do tupinambá. Anchieta (1595) mantém a matriz metodológica latina (modos, tempos, supinos, gerúndios, participiais), mas a cada passo precisa adaptar ou reinventar categorias para dar conta de uma língua aglutinante, centrada em prefixos pessoais e partículas modais/temporais. A presença de formas inclusivas/exclusivas, de uma negação morfológica sistemática e de participiais ricos mostra que o tupinambá tinha estruturas próprias. Seu trabalho, portanto, é, por um lado, pedagógico, porque permite aos missionários aprenderem a língua em termos conhecidos (latinos); e, por outro, etnográfico, porque registra, ao que parece com fidelidade, as estruturas ameríndias.

4.1.7 Das preposições

O capítulo dez da *Gramática* de Anchieta, dedicado às preposições, revela um dos aspectos mais notáveis da forma como o autor adapta as categorias gramaticais herdadas da tradição latina para descrever a língua tupinambá. Anchieta chama as preposições de “postposições”, porque, diferentemente do latim, essas partículas se colocam depois dos nomes.

Logo na abertura, ele lista uma série delas, *Mô* (“em”), *Pê* (“em”), *Bô* (“em”), *çupê* (“a, para”), *çuî* (“de”), *çocê* (“para com”), *tobaquê* (“diante de”), *tenondê* (“diante de”), *çupî* (“em, dentro de”), entre outras, sempre com glosas em latim e português, de modo a aproximar a língua indígena da matriz gramatical clássica. Veja-se:

As præpofições fão poftpofições, porque fempre fe poftpoem aos nomes, funt hæc fere.

Mô, in.

Pê, in, ad, á, com datiuo.

Bô, in, per.

çupê, a, com datiuo, por.

çuî, de, ex, præter eftes tres não mudão o ç. ã. r.

çocê, fupra, fuper.

Tobaquê, coram, çobaquê.

Tenondê, cenondê, ante de tempore.

çupî, Per, de loco. (Anchieta, 1595, f. 40v).

Essa passagem ilustra o método de José de Anchieta: ao apresentar uma lista extensa de posposições tupinambás, ele imediatamente as acompanha de equivalentes latinos (*in, ad, per, de, ex, supra, super, coram, ante*), muitas vezes com observações em português (“com dativo”, “de tempo”, “de lugar”) (Anchieta, 1595, f. 40v). O latim funciona aqui como língua de ancoragem conceitual, isto é, como sistema gramatical que organiza a compreensão do leitor. Ao que parece, Anchieta parte do pressuposto de que seu público domina o vocabulário técnico latino e, por isso, pode reconhecer rapidamente a função dessas partículas na estrutura da oração. O latim, além do modelo gramatical, oferece também a metalinguagem necessária ao empreendimento de Anchieta.

Ao afirmar que “As *præposições* são *postposições*”, Anchieta (1595, f. 40v), conforme vimos, assinala a diferença estrutural em relação ao latim: aquilo que na tradição clássica é *præpositio* aparece, no tupinambá, posposto ao nome. Ainda assim, ele mantém o rótulo tradicional (“preposições”) e o traduz para o funcionamento indígena, numa operação de mediação típica da gramática missionária. Esse esforço inicial já mostra como ele se baseia em Donato, por exemplo, e na tradição humanista de João de Barros, conforme veremos à frente, mas lida com um sistema linguístico que organiza suas partículas de modo distinto, posterior ao nome, e carregado de valores semânticos múltiplos.

No decorrer do texto, Anchieta observa que muitas dessas preposições não têm uso fixo e exclusivo, mas servem em várias funções. Por exemplo, *pupê* pode significar “com”, no sentido de companhia, mas também “dentro de”, “junto com” ou até “entre”. Esse tipo de polissemia não encontra paralelo direto no latim, que dispõe de preposições mais delimitadas semanticamente. Assim, Anchieta precisa explicar com exemplos narrativos, como *Araçôndembaêxembaêpupê*, “levo tuas coisas com as minhas”, para dar ao leitor europeu uma noção prática do uso. Essa metodologia remete ao modo como os gramáticos latinos descreviam as preposições, mas, ao mesmo tempo, evidencia as diferenças estruturais do tupinambá (Anchieta, 1595, f. 41v).

Outra característica marcante do capítulo é a constante atenção às mudanças fonológicas e morfológicas que ocorrem quando as postposições se ligam a nomes com diferentes acentos. Anchieta registra que algumas palavras perdem vogais finais,

outras transformam consoantes, e certas preposições variam conforme a posição do acento tônico. Por exemplo, *Ajúra* (“pescoço”) torna-se *Ajúri* ao receber a posposição. Anchieta dedica também atenção especial a valores semânticos que ultrapassam o simples sentido locativo. Dessa maneira, preposições como *çuî* e *çocê* podem expressar não apenas lugar (“de”, “sobre”), mas também comparação ou exclusão (Anchieta, 1595, f. 41v).

O capítulo também revela como Anchieta (1595, f. 41v) percebe a estreita relação entre preposição e verbo. Algumas postposições funcionam em construções obrigatoriamente plurais ou ligadas a determinados tempos verbais. *Pabê* e *ndî*, por exemplo, marcam companhia, mas exigem que o verbo esteja no plural: *oroçô pedro pabê pedro ndî* (“vou com Pedro”), mas necessariamente no plural.

Outro aspecto relevante do capítulo é o tratamento da temporalidade e da noção de anterioridade ou posterioridade, como em *eimebê* (antes de) e *yanondê* (depois de). Anchieta mostra como essas partículas se ligam preferencialmente a infinitivos, desempenhando funções equivalentes a conjunções subordinativas em português ou latim. Esse ponto revela que, ao tentar classificar elementos do tupinambá como “preposições”, o missionário, na verdade, abarca também o campo semântico-sintático das conjunções.

Anchieta (1595, f. 42r) ainda sublinha que, quando usadas isoladamente, sem regência de caso ou sem ligação explícita ao nome, essas preposições podem atuar como advérbios. Esse deslocamento funcional, novamente, distancia o tupinambá do modelo latino, em que as preposições têm lugar mais fixo na sintaxe. O autor, no entanto, insiste em manter a analogia, classificando-as como parte da gramática de modo a dar legitimidade à língua indígena dentro do quadro europeu de referência.

Veja-se o quadro a seguir:

Quadro 7 - Síntese do capítulo das preposições

Preposição	Equivalentes em latim e português	Observações
mô	in (em)	Indica lugar ou estado; também pode significar 'por'. Ex.: 'tubamo' (no pai).
pê	in, ad (em, a)	Usada com dativo; sofre alterações fonéticas em certos nomes.

bô	in, per (em, por)	Sempre plural; pode indicar extensão ou distribuição.
çupê	a, para, por	Marca dativo, finalidade ou causa. Ex.: 'vou por Pedro'.
çuî	de, ex, sine, præ	Indica origem, exclusão ou comparação. Ex.: 'eu sou bom mais que tu'.
çocê	supra, super (sobre)	Usada em sentido locativo ou comparativo.
çupî	per (por, através)	Conformidade ou via. Ex.: 'conforme meu pai'.
porupî	ao longo	Indica posição paralela ou contínua.
pocê	com (mesmo leito)	Companhia em proximidade física.
pupê	com, dentro de	Interioridade ou junção; também pode significar 'entre'.
pabê / ndî	cum (com)	Indicam companhia; exigem verbo no plural.
tetê / tatenhê	aliter (de outra forma)	Pode indicar afastamento ou distinção.
tenondê	ante (antes de)	Marca anterioridade temporal, ligada ao infinitivo.
rirê	post (depois)	Expressa posterioridade; usada com infinitivo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4.1.8 Mais alguns capítulos acerca dos verbos

No capítulo onze, intitulado “De sum, es, fui”, Anchieta inicia tratando do verbo latino *sum*, *es*, *fui* (“ser” e “ter”) e de como ele é expresso em tupinambá. A língua, segundo ele, apresenta duas significações principais: ser e ter. Para “estar” existem verbos próprios, como “estar sentado, deitado, andando”. Já para “ser”, substantivos e adjetivos são empregados com pronomes pessoais, como em *xecatû* (“eu sou bom”), e para “ter”, utiliza-se o recurso de verbais específicos. Ele demonstra inclusive as formas negativas, como *naxecatúi* (“não sou bom”), revelando a estrutura afirmativa e negativa (Anchieta, 1595, f. 46r).

O missionário observa que adjetivos acentuados na penúltima sílaba perdem a vogal final quando usados como verbos (*aingaipába* → *xeangaiáb*, “sou ruim”), enquanto substantivos não sofrem perda de letras. Para os substantivos, o pronome é geralmente posposto, como em *Abarêyxê* (“padre sou eu”), a fim de evitar ambiguidade.

des. Além disso, não se utiliza pronome relativo de terceira pessoa. Essa sistematização evidencia a atenção que Anchieta dá à prosódia e ao paralelismo entre categorias gramaticais (Anchieta, 1595, f. 47v).

Outro ponto de destaque é o tratamento da negação. Ao contrário de outras construções, substantivos e adjetivos, quando usados como verbos, não se negam com *i* no final, mas com a partícula *ruã*, inserida entre sujeito e nome. Assim, *nabarê-ruãixê* significa “não sou padre”. A partícula *ruã* pode aparecer em qualquer tempo, exigindo também o acréscimo de *ixoe* após *si*. Esse mecanismo mostra a complexidade da negação na língua.

Anchieta explica, ainda, que, no imperativo e no conjuntivo presente, a negação é feita com *umê*, tal como em outros verbos. Exemplos como *ndèabarêumê* (“não sejas padre”) ilustram como a língua guarda coerência dentro de certos paradigmas. O autor (Anchieta, 1595, f. 47v) nota também que verbais em *-ára*, participiais, podem ser conjugados como substantivos ou adjetivos, como em *caguára* (“bebedor de vinho”), que se transforma em *caguàraixê* (“sou bebedor”).

Outro aspecto tratado é o emprego de substantivos com valor verbal no sentido de “ter”. A palavra *porô* é fundamental nesse caso: *xeporomboeçár* (“tenho mestre”) distingue-se de *xemoromboeçár* (“sou mestre”). O uso de *porô* dá a noção de posse, enquanto a ausência remete ao “ser”. Evidencia-se, com essa descrição, uma certa “economia morfológica” da língua, com um mesmo recurso servindo a diferentes campos semânticos.

Por fim, Anchieta (1595, f. 47v) detalha como a partícula negativa *ruã* pode aparecer também em verbos em geral, sendo colocada entre sujeito e verbo em tempos sem artigo. Exemplos como *naixêruãaçô* (“não sou eu o que vou”) revelam a força sintática da partícula. O missionário ainda observa variantes, como o uso de *péi* no lugar de *ruã* no fim do verbo, sempre com supressões fonéticas específicas. Encerrando o capítulo, ele descreve que, na significação de “ter” ou “possuir”, substantivos e adjetivos são conjugados com seus supostos, como em *xepindâ* (“tenho anzol”) e *naxepindái* (“não tenho anzol”).

Já o capítulo doze, referente aos verbos neutros feitos ativos, Anchieta (1595, f. 48r) inicia explicando que verbos neutros se tornam ativos pela adição de *-mo* ou *-ro*. Assim, *ayebir* (“eu torno”) passa a *aimogebir* ou *arogibîr* (“faço tornar”). Ele destaca

que se o verbo não tem artigo, acrescenta-se um, pois todos os ativos o exigem. Isso evidencia a regularidade morfológica e a importância dos artigos na derivação.

Os exemplos mostram como a derivação funciona tanto para verbos quanto para nomes, que em tupinambá podem ser conjugados como verbos. Assim, *aóba* (“roupa”) torna-se *aimoaôb* (“faço ser roupa” ou “faço ter roupa”), inclusive com referência a pessoas: *aimoabarê* Pedro (“faço Pedro ser padre”). O uso de *-mo* indica ação causativa sem envolvimento do agente, enquanto *-ro* implica participação do sujeito na ação.

Anchieta (1595, f. 48v) frisa que os compostos com *-mo* não envolvem a pessoa agente na ação, como em *amogebîr* (“faço o tornar, não tornando eu”), enquanto os de *-ro* pressupõem que o agente também participe, como *aroquêr aóba* (“durmo com a roupa comigo”). Essa diferença entre factitivo e causativo é crucial para entender a semântica verbal da língua.

Pode-se perceber que essa distinção indica formas diferentes de participação do sujeito na ação verbal. Nos compostos em *-mo*, o agente apenas provoca a ação, sem nela se incluir, enquanto nos compostos em *-ro* há envolvimento simultâneo do sujeito no processo. Anchieta (1595, f. 48v) também exemplifica essa diferença em formas como *aroquêr aóba*, nas quais o sujeito realiza a ação juntamente com aquilo que leva consigo, mostrando que esses compostos alteram não apenas a estrutura verbal, mas também a relação semântica entre agente e ação.

Há, ainda, a menção a verbos compostos com *vcâr*, que introduzem a ideia de “fazer por outro”. Um exemplo é *aimondôucar* (“faço que outro vá”), destacando a transitividade mediada. Essa categoria, segundo Anchieta, aplica-se também à voz passiva. Ele fornece construções detalhadas, como *aimonhângucar Pedro cupê* (“faço o fazer a Pedro”) (Anchieta, 1595, f. 48v). O autor (Anchieta, 1595, f. 49r) também aponta que muitos verbos ativos compostos em *-mo* e *-ro* sofrem mudanças fonéticas, como substituições de *m/n* por *mb*. Exemplos como *araçô* → *aroçô* (“levo”) ilustram o processo.

O capítulo doze encerra-se com exemplos de verbos que sofrem duplas composições, podendo ser transformados em formas ainda mais complexas. Assim, *acém* (“saio”) torna-se *amocêm* (“faço sair”), e depois *aimomocêm* (“faço que saia correndo”). O mesmo ocorre com *apuâm* (“surjo”), que se torna *amoapuâm* (“faço surgir”)

e depois *acenopuâm* (“arremango com pau”). Tais exemplos revelam o poder produtivo da morfologia tupinambá e a tentativa de Anchieta de sistematizar sua lógica.

Quanto ao capítulo treze, “Dos ativos feitos neutros”, Anchieta (1595, f. 49v-51v) descreve o movimento contrário: como verbos ativos podem se tornar neutros. Isso ocorre de modo que depois possam novamente ser transformados em ativos, numa alternância contínua. O missionário lista três mecanismos: inserção de *ye/yo*, uso de *porô* e construções com nomes ou acusativos diversos.

O primeiro mecanismo, com *ye* ou *yo*, cria formas passivas recíprocas, transformando ações diretas em processos mais gerais. O segundo, com *porô*, cria verbos absolutos aplicados geralmente a humanos, como em *aporomonhâng* (“faço homens”, no sentido de gerar). Anchieta explica que às vezes o colide com a vogal seguinte, produzindo contrações como *porerobiâr* (Anchieta, 1595, f. 49v).

Ele também mostra que *morô* ou *mborô* formam verbos neutros, sobretudo relacionados a homens, como *morocéma* (“sair de homens”). Outra aplicação é o uso com adjetivos e substantivos, como *ting* (“branco”) → *morotîng* (“sou branco”). Essas formas muitas vezes dispensam suposto explícito, aparecendo em construções absolutas (Anchieta, 1595, f. 50r).

No terceiro tipo, quando o acusativo não se refere a humanos, qualquer nome pode intervir, produzindo formas absolutas: *aicotûc* (“furo”), *aceçâcotûc* (“furo olhos”). O pronome relativo aparece nesses casos para marcar posse, como em *aipócotûc* (“furo-lhe a mão”). Anchieta nota ainda que quando o dano recai sobre a pessoa paciente, emprega-se *i* como relativo.

Outro ponto interessante é o uso de substantivos interpostos como *mbaê* ou *porô* para formar absolutos, muitas vezes perdendo o artigo. Isso gera distinções semânticas: com artigo, indica ato; sem artigo, indica potência, ciência, inclinação ou costume. Assim, *xembaêpotâr* significa “sou desejoso”, enquanto *ambaêpotâr* é “quero alguma coisa em ato”.

Por fim, Anchieta (1595, f. 50v) observa que muitos desses verbos derivados admitem sufixos como *-já* ou *-yabî*, que exprimem costume ou repetição, como em *açôjá* (“costumo ir muitas vezes”). Também surgem formas em *-oêr*, que exprimem inclinação, como *xenheêngixoêr* (“sou falador”). Esses acréscimos refinam ainda mais a expressividade verbal da língua.

No capítulo quatorze, Anchieta mostra como os verbos tupinambás se com- põem com advérbios, outros verbos e até nomes. Anchieta explica que na conjugação importa apenas a última terminação. Assim, *aicuâb* (“sei”) + *catû* (“bem”) = *aicuâcatû* (“sei bem”). Essa junção adverbial amplia a semântica do verbo (Anchieta, 1595, f. 52r).

Outra forma é a composição verbal, como *açô* (“vou”) + *aipotâr* (“quero”) = *açô- potâr* (“quero ir”). O mesmo ocorre com *xerorîpotâr* (“alegro-me quero”). Anchieta (1595, f. 52r) interpreta essas construções como se um verbo funcionasse como nome interposto, revelando a fluidez categorial do tupinambá. Os compostos verbais tam- bém obedecem à regra das palavras com acento na penúltima, mas possuem signifi- cado diferente quando compostos. Por exemplo, *areco* (“tenho bem”) e *orecocatû* (“te- nho bem”) mantêm o valor adverbial, mas em composições nominais como *morabu- câroecatû* (“trabalhador bom”), o elemento passa a funcionar como adjetivo.

Anchieta (1595, f. 52r) mostra casos complexos, como *ynupápicatûpoera* (“o castigado que era bom”), resultantes da composição de verbos com nomes qualifica- tivos. Revela-se, assim, a capacidade do tupinambá de formar longas cadeias deriva- cionais, transformando verbos em descrições detalhadas. Outro exemplo são os ver- bos terminados em -mi, nos quais a composição repercute no pretérito e no futuro, como *xeremimboépuera* (“o bom que ensinei”) ou *xeremimboerãgatu* (“o bom que hei de ensinar”).

Anchieta (1595, f. 52r) conclui lembrando que em nomes que não se tornam advérbios, como *angaibára* (“magro”), a significação se mantém inalterada, mas a composição ainda é possível. Assim, *xeremipoimembéca* (“o magro que convidei”) é aceitável. Ele encerra o capítulo destacando, ainda mais uma vez, que o uso concreto da língua ensina mais do que regras abstratas (*usus docebit*).

Já no capítulo quinze, intitulado “Da repetição dos verbos”, Anchieta (1595, f. 53r) descreve o processo de repetição como forma de criar frequentativos. A primeira maneira consiste em repetir as duas últimas sílabas do verbo, indicando repetição da ação. Assim, *araçô* (“levo”) torna-se *araçîraçô* (“levo mais vezes”). Em verbos dissíla- bos, o artigo ou pronome também se repete.

O missionário explica que a repetição se dá tanto no indicativo quanto nos ge- rúndios, como *ayapitî* → *ayapitipitî*. O mesmo ocorre em *mombeû* → *mombeubeû*.

Essa regra aplica-se independentemente da terminação vocálica ou consonantal, embora com algumas exceções fonéticas (Anchieta, 1595, f. 53r). A segunda maneira de repetição indica sucessividade ou ação feita em partes, como *acêm* → *acêacêm* (“saio muitas vezes”). Isso pode ser pluralizado, como em *orecêcêm* (“saímos sucessivamente”). O mesmo se aplica a verbos de quebra ou engolir: *ocoçôc* (“quebra-se por partes”), *aimocômocôn* (“engulo muitas vezes”).

Anchieta (1595, f. 54r) mostra que nos verbos que têm ç com nasalização, quando se tornam ativos com *-mo*, o ç muda para *nd*, mas apenas no ponto de contato com o morfema. Ele exemplifica com *ocîc* → *aimondocîc*. Essa regra fonológica confere consistência às variações.

Outro detalhe é que, quando há acusativos polissilábicos, a repetição incide sobre a última parte do acusativo junto ao verbo. Por fim, Anchieta (1595, f. 54r) mostra usos especiais da repetição quando acompanhada de partículas ou sufixos. Por exemplo, verbos terminados em *-e* podem acrescentar *-nhê* sem alterar a lógica da repetição. Além disso, ele registra que a repetição pode ser usada de modo estilístico, marcando intensificação ou iteração enfática.

No capítulo dezesseis, último capítulo da Gramática de Anchieta, o autor concentra-se no verbo *aê* (“dizer”) e em alguns outros verbos irregulares. O missionário explica que *aê* deve sempre ser posto ao final da oração e serve para reportar fala, funcionando como equivalente do discurso indireto. Por exemplo, *açôaê* (“vou, digo”) equivale a “digo que vou” (Anchieta, 1595, f. 55r).

Ele mostra que *aipo* combinado a “*aê*” reforça o sentido de “isto digo” (*aipôaê*). O gerúndio de *aê*, além de significar “dizendo”, indica intenção, como em construções para exprimir finalidade. A negação com *na* e *ruã* reforça a impossibilidade ou frustração da ação, como em *taxepói naujaboruã* (“venho não para que me deem de comer”) (Anchieta, 1595, f. 55r). Anchieta comenta que *aê* também se combina com supinos e gerúndios de outros verbos, sem alterar-lhes o sentido, apenas reforçando. Assim, *acepiác* (“vejo”) pode ser *aêcepiác* (“digo que vejo”). Também aparecem formas como *aêcatû* (“posso eu ir”), usadas na terceira pessoa como *ey* ou *oecatû*.

O missionário (Anchieta, 1595, f. 56r) detalha construções negativas, como *ndaéiranhê* (“ainda não”), e formas imperativas associadas a *aê*, como *eteumê* (“não vás”). Além disso, *raê* é descrito como forma de terceira pessoa que significa “diz que”

ou “dizem que”, funcionando como marcador de rumor ou discurso reportado: *açôraê* (“diz que vou”).

Anchieta (1595, f. 56r) ainda lista verbos irregulares como *aiûr* (“venho”), *ajûb* (“estou deitado”), *ain* (“estou sentado”), *aicô* (“estou”), *aiqué* (“entro”), *apinô* (“bebo”), e *ajâr* (“tomo”). Cada um deles possui formas anômalas, exigindo partículas fixas como “*túri, céni, cecóu*”, etc., para conjugar-se em tempos sem artigo.

Por fim, o autor (Anchieta, 1595, f. 58v) observa que esses verbos irregulares mantêm coerência interna apesar de não seguirem o padrão regular descrito nos capítulos anteriores. Essa listagem final funciona como apêndice indispensável para missionários, pois fornece exemplos das exceções que poderiam dificultar o aprendizado da língua.

Segue-se, para concluir a exposição dos capítulos onze a dezesseis da Gramática, um quadro-síntese com suas principais ideias. Veja-se:

Quadro 8 - Síntese dos últimos capítulos da *Gramática* de Anchieta

Capítulo	Tema central	Mecanismo principal	Observações
XI – De sum, es, fui	O verbo “ser/ter” em tupinambá	Substantivos e adjetivos assumem valor verbal; negação com <i>ruã</i>	Mostra como o tupinambá dispensa verbo auxiliar, mas usa morfemas específicos.
XII – Dos verbos neutros feitos ativos	Formação de ativos a partir de neutros	Aglutinação com -mo e -ro; uso de <i>vcâr</i>	Revela distinções entre causativo e factitivo, comparáveis a outras línguas aglutinantes.
XIII – Dos ativos feitos neutros	Processo inverso: ativos > neutros	Inserção de partículas (<i>ye, yo, porô, morô</i>)	Permite expressar absolutos, hábitos, potencialidades; destaca a plasticidade verbal.
XIV – Da composição dos verbos	Verbos compostos	Junção com advérbios, nomes ou outros verbos	Demonstra perífrases e adjetivação derivada, aproximando verbos de advérbios e nomes.
XV – Da repetição dos verbos	Frequentativos e iterativos	Repetição das últimas sílabas	Codifica aspecto de repetição ou sucessividade; processo produtivo e expressivo.

XVI – De alguns verbos irregulares de Aê	Verbos irregulares, sobretudo aê (“dizer”)	Usos pragmáticos, discurso reportado, imperativos	Fecha a gramática com inventário de exceções e funções discursivas do verbo “dizer”.
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo permitem concluir que a *Gramática* de José de Anchieta deve ser lida como uma obra híbrida, situada entre a proximidade à tradição europeia e a necessidade de invenção diante da alteridade linguística. Sua descrição da fonologia e morfologia do tupinambá, ainda que moldada por categorias latinas, revela aspectos essenciais da língua, como a centralidade da nasalidade e os processos compositivos.

Nesse sentido, a apropriação de termos como “caso”, “pronome” e “conjugação” revela uma estratégia de mediação: por meio de conceitos familiares aos missionários, ele traduz uma língua que escapava ao horizonte das gramáticas clássicas. Essa operação, contudo, evidencia os limites de um modelo pensado para línguas flexionais quando aplicado a uma língua aglutinante.

Outro aspecto relevante é a dimensão cultural e pedagógica da obra. Anchieta (1595) não se restringe a uma descrição estática, mas leva em conta o uso vivo da língua, reconhecendo variações regionais e a importância da oralidade quando, por exemplo, no capítulo II, descreve as variações que observou no Rio de Janeiro. Ao admitir que “o uso ensinará melhor”, demonstra sensibilidade para o caráter dinâmico da fala indígena, algo pouco comum nas gramáticas da época.

Do ponto de vista histórico, a obra de Anchieta constitui um marco no processo de documentação das línguas indígenas, antecipando preocupações que seriam retomadas pela linguística moderna, como a distinção entre fonema e grafema ou a centralidade da oralidade. Sua gramática, mesmo concebida para fins catequéticos, conforme vimos, tornou-se uma fonte indispensável para a compreensão da estrutura do tupinambá e do encontro cultural no século XVI.

No próximo capítulo, pretende-se destacar, após se reconstruir o clima de opinião da época de Anchieta no que diz respeito às gramáticas, as influências de autores como Donato e João de Barros sobre o missionário.

5 A DESCRIÇÃO VERBAL DE ANCHIETA E SUAS FONTES: TRADUÇÃO GRAMATICAL E INTERCULTURAL

5.1 A GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E A EXPANSÃO DA TRADIÇÃO EUROPEIA

Pode-se afirmar que o conceito de gramatização, formulado por Sylvain Auroux, ocupa lugar central na História das Ideias Linguísticas. O estudioso francês define a gramatização como “processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que ainda hoje são os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux (2014, p. 65). Esse processo representou transferências tecnológicas entre a tradição gramatical grega, a latina e, posteriormente, a vernacular europeia e não-europeia. O fato de as línguas modernas passarem a contar com escrita, dicionário e descrições gramaticais revela um percurso profundamente imbricado no desenvolvimento histórico e das próprias ciências da linguagem.

O conceito de gramatização permite compreender como os instrumentos linguísticos participam da constituição histórica das línguas enquanto objetos de saber. Gramáticas e dicionários não apenas descrevem práticas linguísticas; eles produzem modelos, estabilizam categorias, legitimam formas e reorganizam relações de poder. Desse modo, a língua descrita pela gramática resulta de um processo histórico de construção metalinguística.

Assim, a reflexão de Auroux desloca a atenção da língua como objeto fechado para os mecanismos históricos de produção dos instrumentos metalinguísticos. Nesse horizonte, a própria noção de origem deixa de designar um ponto inaugural fixo, uma vez que, segundo o autor, “quando falamos da origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de processos que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo” (Auroux, 2014, p. 23). Tal formulação parece introduzir uma concepção processual do saber linguístico, na qual a constituição das descrições gramaticais depende de deslocamentos históricos, institucionais e culturais.

Pode-se dizer que Auroux (2014, p. 24) procura compreender a história dos saberes linguísticos a partir das condições que permitiram a produção de instrumentos de descrição e normatização das línguas. Nesse viés, a gramatização parece surgir

vinculada à constituição de novas formas de circulação do conhecimento metalinguístico. O autor interpreta esse processo como uma revolução tecnológica ligada ao desenvolvimento das sociedades ocidentais. Não se trata apenas da produção de gramáticas ou dicionários isolados, mas da formação de uma rede de instrumentos capazes de transformar a relação dos sujeitos com a linguagem. Assim, a gramatização massiva das línguas do mundo aparece como um “ponto de inflexão na ordem humana” (Auroux, 2014, p. 25) quando se pensa a historicidade do saber linguístico.

A formulação de Auroux (2014, p. 25) a respeito da “segunda revolução tecnolinguística” pode ser compreendida em relação à história material dos instrumentos linguísticos. O autor compara a gramatização à Revolução Agrária e à Revolução Industrial, sugerindo que ela altera modos de circulação, armazenamento e transmissão do saber.

Nesse processo, a escrita teria constituído a primeira revolução tecnolinguística; a gramatização, por sua vez, instauraria outra forma de organização das práticas languageiras. Consequentemente, gramáticas e dicionários deixam de funcionar apenas como registros de usos e passam a operar como tecnologias de intervenção sobre as línguas (Auroux, 2014, p. 25).

Ao discutir a expansão da tradição gramatical europeia, Auroux afirma:

Vamos nos dar o longo tempo da história e considerar globalmente o desenvolvimento das concepções linguísticas europeias em um período que vai da época tardo-antiga (século V de nossa era) até o fim do século XIX. No curso desses 13 séculos de história vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero: a gramatização massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo (Auroux, 2014, p. 35).

Pode-se perceber que o autor procura mostrar como uma tradição metalinguística específica – a desenvolvida para o grego, inicialmente, e, posteriormente, para o latim – passou a servir de referência para a descrição de inúmeras línguas. Essa expansão da tradição greco-latina parece ter produzido efeitos sobre a própria constituição das categorias linguísticas. Auroux observa que a gramatização “cria uma rede homogênea de comunicação [em torno de uma mesma terminologia metalinguística] centrada inicialmente na Europa” (Auroux, 2014, p. 35). Isso permite compreender a circulação de categorias gramaticais como substantivo, verbo, caso ou conjugação

para além das línguas nas quais essas categorias haviam sido produzidas originalmente. A descrição de outras línguas passa, então, a ser realizada segundo um modelo teórico herdado da tradição latina.

Pode-se afirmar que o conceito de gramatização envolve a constituição de um quadro comum de inteligibilidade metalinguística. O modelo da gramática latina parece funcionar como estrutura de referência para a descrição de línguas vernaculares europeias, africanas, ameríndias e asiáticas. Joanilho (2004, p. 246) interpreta esse processo como “fábricas de línguas vernaculares”, isto é, mecanismos de construção de línguas imaginariamente homogêneas e autônomas. A língua passa, então, a ser concebida como unidade delimitável, identificável por um nome, um território e um conjunto de regularidades. Nesse horizonte, a Gramática Latina Estendida ocupa papel decisivo, uma vez que as categorias da tradição latina são projetadas sobre outras línguas mediante adaptações e deslocamentos.²⁰

Além disso, podemos observar que Auroux (2014, p. 35) relaciona a gramatização às transformações políticas ocorridas na Europa entre a Idade Média e o Renascimento. A fragmentação do Império Romano, a permanência do latim como língua de cultura e a administração e a formação dos estados nacionais parecem constituir condições decisivas para a expansão das gramáticas vernaculares. O latim deixa de funcionar como língua materna, mas continua ocupando posição central nas práticas letradas. Isso possibilita a transferência das técnicas gramaticais latinas para outras línguas.

Auroux (2014, p. 36) afirma que “o interesse prático da gramática se estende da filologia (no sentido lato do acesso ao texto escrito), que é seu lugar de origem, em direção ao domínio das línguas”. Diante disso, a gramática deixa de funcionar apenas

²⁰ Agradeço ao Prof. Dr. Alessandro Jocelito Beccari pela observação que contribuiu para o aprimoramento deste trecho e permitiu explicitar o lugar do latim no contexto intelectual e pedagógico considerado nesta tese. No século XVI, o latim pode ser compreendido como língua de formação e de prestígio, pois permanecia central nas práticas letradas e funcionava como referência cultural e gramatical, ainda que não se possa atribuir a ele a totalidade da produção literária do período (Batista, 2005, p. 126; Auroux, 2014, p. 35). Nos colégios da Companhia de Jesus, seu estudo, ao lado do grego, integrava a base do ensino humanístico e a preparação dos futuros padres (Costa; Menezes, 2005, p. 34). No caso de Anchieta, sua formação em latim no Real Colégio das Artes de Coimbra e o emprego dessa língua como instrumento de tradução e descrição parecem oferecer elementos para compreender sua presença, na *Arte*, como referência para a organização metalinguística da língua descrita (González-Luis, 1992, p. 232-234). Por essa razão, o papel formativo, cultural e metalinguístico do latim merece ser considerado na análise historiográfica da obra.

como instrumento de interpretação textual e passa a operar como técnica de aprendizagem e descrição linguística. A relação entre gramática e filologia, portanto, desloca-se da leitura dos textos antigos para o ensino dos vernáculos.

A partir desse deslocamento, “a gramática se torna uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um modo de descrevê-las” (Auroux, 2014, p. 36). Portanto, as tecnologias linguísticas, como a gramática e o dicionário, tornam-se um instrumento ligado às práticas sociais da escrita, da leitura, da tradução e da administração, em um contexto de mais intenso intercâmbio cultural permitido pelo advento da Modernidade.

Com efeito, conforme discute Auroux (2014, p. 52), a constituição dos estados nacionais exerceu papel importante nesse processo. A descrição das línguas vernaculares parece responder à necessidade de unificação administrativa e cultural dos territórios europeus. Nesse contexto, Auroux observa que as relações de expansão e concorrência entre as nações “vão fazer da aprendizagem de [...] uma língua oficial uma obrigação para o cidadão” (Auroux, 2014, p. 53). A língua nacional passa, então, a ocupar posição central nos projetos políticos modernos.

Pode-se afirmar que o advento da imprensa também participa dessa transformação. A ampliação da circulação do livro impresso favorecera processos de uniformização ortográfica e redução da variabilidade linguística. Ao mesmo tempo, as expansões marítimas europeias produziram condições para a gramatização de línguas africanas, americanas e asiáticas. A descrição linguística acompanhava, desse modo, os movimentos de expansão colonial europeia (Auroux, 2014, p. 54).

Nesse ponto, convém salientar que a gramatização não corresponde apenas à produção de descrições abstratas, ela implica a fabricação de instrumentos capazes de intervir nas práticas linguísticas. Segundo Auroux (2014, p. 66), uma gramática “contém (pelo menos): a) uma categorização de unidades; b) exemplos; c) regras [...] para construir enunciados”. Diante disso, percebe-se que a gramática realiza operações de segmentação e classificação da cadeia da fala, de modo que a língua é recortada em unidades abstratas e reorganizada segundo categorias teóricas.

Os exemplos ocupam papel importante nesse processo porque funcionam como materialização das categorias descritas. Eles parecem operar simultaneamente

como modelos normativos e registros de usos linguísticos. A descrição gramatical depende, portanto, da seleção de determinados fragmentos da prática linguística tomados como representativos da língua.

A noção de regra constitui um dos pontos centrais da teoria de Auroux. O autor afirma que “as regras podem ser encaradas como prescrições (...) ou como descrições (...) sem que haja a absoluta solução de continuidade” (Auroux, 2014, p. 68). Em seguida, Auroux (2014, p. 69) acrescenta que “o que uma gramática descreve são as regularidades intrínsecas à própria realidade das trocas linguísticas” e que “nenhuma mudança deixa de ter regularidade”.

A reflexão de Auroux (2014) também se volta ao dicionário. O autor sugere vinculá-lo às antigas tradições lexicográficas constituídas desde a invenção da escrita. Glossas, listas vocabulares e repertórios alfabéticos participam da formação do dicionário moderno. No Renascimento, esses instrumentos passaram a incorporar informações gramaticais, fonéticas e semânticas.

Dessa forma, Auroux (2014, p. 75) compreende gramática e dicionário como projeções metalinguísticas de uma realidade linguística anterior, ou seja, a prática linguageira humana precede qualquer descrição gramatical. Assim, a metalinguagem opera sobre uma língua já existente, produzindo representações parciais de seu funcionamento. Nesse contexto, o conceito de hiperlíngua ocupa uma posição importante, visto que Auroux (2014, p. 92) utiliza essa noção para designar a realidade linguística anterior às descrições gramaticais. Tal realidade caracteriza-se pela variabilidade, pela heterogeneidade e pelas descontinuidades dialetais. Nesse sentido, o gramático nunca se encontra diante de uma língua homogênea, mas diante de um espaço de circulação linguística marcado por diferenças.

Essa discussão aproxima Auroux das formulações de Eni Orlandi (2009, p. 44) sobre a língua fluida. Nessa perspectiva, a língua não se deixa conter integralmente pelas descrições e normatizações; há sempre excedente, movimento e dispersão. Por isso, a descrição gramatical produz apenas imagens estabilizadas da língua. Auroux (2014, p. 70) afirma, ainda, que a gramatização é uma atividade política e técnica que, “apoando-se sobre uma discussão do que seja o ‘bom uso’, vai reduzir essa variação”. Pode-se compreender, então, que a produção de gramáticas implica escolhas sobre quais formas linguísticas serão legitimadas e quais serão marginalizadas.

O exemplo do francês ilustra esse processo. Auroux observa que, antes do século XVIII, havia grande diversidade de formas registradas nas gramáticas francesas. Contudo, “a partir de 1750, todas as gramáticas [do francês] funcionam a partir das mesmas formas” (Auroux, 2014, p. 09), observação que demonstra como a gramatização produz efeitos de homogeneização linguística.

Nesse sentido, a redução da variabilidade linguística constitui um dos efeitos centrais da gramatização, de forma que gramáticas e dicionários participam da fabricação de modelos linguísticos considerados legítimos. O autor afirma que esses instrumentos “não deixam intactas as práticas linguísticas humanas” (Auroux, 2014, p. 70), mas modificam o patrimônio linguístico e reorganizam as formas de comunicação social. Auroux compara, ainda, os instrumentos linguísticos a ferramentas técnicas da seguinte maneira:

[...] do mesmo modo como um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, [um artefato linguístico] prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência do mesmo locutor (Auroux, 2014, p. 70).

Tal metáfora parece indicar que gramáticas e dicionários ampliam as possibilidades de manipulação da linguagem.

Pode-se dizer que o conceito de gramatização envolve também a posição do sujeito que descreve a língua. Auroux (2014, p. 76) distingue tradições autóctones e tradições produzidas por transferência tecnológica. Quando os instrumentos metalinguísticos são transferidos entre línguas e culturas, ocorre o processo de exotransferência ou endotransferência:

Por definição, o processo de gramatização que nos interessa aqui corresponde pois a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Importa levar em conta a situação dos sujeitos que efetuam a transferência, segundo eles sejam ou não locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência. Falaremos respectivamente de endotransferência e de exotransferência. Linguisticamente teremos igualmente ou uma endogramatização ou uma exogramatização (Auroux, 2015, p. 76).

A exogramatização e a endogramatização parecem depender da posição do observador em relação à língua descrita. O domínio da escrita, da terminologia gramatical e da língua como objeto determina o modo como a descrição será realizada. Isso mostra que a gramatização nunca constitui uma operação neutra (Auroux, 2014, p. 77).

Ao considerarmos as formulações teóricas de Aurox (2014), conforme mostrado até aqui, é possível admitir que o que se classifica como “exogramatização” ocupe posição decisiva nos processos coloniais de gramatização. Ao descrever línguas indígenas, africanas ou asiáticas segundo categorias greco-latinas, os gramáticos produzem adaptações e enquadramentos teóricos que transformam essas línguas em objetos compatíveis com a tradição europeia, ainda que nesse movimento, conforme já aludimos no capítulo anterior, haja algum esforço criativo de adaptação ou mesmo de ruptura conceitual.

Nesse horizonte, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, pode ser compreendida como gesto de exogramatização, visto que Anchieta parece descrever o tupinambá a partir de categorias oriundas da tradição greco-latina mobilizando uma terminologia já estabilizada nas gramáticas europeias. A língua indígena passa, então, a ser interpretada segundo divisões e classificações herdadas do latim. Nesse processo, não se trata apenas de registrar usos linguísticos; o que parece ocorrer é a inscrição do tupinambá em uma rede metalinguística produzida fora dele.

Nesse prisma, a *Arte* talvez evidencie aquilo que Aurox (2014) compreende como transferência tecnológica dos instrumentos de descrição linguística. Assim, a diferença entre a descrição do tupinambá e a de uma língua vernacular, como o português, que também se beneficiou dessa “transferência tecnológica”, é que no caso do tupinambá também o autor dessa formulação é um agente exógeno à própria língua e cultura que descreve.

No mesmo sentido, ainda seguindo Aurox (1992), pode-se admitir que a gramática de Anchieta tenha provocado uma redução da variabilidade linguística. A língua – ou línguas – falada por distintos grupos indígenas é recortada, organizada e estabilizada em um corpo de regras, exemplos e categorias, que geram um conjunto normativo mais ou menos fixo, condição necessária ao papel da gramática como instrumento de ensino. Evidentemente, esse movimento não eliminou a fluidez da prática languageira indígena, mas contribuiu historicamente para produzir uma imagem de língua passível de ensino, tradução e catequese. Ao mesmo tempo que o instrumento anchietano foi importante aliado na preservação dessa memória linguística e cultural, também representou a eleição de um entre tantos modelos, que legou os demais ao esquecimento.

Conforme aponta Kaltner (2016, p. 76), a *Arte* opera uma transformação da realidade linguística, marcada pela circulação oral em objeto descritível segundo exigências da escrita missionária. Nesse ponto, talvez se possa afirmar que Anchieta realiza uma operação próxima daquilo que Aroux (2014, p. 70) define como atividade técnica e política que “vai reduzir essa variação”. Esse procedimento, portanto, não pode ser dissociado das relações coloniais que atravessam a gramatização das línguas ameríndias.

A descrição do tupinambá parece ligada à necessidade de converter, administrar e produzir mediação entre universos culturais distintos, conforme destaca Kaltner (2026, p. 104). A gramática funciona, então, como instrumento de acesso à língua do outro e, ao mesmo tempo, como mecanismo de reorganização dessa alteridade segundo categorias europeias. Talvez resida aí um dos pontos centrais da reflexão de Aroux: além de descrever as línguas, os instrumentos linguísticos produzem também formas de circulação do saber e do poder. Nesse horizonte, a *Arte* parece ocupar uma posição decisiva na constituição de uma memória metalinguística sobre as línguas indígenas no espaço colonial brasileiro.

Nesse sentido, Aroux afirma: “os conhecimentos dos ocidentais não dão apenas lugar a teorias sobre o nascimento da história das escritas; eles são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações” (Aroux, 2014, p. 66). Diante disso, percebe-se que a gramatização aparece articulada às relações coloniais de poder e conhecimento.

Postas essas considerações, pode-se afirmar, em síntese, que a gramatização discutida por Aroux (2014) permite compreender a *Arte* de Anchieta como instrumento de exogramatização vinculado à tradição greco-latina e aos processos coloniais de descrição das línguas indígenas. Isso é o que se pretende demonstrar no presente capítulo. A gramática anchietana parece participar, assim, de um movimento de instrumentalização linguística ligado à catequese, à tradução e à produção de uma imagem de língua passível de circulação escrita. Feitas essas observações, passa-se a outro conceito que também ocupa posição importante nesta pesquisa: a noção de hibridismo cultural formulada por Néstor García Canclini, por meio da qual talvez seja possível pensar os contatos, tensões e rearranjos culturais presentes nos processos de descrição linguística e mediação colonial.

5.2 HIBRIDISMO CULTURAL E MEDIAÇÕES LINGUÍSTICAS NA AMÉRICA

A partir da obra *Culturas Híbridas*, de Néstor García Canclini, é possível afirmar que o conceito de “hibridismo cultural” surge de sua tentativa de compreender os cruzamentos culturais presentes na América Latina, sobretudo aqueles decorrentes da coexistência entre tradições indígenas, coloniais, modernas e midiáticas. Para o autor, a formação latino-americana parece decorrer de processos de “mesclagem” entre culturas distintas, fenômeno que recebeu diferentes denominações ao longo do século XX, como “aculturação”, “transculturação” e “heterogeneidade cultural” (Canclini, 2006, p. 76).

Canclini define a hibridação como “o processo sócio-cultural em que estruturas ou práticas, que existiam em formas separadas, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 2006, p. 19). Por meio dessa noção, o autor parece afastar-se de concepções assentadas em pureza cultural ou identidade fixa e busca compreender como elementos distintos passam a coexistir e produzir novas formas culturais dentro das sociedades latino-americanas.

Pode-se dizer que a noção de “heterogeneidade multitemporal” ocupa posição central nessa reflexão. Canclini identifica, na América Latina, o entrecruzamento de tempos históricos distintos dentro do mesmo presente social (Canclini, 2006, p. 72). Tal formulação sugere que a modernização latino-americana não eliminou práticas anteriores, mas passou a conviver com elas em relações de tensão e negociação.

Outro aspecto relevante da teoria de Canclini reside na recusa de modelos binários de interpretação da cultura. O autor afirma preferir o termo “hibridação” porque ele “abrange diversas mesclas interculturais – não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo ‘mestiçagem’ – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação” (Canclini, 2006, p. 19).

Em nossa concepção, esse conceito de hibridação cultural pode contribuir para pensar a gramática de José de Anchieta porque ela parece constituir-se a partir do encontro entre tradições linguísticas e culturais distintas. Com efeito, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* é resultado de uma relação de contato híbrido entre culturas, de um processo de hibridização entre categorias gramaticais latinas, práticas missionárias jesuíticas e usos linguísticos tupinambás. Nesse sentido, a gramática anchietana poderia ser pensada como produto de uma formação híbrida.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a própria tentativa de descrever a língua tupinambá por meio de categorias oriundas da tradição latina indicaria um processo de tradução intercultural. Anchieta parece operar num espaço de negociação entre diferentes racionalidades que se manifestam nas próprias realidades linguísticas.

Por fim, a noção cancliniiana de “heterogeneidade multitemporal” (Canclini, 2006, p. 74) também pode oferecer uma chave de leitura para a obra de Anchieta. Isso porque a gramática parece reunir temporalidades distintas: a tradição humanista europeia, os modelos pedagógicos jesuíticos e os usos linguísticos indígenas da costa brasileira.

5.3 DIÁLOGOS ENTRE ANCHIETA E OS GRAMÁTICOS LATINOS

A *Gramática* de José de Anchieta pode ser compreendida no interior de uma longa tradição gramatical latina consolidada em Portugal desde o período medieval. Tal tradição teve como centros de circulação intelectual os mosteiros e abadias que preservavam manuscritos de autores importantes para o ensino do latim, como Donato e Papias. Se fazemos tal afirmação é com base, por exemplo, em Kaltner (2020), cujos argumentos discutiremos adiante.

Sendo assim, a *Ars grammatica* fora uma disciplina fundamental no ensino e estudo da língua latina durante a Antiguidade e Idade Média. Essa arte gramatical passou por diversas transformações ao longo dos séculos, mas algumas características principais permaneceram no gênero e podem ser identificadas (Fortes; Burghini, 2021, p. 36).

A primeira característica da *Ars grammatica* latina era sua abordagem sistemática e metódica. Os estudiosos da época desenvolveram regras e categorias para classificar e analisar os elementos da língua latina, em níveis em certo grau compatíveis com o que modernamente conhecemos como fonética, morfologia e sintaxe. Essas regras formavam a base do estudo da língua e permitiam aos estudantes compreenderem as estruturas e regras gramaticais latinas de forma organizada, em vista de um estudo dos textos da literatura (Fortes; Burghini, 2021, p. 36).

Além disso, a *Ars grammatica* latina estava intimamente ligada à retórica, outra disciplina fundamental da Antiguidade e da Idade Média Latina. Os estudantes eram ensinados não apenas a construir frases gramaticalmente corretas, mas também a

utilizar recursos retóricos, como figuras de linguagem e estratégias persuasivas, para enriquecer sua comunicação escrita e oral.

A *Ars grammatica* latina, por fim, também evidenciava a importância da tradição e da autoridade. Os estudiosos e gramáticos latinos, como Donato e Prisciano, entre outros, baseavam-se em obras anteriores e em textos clássicos para desenvolverem suas reflexões gramaticais. Essa valorização da tradição e da autoridade contribuíam para a preservação e continuidade da língua latina ao longo dos séculos.

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça aparece, nesse contexto, como um dos principais núcleos de conservação e difusão desse saber metalinguístico, permitindo a continuidade de uma cultura gramatical vinculada ao *trivium* medieval. Kaltner (2020, p. 10) destaca que “dos códices manuscritos arquivados no mosteiro, chegaram à posteridade cópias da *Ars minor* de Donato, da gramática e do dicionário latinos de Papias”, evidenciando a permanência de modelos latinos que estruturariam, mais tarde, o próprio horizonte intelectual da gramática anchietana. Com efeito, pode-se afirmar que Anchieta herda dessa tradição não apenas categorias gramaticais, mas um modo de compreender a língua a partir da racionalidade latina e da descrição normativa.

Ao longo dos séculos XV e XVI, contudo, essa tradição sofreu deslocamentos importantes em Portugal em razão da expansão do humanismo renascentista. O ensino do latim passa, então, a ser marcado por tensões entre o modelo escolástico aristotélico-tomista e as propostas humanísticas ligadas ao erasmismo e aos colégios trilingues europeus. A emergência da tipografia, a circulação de gramáticas humanísticas e a reforma da Universidade de Coimbra modificaram o cenário intelectual português, produzindo um novo paradigma para os estudos linguísticos. Nesse contexto, Kaltner (2020, p. 11) afirma:

De um modo geral, em relação às linhas de desenvolvimento do pensamento linguístico, em Portugal nos séculos XV e XVI houve uma mudança de paradigma do pensamento escolástico medieval para o pensamento humanístico. A grande revolução técnica é a criação de tipografias, com a difusão de livros impressos no lugar de códices de manuscritos de maior dificuldade de produção. Dessa forma, as instituições educacionais medievais, os mosteiros e abadias, cedem lugar ao modelo acadêmico de colégio e universidade, havendo uma expansão de instituições e a transferência da universidade para Coimbra.

Esse deslocamento permite compreender por que a gramática de Anchieta não se reduz à mera continuidade da escolástica medieval. Embora ainda utilize categorias herdadas da tradição latina, sua obra já se insere em um horizonte humanístico de sistematização das línguas vernáculas e de descrição linguística aplicada à expansão missionária.

Dessa maneira, a presença jesuítica em Portugal e no Brasil quinhentista parece sintetizar justamente essa tentativa de conciliar a herança escolástica com a renovação humanística. Segundo Kaltner (2020, p. 8), o humanismo cristão desenvolvido pela Companhia de Jesus, sobretudo após a consolidação da *Ratio Studiorum* de 1599, buscava articular retórica, gramática e teologia em um mesmo projeto pedagógico. Nesse sentido, a gramática anchietana parece espelhar um ambiente intelectual híbrido, marcado pela tradição aristotélico-tomista e pelas inovações humanísticas provenientes do contexto itálico e francês.

Assim, é patente a síntese de uma continuidade da escolástica aristotélico-tomista com a inovação da educação humanística, no pensamento linguístico jesuítico, como temos no plano de estudos da *Ratio Studiorum* de 1599. O documento do final do século sintetiza o debate acadêmico amplo, que houve nas sociedades ibéricas e no mundo católico como um todo, para a criação de um humanismo cristão, em um contexto de reforma católica. Outras inovações no pensamento linguístico do século XVI, nesse contexto, são a organização e sistematização das línguas vernaculares, com traduções e adaptações de materiais utilizados inicialmente para o ensino de latim (Kaltner, 2020, p. 12).

Desse modo, a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* parece participar diretamente do movimento de gramatização das línguas não europeias ocorrido no século XVI. Nesse processo, Anchieta mobiliza instrumentos conceituais oriundos da tradição latina²¹ para descrever uma língua ameríndia, inserindo o tupinambá em categorias herdadas do ensino do latim, como mostraremos adiante.

²¹ Acerca deste emprego por Anchieta de metatermos latinos, Kaltner e Santos (2025) destacam que a descrição do tupinambá foi construída a partir de categorias oriundas da tradição greco-latina. O texto indica que conceitos como *nomen* e *verbum* foram tomados como referência para organizar a descrição da língua indígena. Nesse sentido, parece que a metalinguagem não se constitui de modo autônomo, mas se ancora em um repertório anterior. Como afirmam os autores, “a gramática da língua tupinambá de Anchieta marca a chegada da metalinguagem ocidental [...] em sua base gramatical greco-latina” (Kaltner; Santos, 2025, p. 139). Ao mesmo tempo, o uso desses metatermos parece envolver um processo de adaptação. Kaltner e Santos sugerem que Anchieta não apenas transpõe categorias, mas tenta ajustá-las à língua descrita, ainda que esse ajuste não seja completo. Nesse ponto, os autores observam que “a metalinguagem empregada pelo missionário quinhentista foi desenvolvida em língua portuguesa, ainda que sua obra possa ser considerada uma gramática latina estendida” (Kaltner; Santos, 2025, p. 139). Isso pode indicar que a descrição se realiza em um espaço intermediário entre tradição e uso, em que a língua de descrição e os conceitos herdados operam

Kaltner (2020, p. 13) afirma que “a tradição da educação humanística teria dado meios para os jesuítas gramatizarem a língua-geral”, o que sugere que a gramática anchietana deve ser lida como parte de um programa intelectual mais amplo de tradução cultural, catequese e sistematização linguística desenvolvido pela Companhia de Jesus no contexto da expansão colonial portuguesa.

Uma vez descrito o contexto da gramática produzida por José de Anchieta no interior do pensamento linguístico português quinhentista, parece igualmente necessário considerar a influência exercida pelo documento *Schola Aquitanica* (1583) sobre sua formação humanística. Conforme argumentam Santos e Kaltner (2022, p. 131), o tratado pedagógico francês permite reconstituir o “clima intelectual” no qual Anchieta teria sido educado antes de sua atuação missionária na América portuguesa.

Nesse prisma, Santos e Kaltner (2022) associam o humanismo pedagógico de Bordeaux e Coimbra à formação anchietana, principalmente no que diz respeito ao ensino do latim humanístico, ao aprendizado das línguas vernáculas e à organização de práticas pedagógicas voltadas à alfabetização, à memorização e à gramatização das línguas. De acordo com os autores,

O documento *Schola Aquitanica*, publicado em 1583, registra as atividades de docência no colégio renascentista de Guena, na França. Ainda que tenha sido escrito pelo humanista francês Élie Vinet (1509-1587), as atividades relatadas referem-se ao período em que o humanista português André de Gouveia (1497-1548) esteve à frente da instituição. André de Gouveia, posteriormente ao período de estadia na França, teria retornado a Portugal, para organizar o Real Colégio das Artes de Coimbra, em 1548, instituição que seria administrada pelos jesuítas em 1555. Anchieta estudou no Colégio das Artes de Coimbra, antes de seu ingresso na Companhia de Jesus, tendo tido o humanista Diogo de Teive entre seus preceptores. É patente a influência do *Schola Aquitanica* na educação humanística de Anchieta, antes de ter sido enviado em missão ao Brasil, quando teria tido Nóbrega como seu mentor (Santos; Kaltner, 2022, p. 131).

conjuntamente. Além disso, o emprego dessas categorias parece implicar uma forma específica de organizar os dados linguísticos. A estruturação em partes da oração, dizem os mesmos autores, herdada da tradição latina, foi aplicada ao tupinambá, o que pode ter influenciado a maneira como a língua foi interpretada. Nesse sentido, lê-se que “a estruturação da língua tupinambá em categorias gramaticais latinas [...] marcou uma mudança na própria estruturação de significados da língua” (Kaltner; Santos, 2025, p. 140). Isso talvez indique que a metalinguagem não apenas descreve, mas também orienta a forma de compreensão da língua. Por fim, os autores sugerem que esse processo envolve limites, uma vez que os conceitos latinos não parecem corresponder plenamente à estrutura do tupinambá. Nesse caso, pode-se supor que Anchieta tenha buscado aproximar sistemas distintos, ainda que sem eliminar suas diferenças. Como se afirma, “esses conceitos tiveram que ser adaptados da gramática latina para a nova realidade linguística encontrada na língua do Brasil” (Kaltner; Santos, 2025, p. 141). Assim, o uso de metatermos latinos parece indicar uma tentativa de descrição baseada em categorias prévias, mas que também evidencia tensões entre essas categorias e os dados da língua descrita.

Parece-nos que essa relação entre o *Schola Aquitanica* e Anchieta se torna ainda mais significativa quando observamos que o modelo educacional humanístico descrito pelos autores estava baseado em uma formação plurilíngue, na qual o latim servia de instrumento para o ensino e a sistematização das línguas vernáculas. Tal perspectiva aproxima-se do procedimento utilizado por Anchieta em sua *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), uma vez que a língua tupinambá passa a ser descrita por meio de categorias oriundas da tradição gramatical latino-humanística. Nesse contexto, Santos e Kaltner (2022, p. 132) indicam que o *Schola Aquitanica* representava justamente essa passagem da escolástica medieval para a gramática humanística renascentista, articulando latim e vernáculos em um mesmo horizonte pedagógico.

Além disso, os autores (Santos; Kaltner, 2022, p. 133-134) sugerem que diversas práticas missionárias desenvolvidas por Anchieta no Brasil podem ter derivado desse modelo pedagógico humanístico aprendido em Coimbra. O documento descreve um sistema de alfabetização baseado em leitura, repetição, memorização, oralidade, declinação, conjugação verbal e ensino dialógico, elementos que parecem ressurgir adaptados ao contexto missionário da América portuguesa. Sendo assim, a influência do *Schola Aquitanica* sobre Anchieta é explicitada da seguinte maneira:

O mesmo padrão educacional dessa classe inicial do *Schola Aquitanica* teria sido levado para Portugal, substituindo-se o vernáculo francês pelo vernáculo português, e por intermédio de Anchieta, educado nesse sistema, esse mesmo modelo de alfabetização teria sido trazido ao Brasil, para a capitania de São Vicente. Nesse aspecto, o vernáculo português teria sido substituído pelo vernáculo tupinambá, sobretudo em relação à catequese intercultural. Há o relato de que Anchieta ao ensinar latim para as crianças indígenas teria aprendido a sua língua, o que é possível nesse modelo de alfabetização, que se vale do latim como língua de contraste. Note-se também que a educação humanística tinha como pressuposto a memorização do conteúdo ensinado (Santos; Kaltner, 2022, p. 134).

O *Schola Aquitanica* evidencia que a formação intelectual de Anchieta esteve vinculada a um projeto educacional renascentista centrado na latinidade humanística, no ensino plurilíngue e na gramatização dos vernáculos. Assim, a descrição da língua tupinambá realizada por Anchieta pode ser entendida como continuidade adaptada desse cenário pedagógico europeu no contexto colonial brasileiro.

Seguimos, agora, pela seguinte hipótese: uma vez reconstruído o contexto intelectual da gramática anchietana, no qual se evidenciou a relevância da tradição dos gramáticos latinos para o pensamento linguístico português quinhentista, bem como

a influência do *Schola Aquitanica* na formação humanística de José de Anchieta, torna-se possível perceber a centralidade de Donato nesse horizonte intelectual.

Donato aparece como referência estrutural da tradição gramatical latina difundida em Portugal²², integrando o repertório pedagógico humanístico vinculado ao *Schola Aquitanica*, ao lado de Johannes Despauterius e de outros gramáticos latinos, como apontam Kaltner e Santos (2020e) e também ocupa posição decisiva na constituição da *Ars breuiata* de Agostinho de Hipona²³. Portanto, parece-nos possível afirmar que Donato funciona como uma espécie de eixo de continuidade nessa rede de transmissão do pensamento linguístico ocidental, ligando a gramática tardo-antiga cristã, o humanismo pedagógico renascentista e, por consequência, o próprio projeto gramatical desenvolvido por Anchieta na América portuguesa quinhentista.

De acordo com Fortes e Moura (2016, p. 27), Aelius Donatus, conhecido em português como Élio Donato²⁴, destacou-se como um dos mais importantes gramáticos da Antiguidade Tardia. Sua produção intelectual esteve ligada ao contexto educacional romano do século IV, período em que o ensino da língua latina assumia papel central na formação cultural e retórica das elites. Nesse cenário, Donato teria exercido função decisiva na sistematização da tradição gramatical latina, sobretudo por meio de suas obras *Ars Minor* e *Ars Maior*, que se consolidaram como modelos de ensino gramatical ao longo da Idade Média.

²² Para esta afirmação, veja-se, por exemplo, o que informa Fernandes (2020, p. 337) em seu artigo: “Acontece, porém, que, no século XII, começa uma nova fase dos estudos gramaticais europeus, com o reaproveitamento de Prisciano (séc. V - séc. VI) e as suas *Institutiones grammaticae*. Efetivamente, Donato providenciou o quadro teórico para a análise das classes de palavras (partes *orationis*) e a sua morfologia, mas os dois últimos livros (XVI e XVII) das *Institutiones grammaticae* de Prisciano forneceram, por exemplo, a base da discussão medieval da sintaxe. [...] No entanto, Donato continuou a exercer grande influência em Portugal, nomeadamente nos textos (ou tratados gramaticais) escolares ou de cariz pedagógico. Veja-se, a título de exemplo, as *Reglas pera enformarmos os menãos en latin*, manuscrito anónimo da Bodleian Library, mas de origem cisterciense portuguesa, com grande probabilidade de Alcobaça”.

²³ Para comprovar tal afirmação veja-se o que diz Freitas (2021, p. 17): “Justificamos a comparação de Agostinho e Donato em decorrência do caráter exemplar e paradigmático que a *Ars grammaticae* de Donato assumiu na tradição. Com efeito, Donato foi o gramático mais conhecido do período medieval, assim como os seus textos gramaticais foram mais os copiados em todo ocidente”. Ou, ainda, segundo Swiggers (1992, p. 78): “Devemos a Santo Agostinho uma primeira tentativa de codificação gramatical, que segue de perto os tratados de Donato”.

²⁴ Élio Donato (Aelius Donatus) foi um gramático latino ativo em Roma no século IV d.C., aproximadamente entre 310 e 363 d.C. É conhecido sobretudo por ter sido mestre de Jerônimo de Estridão e autor das obras *Ars Minor* e *Ars Maior*, que se tornaram alguns dos manuais gramaticais mais difundidos do Ocidente latino medieval. Sua produção insere-se no contexto da Antiguidade Tardia, período marcado pela reorganização cultural do Império Romano e pela crescente influência do Cristianismo sobre as práticas educacionais (Fortes; Moura, 2016, p. 27).

Fortes e Moura (2016, p. 30) observam que a *Ars Minor* possuía caráter introdutório e didático, estruturando-se em perguntas e respostas voltadas ao aprendizado das partes da oração. Já a *Ars Maior* apresentava descrição mais extensa e técnica da língua latina, organizada de forma progressiva e sistemática. Conforme ressalta Holtz (1981, p.54), a obra dividia-se em três livros: o primeiro dedicado a aspectos fonológicos e morfológicos; o segundo às partes do discurso; e o terceiro aos vícios de linguagem, como barbarismos e solecismos, além das figuras de retórica. Essa organização demonstraria um método pedagógico gradual, em que o estudante avançava de definições gerais para categorias mais específicas.

O pensamento gramatical de Donato, segundo Fortes e Moura (2016, p. 28), concentrava-se em uma “espécie de descrição” das partes da oração e na normatização do uso correto da língua. Sua gramática buscava oferecer instrumentos para a leitura, a escrita e a interpretação do latim, articulando descrição linguística e formação retórica.

Vamos, então, às aproximações entre Donato e Anchieta. Quanto ao nome, escreve Donato²⁵:

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum: de modo próprio, como Roma, *Tiberis*; de modo comum, como *urbs*, *flumen*.¹⁰⁶ O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Nome é de uma única pessoa; denominação é de muitas; vocábulo é de coisas. Mas, genericamente, dizemos apenas nomes (Donato, *Arte Maior*, II, 2)²⁶.

²⁵ As traduções de Donato são de Lucas Consolin Dezotti (2011).

²⁶ Vale trazer, também, a título de comparação, com a intenção de reiterar ainda uma vez a influência de Donato em Santo Agostinho, a definição do Bispo de Hipona acerca do nome que aparece em Freitas (2021, p. 77): “O nome é a parte da oração com caso, sem tempo, significando plenamente aquelas coisas que são enunciadas no gênero relativo ao sexo. Ainda que, com efeito, o gênero neutro não seja nem masculino e nem feminino, mas porque é expresso negando a ambos os sexos, por isso mesmo tem motivo de ser nomeado entre os gêneros. As flexões do nome são muitas, mas são dignas de maior observação: a qualidade, o gênero, o número, a comparação, a forma e o caso”. Vemos que Donato e Agostinho definem o nome a partir de um mesmo eixo: o nome pertence às partes da oração e se distingue pela presença de caso. Em Donato, lê-se que o nome é “a parte da oração com caso”; em Agostinho, encontra-se a mesma base: “o nome é a parte da oração com caso”. Essa coincidência mostra que Agostinho se insere na tradição gramatical representada por Donato, pois conserva o critério morfológico do caso como elemento de identificação do nome. A diferença aparece no modo como cada autor desenvolve a definição. Donato associa o nome à significação de “um corpo ou uma ideia”, podendo ocorrer “de modo próprio ou comum”. Assim, sua definição articula caso, significação e distinção entre nome próprio e nome comum. Agostinho, por sua vez, conserva o critério do caso, mas acrescenta a ausência de tempo: o nome é “com caso, sem tempo”. Com isso, a definição agostiniana aproxima o nome do sistema das partes da oração por oposição ao verbo, já que o verbo se define pela presença de tempo.

Quando José de Anchieta, em sua *Gramática*, aborda a questão do nome, no capítulo terceiro, afirma:

Os nomes não têm casos nem números distintos salvo vocativo, com esta diferença, a saber, que os que têm acento na última, nada mudam, *ut abá*, em todos os casos. Os que têm na penúltima perdem a última vogal no vocativo, *vt túba, túb, xérúba, xérúb vel xérúp, xéaira, xerair vel xérait* (Anchieta, 1990 [1595], p. 9, grifos nossos).

Veja-se que o jesuíta busca casos ou números, bem como menciona o vocativo, uma terminologia típica das gramáticas latinas. Ao tratar de descrever as partes da oração da tradição gramatical europeia no tupinambá como eram vistas por diversos autores, entre eles José de Anchieta, Altman (2012), informa que o autor da *Gramática* se apresentou muito mais livre em relação aos modelos latinos que os autores que lhe foram posteriores.

Altman (2012) enfatiza que na *Gramática* há 140 termos em latim, o que nos autoriza a pensar na influência dos gramáticos latinos sobre o jesuíta. De acordo com a autora:

Do ponto de vista do número e hierarquia das partes de que se compõe a gramática, Anchieta (1595) é, relativamente, o mais livre em relação ao modelo latino de referência das oito partes da oração. Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um apanhado geral das letras, ortografia, pronúncia e acento (1r-9v), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes (9v-10v), dos pronomes (10v-17r) e dos verbos, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40r; 46r-58v), intercalada por uma enumeração das preposições (40r-46r). Não há capítulos especialmente dedicados aos advérbios, embora a eles se faça menção em vários pontos da gramática (Altman, 2012, p. 31).

Por meio da comparação dos capítulos da *Gramática* de Anchieta com as de Donato e Agostinho, é possível perceber a estreita relação que havia entre a tradição gramatical latina e o pensamento linguístico de José de Anchieta, como explicitado no quadro a seguir:

Quadro 9 - Quadro comparativo entre a estrutura das obras gramaticais de Donato, Agostinho e Anchieta²⁷

<i>Ars breuiata</i> de Agostinho	<i>Gramática</i> de Anchieta	<i>Ars maior</i> de Donato
<i>Latinitas</i>	Das letras	<i>De voce</i>

²⁷ O travessão indica ausência de correspondência estrutural direta entre as seções das obras comparadas, conforme o recorte adotado nesta adaptação.

<i>De partibus orationis</i>	Da Orthographia ou pronúncia	<i>De littera</i>
<i>De nomine</i>	De Accentu	<i>De syllaba</i>
<i>De pronomine</i>	Dos nomes	<i>De pedibus</i>
<i>De uerbo</i>	Dos pronomes	<i>De tonis</i>
<i>De aduerbio</i>	Dos verbos	<i>De posituris</i>
<i>De participio</i>	Anotações. Na conjugação	<i>De partibus orationis</i>
<i>De coniunctione</i>	Da construção dos verbos ativos	<i>De nomine</i>
<i>De praepositione</i>	Dalgũs maneiras de verbos em que esta amphibologia se tira	<i>De pronomine</i>
<i>De interiectione</i>	Das Praeposições	<i>De uerbo</i>
<i>De soloecismo</i>	De sum, es, fui	<i>De aduerbio</i>
<i>De barbarismo</i>	Dos verbos neutros feitos activos	<i>De participio</i>
<i>Appendix</i>	Dos Activos feitos neutros	<i>De coniunctione</i>
–	Da composição dos verbos	<i>De praepositione</i>
–	Da Repetição dos verbos	<i>De interiectione</i>
–	De algũs verbos irregulares de Aê	<i>De barbarismo</i>
–	–	<i>De soloecismo</i>
–	–	<i>De ceteris uitiis</i>
–	–	<i>De metaplasmo</i>
–	–	<i>De schematibus</i>
–	–	<i>De tropis</i>

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Freitas (2021).

O quadro acima, que faz um comparativo entre Donato, Agostinho e Anchieta, talvez permita perceber a permanência de uma mesma tradição de descrição gramatical. Em Donato, a *Ars maior* organiza-se a partir de uma sequência que parte dos elementos sonoros da língua, voz, letra, sílaba e acento, e chega às partes da oração e aos vícios da linguagem. Agostinho, na *Ars breuiata*, parece condensar parte dessa estrutura, concentrando-se sobretudo nas partes da oração e nos desvios linguísticos, como barbarismo e solecismo. Anchieta, por sua vez, ao descrever o tupi, também inicia sua gramática por elementos ligados à escrita, à pronúncia e ao acento, passando depois aos nomes, pronomes, verbos e preposições. Essa aproximação estrutural talvez indique a circulação de um modelo gramatical latino que atravessa contextos distintos.

Pode-se observar que as três obras compartilham um núcleo comum ligado às partes da oração. Nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição aparecem em Donato e Agostinho, enquanto Anchieta mantém parte dessas categorias ao tratar dos nomes, pronomes, verbos e preposições. Isso quiçá revele não apenas uma repetição terminológica, mas uma forma específica de compreender a linguagem. Nesse sentido, Anchieta talvez não descreva o tupi fora da matriz latina, mas por meio dela.

Donato parece ocupar a posição de referência escolar da tradição gramatical antiga enquanto Agostinho retoma essa estrutura na *Ars breuiata*, como Freitas (2021) deixa claro, preservando categorias, sequências e critérios de descrição. Anchieta, séculos depois, parece mobilizar parte desse mesmo repertório ao construir sua gramática da língua tupi.

Anchieta (1595), ao descrever o tupinambá, parece retomar parte da estrutura classificatória herdada da gramática latina. A esse respeito, Kaltner e Santos (2023, p. 44) observam que sua gramática reflete um esforço de adaptação de categorias latinas para uma língua de estrutura aglutinante, como podemos visualizar no excerto:

Os nomes substantiuos se compoem, com adiectiuos, præcedendo sempre os substantiuos, & se tem accentto na vltima ficão inteiros, vt mbaécatú, mbaé aĩba, nhungatú, nhúaiba. Se tem accentto na penultima, & encontrão cõ vogal perdem a vltima vogal, vt túba ete, tûbetè, pay verdadeiro. Se en-contrão com consoante perdem toda a vltima syllaba, vt túba, catú, túcatû. Substantiuos cõ substantiuos, cõ a mesma mudança” (Anchieta, 1595, f. 9r).

Nessa passagem, pode-se perceber que Anchieta mobiliza categorias como substantivo, adjetivo, composição e acento, elementos já presentes na tradição de Donato, como vimos anteriormente. Sendo assim, parece-nos que a própria escolha dessas categorias revela a permanência de uma forma latina de organizar os fatos da linguagem. Desse modo, ainda que o tupinambá não apresente casos flexionais como o latim, Anchieta parece buscar equivalências descritivas que permitam enquadrar a língua indígena em um modelo conhecido pelo leitor europeu.

A proximidade entre Donato e Anchieta talvez também possa ser observada no tratamento dado aos nomes e à composição vocabular. Em Donato (*Arte Maior*, II, 3), os nomes são organizados por acidentes como qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Anchieta, por sua vez, parece selecionar apenas parte dessas

categorias, preservando aquilo que encontra correspondência no tupinambá. A categoria de caso, central no latim, não aparece com a mesma função, enquanto composição e acentuação recebem espaço maior.

O tratamento dado à categoria flexional de número parece revelar movimento semelhante. Donato descreve o plural por meio de desinências ligadas ao sistema flexional latino. Anchieta, em contraste, parece mostrar que o plural no tupinambá depende do contexto ou do emprego de partículas. Ainda assim, a própria preocupação em localizar mecanismos equivalentes ao plural latino talvez demonstre a permanência do horizonte gramatical herdado de Donato. O mesmo parece ocorrer com a composição nominal. Donato, conforme lembra Dezotti (2011, p. 71), trata a composição como fenômeno relevante da gramática latina. Anchieta também dedica atenção a esse aspecto, descrevendo alterações fonológicas e morfológicas decorrentes da junção entre substantivos e adjetivos.

Kaltner e Santos (2024, p. 3) observam, ainda, que Anchieta amplia a descrição linguística ao considerar aspectos ligados ao uso e ao contexto sociocultural da língua tupinambá, como se afirmou na seção anterior. Mesmo assim, categorias tradicionais da gramática latina permanecem presentes em sua obra. A distinção entre nomes, pronomes e verbos, bem como noções de gênero, figura e composição, talvez indique que Anchieta descreve o tupinambá por meio de instrumentos oriundos da tradição gramatical europeia. Desse modo, sua gramática talvez possa ser compreendida como ponto de encontro entre o modelo latino representado por Donato e a necessidade de descrição das línguas americanas. Conforme aponta Alves Filho (2007, p. 7), Anchieta parece atuar como mediador entre essas tradições, traduzindo conceitos gramaticais latinos para outro contexto linguístico.

Podemos destacar essa proximidade ao notarmos quando Donato enumera os acidentes do nome: “O nome tem seis accidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso²⁸” (*Arte Maior*, II, 2). Anchieta (1595, f. 8v), em contraste, observa que “Os nomes não tem caſos nẽ numeros distinctos ſaluo vocatiuo, com eſta differença”. Nessa perspectiva, talvez possamos pensar que Anchieta mantém parte da lógica descritiva de Donato ao buscar propriedades que organizem o funcionamento dos nomes. Entretanto, em vez de reproduzir integralmente os acidentes latinos, ele parece selecionar apenas aqueles que encontram correspondência na língua descrita.

²⁸ *Nōmen ſex accidētia habet: qualitatem, comparātiōnem, genus, numerum, figuram et cāsum.*

Nesse ponto, a acentuação e a composição passam a ocupar lugar semelhante ao que o caso possuía na gramática latina.

A influência da tradição donatiana revela-se também na classificação dos tipos de nomes. Donato escreve: “Os nomes apelativos podem ser corpóreos ou incorpóreos, primitivos, derivados, diminutivos²⁹” (*Arte Maior*, II, 2). Já Anchieta (1595, f. 9v) afirma que “Os nomes subftantiuos fe compoem, com adiectiuos, præcedendo fempore os subftantiuos, & fetem accentu na vltima ficção inteiros”. A aproximação dessas passagens sugere um interesse comum pela organização interna dos nomes e por seus modos de formação. Nesse movimento, enquanto Donato concentra-se em categorias derivacionais do latim, Anchieta direciona sua atenção à composição nominal no tupi-nambá. Ainda assim, parece que, em ambos os casos, a gramática é concebida como descrição das relações entre as palavras e de seus processos de formação.

A questão do número talvez forneça outro ponto de contato entre os dois autores. Donato afirma: “Os números são dois: singular e plural; há também o dual e nomes sempre singulares ou plurais³⁰” (*Arte Maior*, III, 7). Anchieta (1595, f. 8v), por sua vez, registra que “O plural fe entende pello que fe trata, ou tambem acrecentandolhe algũs nomes, que fignificão multidão, como, todos, tantos, quantos, muitos”. Diante disso, é possível supor que Anchieta esteja tentando localizar, no interior do tupi-nambá, mecanismos equivalentes às categorias numéricas da tradição latina. A diferença talvez resida no fato de que Donato descreve um sistema flexional, enquanto Anchieta parece lidar com uma pluralidade construída por contexto e partículas lexicais.

Já no que diz respeito ao pronome, Donato o define como “a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa”³¹ (*Arte Maior*, II, 11), organizando sua descrição por meio de seis acidentes: qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso. José de Anchieta retoma parte dessa estrutura ao descrever os pronomes da língua tupinambá, conservando a divisão conceitual herdada da tradição latina, ainda que precise ajustá-la a uma língua cujo funcionamento não corresponde ao sistema flexional do latim.

²⁹ *Nōmina appellātiva possunt esse corporālia vel incorporālia, prīmītiua, dērivāta, dēminūtīua.*

³⁰ *Numerī duo sunt: singulāris et plūrālis; est etiam duālis, atque nōmina semper singulāria vel plūrālia.*

³¹ *Prōnōmen est pars ōrātiōnis quae, prō omīne posita, fere idem significat et aliquandō persōnam indicat.*

Nesse ponto, acreditamos que o conceito de hibridismo cultural em Néstor García Canclini (2006), de que tratamos anteriormente, talvez possa ser trazido para compreender o modo como José de Anchieta descreve os pronomes do tupinambá a partir da tradição gramatical latina representada por Donato. Anchieta não abandona as categorias herdadas da gramática europeia, como pessoa, gênero, número e caso, mas também não as reproduz integralmente, pois precisa ajustá-las a uma língua cuja organização não corresponde ao modelo flexional latino.

Nesse sentido, talvez se possa afirmar que sua gramática constitui um espaço de articulação entre matrizes culturais distintas: de um lado, a tradição metalinguística latina; de outro, a estrutura do tupinambá. O resultado parece não ser nem a preservação intacta do modelo europeu nem a descrição da língua indígena fora desse horizonte conceitual, mas uma reorganização dos conceitos gramaticais em função do contato entre culturas.

Em Donato, os pronomes são classificados segundo a qualidade, distinguindo-se entre definidos, como *ego*, *tu* e *ille*, e indefinidos, como *quis* e *quae*. Anchieta (1595, f. 10v) tenta seguir essa lógica ao apresentar formas pronominais tupinambás acompanhadas de equivalências latinas, como “*yxê, ego*” para a primeira pessoa do singular e “*endê, tu*” para a segunda pessoa.

Entretanto, enquanto o latim organiza os pronomes a partir de declinações e casos gramaticais, o tupinambá não apresenta estrutura equivalente. Ainda assim, Anchieta preserva parte da terminologia utilizada por Donato, com algumas diferenças. Anchieta (1595, f. 10r) afirma que “os pronomes têm alguns casos”, mencionando formas como “*yxêbe*” (“*mihi*”) e “*peême*” (“*vobis*”).

Nesse contexto, pode-se observar, também, que a categoria de pessoa gramatical aproxima Anchieta da tradição latina. Donato distingue primeira, segunda e terceira pessoas, com formas singulares e plurais. Anchieta (1595, f. 10r) aplica essa mesma divisão ao registrar formas como “*orê*” e “*yandê*” para a primeira pessoa do plural. Contudo, o gramático jesuíta introduz uma distinção entre inclusão e exclusão do interlocutor, traço ausente no latim. Talvez esse ponto revele que Anchieta preserva a estrutura classificatória de Donato, mas amplia sua descrição a partir das especificidades do tupinambá. De acordo com Alves Filho (2007, p. 65), as categorias herdadas da tradição latina parecem receber novos sentidos no contexto da descrição das línguas americanas.

No que tange aos verbos, Donato (*Arte Maior*, 2, 12) descreve sete acidentes deste: qualidade, conjugação, gênero, número, figura, tempo e pessoa. José de Anchieta parece conservar essa lógica ao descrever os verbos do tupinambá. Sua descrição dos verbos articulados aos pronomes mostra esse deslocamento: os valores gramaticais deixam de depender apenas de desinências e passam a ser expressos por partículas, combinações pronominais e alterações morfofonológicas.

Quando Donato enumera os modos verbais – indicativo, imperativo, promissivo, optativo, conjuntivo, infinitivo e impessoal – ele descreve um sistema ligado à morfologia latina. Anchieta não emprega exatamente essas categorias, mas tenta localizar mecanismos equivalentes no tupinambá. Assim, formas como *yxê açô* (“eu vou”) ou *ndê ndêçóreme* (“se tu fores”) parecem indicar uma tentativa de traduzir para a língua indígena noções de modo e tempo herdadas da tradição latina³². Pode-se dizer que Anchieta desloca essas categorias para outro funcionamento linguístico, em que as flexões são substituídas pela repetição de pronomes e pelo uso de partículas.

A questão da conjugação revela movimento semelhante. Donato distingue três conjugações. Anchieta também emprega o termo “conjugação”. Expressões como “*orêorôjucâ*” (“nós te matamos”) e “*orêopôjuca*” (“nós vos matamos³³”) mostram que a preocupação central continua sendo a relação entre verbo, pessoa e tempo, ponto que talvez aproxime Anchieta da lógica de Donato, ainda que os mecanismos linguísticos sejam distintos.

³² Isso porque, no latim descrito por Donato, categorias como modo e tempo costumam ser marcadas por flexões verbais, isto é, por alterações na forma do verbo. Em formas como *amo*, *amabam* ou *amarem*, a própria terminação verbal indica tempo, pessoa e modo. Já em exemplos apresentados por José de Anchieta, como os que aqui destacamos, esses valores são construídos por outros mecanismos, sobretudo pela combinação entre pronomes, partículas e formas verbais.

³³ Cabe talvez uma observação à parte acerca dos *exempla* empregados por José de Anchieta em sua gramática. O leitor que chegou até aqui possivelmente já percebeu que parte significativa das frases utilizadas pelo jesuíta envolve ações ligadas à violência, à morte, ao ataque ou à agressão, como “eu mato”, “fulano matou” ou “fulano foi morto”. (Destaco que, por exemplo, Anchieta dedica não menos que 5 páginas [17r – 19r] de sua *Gramática* à descrição de todas as conjugações possíveis do verbo “matar”.) Creio que esse dado não deva ser entendido apenas como escolha casual de exemplos linguísticos. Talvez ele reflita, ao menos em parte, o contexto da colonização portuguesa, marcado por guerra, catequese forçada e conflito entre europeus e povos indígenas. Por outro lado, também pode indicar a centralidade da guerra e da captura ritual no interior da sociedade tupinambá, aspecto discutido por Eduardo Viveiros de Castro ao analisar a relação entre guerra, vingança e organização social tupinambá (Viveiros de Castro, 2002, p. 54). Quiçá as duas dimensões estejam presentes ao mesmo tempo: de um lado, a experiência colonial vivida por Anchieta; de outro, a tentativa de descrever práticas e formas discursivas que faziam parte do universo tupinambá.

Os tempos verbais oferecem outro exemplo dessa relação entre continuidade e deslocamento. Donato organiza o verbo a partir de presente, pretérito e futuro. Anchieta (1595) não encontra formas equivalentes no tupinambá, mas procura identificar recursos que cumpram funções semelhantes. Partículas, repetições pronominais e modificadores passam a exercer papel central na marcação temporal. Nesse sentido, sua descrição se afasta do modelo morfológico latino e se aproxima de uma descrição mais funcional da língua.

Vale ressaltar, agora, em que pontos Anchieta dista mais de Donato, o que ocorre sobretudo no que diz respeito aos verbos. Nas gramáticas latinas, como já se afirmou, o verbo costuma ser descrito sobretudo por flexões de tempo, modo, número e pessoa. No tupinambá descrito por Anchieta, porém, as relações gramaticais parecem concentrar-se no interior do próprio complexo verbal, por meio de partículas, prefixos pessoais e concatenação de morfemas.

Conforme afirma Gerardi (2023, p. 46), “Tupinambá is a head-final and head-marking language”³⁴. Isso explica por que a *Arte* dedica tantos capítulos ao verbo: o núcleo organizador da oração parece localizar-se justamente nele. Anchieta já indica

³⁴ “O Tupinambá é uma língua de núcleo-final e de marcação de núcleo”. Pode-se compreender uma língua head-final como uma língua em que o núcleo sintático tende a aparecer ao final da construção. Em termos sintáticos, conforme Tanaka *et al.* (2011), isso significa que verbos, posposições ou outros núcleos aparecem depois de seus complementos. No japonês, por exemplo, o verbo costuma ocupar a posição final da oração, produzindo estruturas SOV (Sujeito–Objeto–Verbo). Já uma língua head-marking caracteriza-se pela tendência de marcar as relações gramaticais diretamente no núcleo da construção, sobretudo no verbo, e não nos constituintes dependentes. Assim, informações relativas a sujeito, objeto, pessoa ou relações argumentais aparecem incorporadas ao verbo por meio de prefixos, partículas ou morfemas específicos. Talvez seja possível afirmar que o tupinambá descrito por José de Anchieta apresenta justamente essas duas características: o verbo tende a ocupar posição final em muitas construções nucleares, e as relações sintáticas parecem concentrar-se no domínio verbal. Tanaka *et al.* (2011, p. 124) ajudam a compreender o conceito de head-final language ao afirmar que “in head-final languages such as Japanese, all noun phrases precede the verb”, que quer dizer, “em línguas head-final como o japonês, todos os sintagmas nominais precedem o verbo”. A formulação permite perceber que, nessas línguas, o verbo ocupa posição estrutural distinta daquela encontrada em línguas indo-europeias como o inglês ou o português, nas quais o verbo tende a aparecer antes de muitos complementos. Os autores afirmam ainda que “the central role of the verb in production may mean that processing is fundamentally affected by the position of the verb” (Tanaka *et al.*, 2011, p. 113), que se pode traduzir como: [nestas línguas] “o papel central do verbo na produção pode significar que o processamento é afetado de maneira fundamental pela posição do verbo”. Assim, em línguas head-marking, o verbo não funciona apenas como núcleo semântico da oração, mas também como local de concentração de informações gramaticais. Em muitas línguas ameríndias, como o tupinambá, prefixos e partículas verbais indicam pessoa, negação, direção da ação e relações argumentais. Por fim, creio que se possa entender o que pretende Gerardi (2023) ao identificar no tupinambá uma língua “head-final and head-marking”: no caso da língua descrita por Anchieta, as marcas de pessoa, negação e relação sintática aparecem frequentemente integradas ao verbo, enquanto os constituintes nominais orbitam ao redor dele. Pode-se dizer, então, que a centralidade do verbo constitui um princípio organizador da língua, o que talvez explique por que a gramática anchieta dedica tantos capítulos à conjugação, às partículas e à ordem dos constituintes verbais.

isso ao abrir o capítulo “Dos verbos”: “Ainda que todos os verbos tem hũa so maneira de conjugação, contudo podemos dizer que tem duas porque o negatiuo acrescenta algũas partículas” (Anchieta, 1595, f. 17v). Aqui, a oposição entre afirmação e negação não depende de uma conjugação distinta, como no latim, mas da adição de partículas ao verbo.

Nos exemplos *Ajucû* (“Eu mato”), *Erejucâ* (“Tu matas”) e *ojucâ* (“ele mata”), a pessoa aparece prefixada ao verbo. Já nas formas negativas *Najucâi* (“Eu não mato”), *Nderejucâi* (“Tu não matas”) e *Nojucâi* (“Ele não mata”), a negação também se integra ao complexo verbal. Isso parece indicar um funcionamento distinto do modelo indo-europeu, em que boa parte das relações sintáticas se distribui entre palavras separadas.

O mesmo parece ocorrer no futuro. Anchieta escreve: *Ajacâne... addito, ne, infine* (“Eu matarei”); e, no negativo, *addito, xône, l.xoéne* (“Eu não matarei”) (Anchieta, 1595, f. 17v). O futuro não é apresentado por uma desinência equivalente às do latim, mas pela adição de partículas ao final da forma verbal. Nesse caso, a ordem relevante não é apenas a ordem das palavras na frase, mas a posição interna dos morfemas dentro do verbo. Pode-se perceber algo semelhante no imperativo: “*Ejucâ / Tojucâ*” (“Não mates tu”) e no imperativo negativo: “*Ejucâumê / Tojucâumê*” (“Que ele não mate”). Aqui, a negação não aparece como palavra independente, mas como elemento agregado ao verbo, o que talvez aproxime o tupinambá de línguas aglutinantes.

A noção de língua aglutinante ajuda a compreender esse funcionamento. Conforme aponta Thielemann (2005, p. 64), as gramáticas missionárias tentavam enquadrar as línguas ameríndias na *Ars grammaticae* latina, ainda que essas línguas apresentassem princípios organizadores distintos. Segundo o autor, “a descrição das línguas ameríndias segue não só de forma parcial, mas integral, o modelo canônico da *Ars grammaticae*, modelo metalingüístico do latim, isto é, as línguas são descritas como ‘espelho do latim’” (Thielemann, 2005, p. 65). No entanto, o próprio funcionamento do tupinambá parece forçar Anchieta a descrever cadeias de partículas e morfemas que escapam ao padrão flexional latino.

Essa tensão aparece quando Anchieta afirma: “Efta lô vos ferue á todas as peľoas & numeros, juntandolhe no principio os nomes, ou pronomes expreffos” (Anchieta, 1595, f. 19v). Aqui, o verbo pode funcionar como centro organizador da oração, recebendo pronomes e nomes em seu entorno imediato. Gerardi (2023, p. 47) observa

que, no tupinambá, as relações sintáticas nucleares tendem ao padrão SOV, enquanto os sintagmas nominais independentes podem variar de posição. Anchieta parece já registrar esse funcionamento ao insistir na posição dos pronomes em relação ao verbo.

A questão da negação reforça ainda mais esse ponto. Anchieta escreve: “Todos eftes negatiuos... fe podem por no meyo, & no fim... A hus eftá melhor no meyo, a outros no fim, vñus docebit” (Anchieta, 1595, f. 19r). Nesse contexto, torna-se relevante notar que o critério final deixa de ser uma regra abstrata herdada do latim e passa a ser o uso. Além disso, a posição da partícula negativa interfere na estrutura verbal. Em seguida, Anchieta explica: “A rezão porque o, eîma, fe pode por no meyo he porque os verbos podemfe negar cõ, eîm, & conjugarfe como affirmatiuos...” (Anchieta, 1595, f. 20v). Pode-se perceber, então, que a negação integra o próprio mecanismo de conjugação.

Outro exemplo aparece no capítulo “Anotações, na Conjugação”, quando Anchieta afirma: “AS peffoas que varião os verbos fãõ feis, a terteira he a mefma no fingular, & plural, porque os nomes não tem numeros vt fupra” (Anchieta, 1595, f. 20v). Aqui, a distinção de número parece depender menos do nome e mais do verbo. Em seguida, o gramático acrescenta: “Todos os ver. Actiuos, & muitos neutros fe conjugão com eftas peffoas, as quaes chamamos articulos á differença das peffoas expreffas, que fãõ os pronomes” (Anchieta, 1595, f. 20v), o que pode sugerir que a marcação de pessoa está incorporada ao verbo, e não distribuída em elementos externos, como costuma ocorrer no latim e no português.

Os exemplos fornecidos por Anchieta reforçam essa centralidade verbal: *Xemaenduâr* (“Eu me lembro”), *Ndemaenduâr* (“Tu te lembras”), *Y’maenduâr* (“Ele se lembra”), *Xerorîb* (“Eu me alegro”), *Nderorîb* (“Tu te alegras”), *Çorib* (“Ele se alegra”). Em todos esses casos, a pessoa parece ser marcada no início do complexo verbal. Conforme afirma Gerardi (2023, p. 45), esse tipo de estrutura corresponde ao funcionamento de línguas “head-marking”, em que o núcleo verbal concentra a codificação das relações sintáticas.

A mesma lógica aparece nas regras de adjacência verbal. Anchieta afirma: “se perde o articulo, & o accusatiuo fe ha de por a parte ãte immediato ao verbo” (Anchieta, 1595, f. 37v). O exemplo dado é *xejucâ Pedro* (“Pedro me mata”). Aqui, o pronome

xe- precisa aparecer imediatamente antes do verbo. Em outro trecho, Anchieta escreve: “tendo o accusatiuo expreffo, ha de ficar, biã, in fine” (Anchieta, 1595, f. 21v). Isso indica, em nosso entendimento, que a ordem dos elementos verbais constitui, de fato, um princípio estrutural da língua, e não uma simples questão estilística.

Pode-se dizer, portanto, que Anchieta preserva a terminologia da tradição latina – indicativo, conjuntivo, conjugação, pessoa, futuro – mas a língua descrita o obriga a construir outras soluções descritivas. Como destaca Thielemann (2005, p. 60), Humboldt reconheceu justamente esse ponto ao afirmar que as línguas ameríndias possuíam princípios organizadores distintos dos indo-europeus. O autor diz: “com o seu conhecimento do basco, Wilhelm von Humboldt reconhece o valor proposicional do verbo nahuatl e identifica a incorporação como o princípio organizador” (Thielemann, 2005, p. 60). Dessa forma, é possível que algo semelhante ocorra no tupinambá de Anchieta: a centralidade do verbo, a concatenação de partículas e a incorporação de relações gramaticais ao núcleo verbal parecem afastar essa língua do modelo flexional latino e aproximá-la de uma lógica aglutinante.

Assim, uma vez que, até o presente momento, buscou-se descrever as relações entre a gramática de José de Anchieta e a tradição gramatical latina representada por Donato e Agostinho, passa-se, por fim, a um exame da possível influência dos gramáticos ibéricos sobre a *Arte* de Anchieta. Essa etapa se faz necessária porque a circulação do pensamento gramatical no século XVI não dependia apenas da tradição latina tardia, mas também das reformulações produzidas no contexto humanista ibérico, sobretudo em autores ligados ao ensino do latim e das línguas vernáculas, como é o caso de João de Barros, autor escolhido por nós para se cotejar com a *Gramática* de Anchieta. Nesse sentido, pode ser que a gramática anchietana revele não apenas permanências da tradição antiga, mas também aproximações com procedimentos descritivos e pedagógicos presentes nos gramáticos portugueses e espanhóis do período.

5.4 DIÁLOGOS ENTRE ANCHIETA E OS GRAMÁTICOS IBÉRICOS

Kaltner (2021) procura demonstrar, por meio de indícios historiográficos, a presença de gramáticos ibéricos e latinos na constituição do pensamento linguístico de José de Anchieta. Antes mesmo de se examinar diretamente a *Arte de gramática da*

língua mais usada na costa do Brasil e a influência dos gramáticos ibéricos sobre ela, talvez seja necessário relembrar que o texto anchietano não constitui experiência isolada no contexto americano.

A publicação da *Arte de grammatica mexicana* de Andrés de Olmos, em 1547, já indicava que missionários ligados ao espaço ibérico procuravam descrever as línguas indígenas por meio de categorias oriundas da tradição latina. Nesse quadro, pode-se pensar que Anchieta participa de um movimento mais amplo de gramatização das línguas ameríndias.

Partindo dos pressupostos de Pierre Swiggers, Kaltner (2021, p. 113) afirma que uma das marcas do pensamento linguístico de Anchieta é o emprego de “rótulos” metalinguísticos nos títulos dos capítulos. Segundo o autor, essa característica aproximaria a obra do jesuíta de gramáticos ibéricos como João de Barros³⁵. Os capítulos “Das Letras”, “Da Orthographia ou pronunciação”, “De Accentu”, “Dos Nomes”, “Dos Pronomes” e “Dos Verbos” parecem indicar justamente essa permanência terminológica. Kaltner (2021, p. 114), então, propõe dividir a estrutura da gramática anchietana em três blocos: um ligado à pronunciação, outro à morfossintaxe e um terceiro dedicado à sintaxe. Essa organização, com Kaltner (2021, p. 114), representa a proximidade com a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, publicada em 1540.

Kaltner e Santos (2021, p. 9) observam que o primeiro capítulo da obra de João de Barros intitula-se “Da Letera”, o mesmo rótulo empregado por Anchieta. Entretanto, há diferença entre os dois autores. João de Barros dedica longo trecho à definição de letra: “Letera (segundo os grammaticos) é a mais pequena parte de qualquér diçam que se póde escreuer” (Barros, 1540, p. 4).

Anchieta não realiza definição semelhante. Talvez isso decorra, como sugerem Kaltner e Santos (2021, p. 10), do fato de que as gramáticas ibéricas já circulavam entre os leitores da época. Contudo, pode-se pensar também no caráter funcional da

³⁵ João de Barros (1496–1570) foi um cronista, gramático e humanista português ligado ao contexto do Renascimento e da expansão ultramarina portuguesa. Atuou na administração da Coroa, sobretudo em cargos relacionados ao comércio e aos territórios ultramarinos, ao mesmo tempo em que desenvolveu produção intelectual voltada à história e à língua portuguesa. Entre suas obras mais conhecidas estão as *Décadas da Ásia* e a *Gramática da Língua Portuguesa*, publicada em 1540. Esta última costuma ser considerada uma das primeiras gramáticas do português produzidas no contexto ibérico. Sua obra gramatical organiza-se a partir de categorias herdadas da tradição latina, especialmente da *Ars grammaticae*, aproximando-se de autores como Antonio de Nebrija. No contexto dos estudos sobre José de Anchieta, João de Barros aparece frequentemente como uma das possíveis referências ibéricas mobilizadas pelo jesuíta, sobretudo no emprego de metatermos gramaticais, na organização dos capítulos e na descrição fonética e morfológica da língua (Kaltner, 2021, p. 112).

gramática anchietana, voltada ao ensino missionário e não à discussão filológica sobre a origem das letras e das línguas³⁶.

A diferença entre João de Barros e Anchieta talvez se torne ainda mais perceptível quando o gramático português desenvolve a genealogia das letras gregas, latinas e hebraicas. Barros (1540, p. 4) escreve: “Donde as leteras ueéram ter estas tres cousas, Nome, figura, poder”. Já Antonio de Nebrija³⁷ também desenvolve genealogia semelhante ao afirmar que “todos os outros autores atribuem a invenção das letras aos fenícios” (Nebrija, 1992, p. 5). Anchieta não realiza percurso equivalente porque, como já dissemos, sua gramática estava voltada menos para a história da língua e mais para o aprendizado do tupinambá pelos missionários jesuítas.

Mesmo sem essas genealogias, a aproximação entre Anchieta e os gramáticos ibéricos parece ocorrer no plano dos metatermos e da organização descritiva. João de Barros (1540, p. 10), ao tratar do nome, afirma: “Nome sustantiuo chamamos áquelle que per sy póde estar”. Anchieta, por sua vez, escreve: “Os nomes substantiuos se compoem, com adiectiuos, præcedendo sempre os substantiuos, & se tem accento na vltima ficção inteiros” (Anchieta, 1595, f. 10r). Pode-se perceber aqui uma diferença de procedimento: enquanto João de Barros procura definir o conceito de nome, Anchieta parece partir do pressuposto de que o leitor já conhece essa categoria e concentra-se no funcionamento da língua tupinambá.

A relação entre Anchieta e João de Barros também aparece na descrição fonética. Kaltner e Santos (2021, p. 120) observam que Anchieta descreve apenas os sons

³⁶ Acerca deste caráter pedagógico da *Gramática* de Anchieta, ver Rosa (1995). A autora escreve, também, sobre a forma como os jesuítas abordaram a descrição das línguas: “Consequência prática destes postulados foi o desenvolvimento de uma importante obra gramatical, voltada: (a) por um lado, na educação liberal, para a eloquentia perfecta, i.e., para o domínio da expressão convincente e fluente em latim; e (b) para as línguas europeias mas, logo a seguir, para línguas desconhecidas que os Descobrimentos revelavam, com a finalidade de atender àqueles que estavam fora do regime escolar normal e que precisavam de um aprendizado rápido por razões práticas, como era o caso dos missionários” (Rosa, 1995, p. 274).

³⁷ Antonio de Nebrija (1441–1522), também conhecido como Elio Antonio de Nebrija, foi um humanista, gramático e filólogo espanhol ligado ao contexto do Renascimento ibérico. Estudou em Salamanca e em Bolonha, onde teve contato com os estudos humanistas e com a tradição gramatical latina. Sua obra mais conhecida é a *Gramática de la lengua castellana*, publicada em 1492, considerada a primeira gramática dedicada a uma língua românica europeia. Nebrija estruturou sua descrição do castelhano a partir das categorias da gramática latina, sobretudo das tradições ligadas a Donato e Prisciano. Além da gramática castelhana, produziu dicionários, tratados de ortografia e comentários filológicos. No contexto da expansão espanhola e portuguesa, sua obra passou a servir de modelo para descrições de línguas indígenas americanas, influenciando gramáticos missionários que procuravam adaptar categorias latinas à análise dessas línguas, entre eles José de Anchieta (Ascencio; Gonçalves, 2015, p. 67).

ausentes no tupinambá, sem apresentar explicações extensas sobre os sons do português. Segundo os autores, isso sugere que o leitor presumido já conhecia a gramática portuguesa. Em contraste, a gramática de Luís Figueira, produzida no século XVII, apresenta explicações mais desenvolvidas sobre os sons portugueses e tupinambás. Pode-se pensar, então, que a proximidade temporal entre Anchieta e João de Barros permitia maior economia descritiva.

José González-Luis (1992) procura demonstrar a influência das gramáticas latinas e ibéricas a partir da própria formação intelectual de Anchieta. O autor recorda seus anos no Real Colégio das Artes de Coimbra, onde o jesuíta se destacou nos estudos de latim e poesia. Segundo González-Luis (1992, p. 232), Anchieta era conhecido como “O Canário de Coimbra”. Mais tarde, no Brasil, o jesuíta ministraria aulas de latim e escreveria o poema *De gestis Mendi de Saa*, composto em hexâmetros latinos. Talvez esse percurso explique por que o latim permaneceu como horizonte organizador de seu pensamento linguístico.

Outro ponto mencionado por González-Luis (1992, p. 234) refere-se ao uso constante do latim como língua de tradução. Anchieta frequentemente traduz palavras e frases tupinambás para o latim, o que talvez revele o lugar dessa língua como instrumento metalinguístico no interior das missões jesuíticas. Por exemplo, na página 5v da *Arte*, ele escreve: “Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis”. A expressão “in principio, medio dictionis” significa que, na língua tupinambá descrita por Anchieta, a letra “ç” é usada no lugar do “s” no início ou no meio das palavras. O autor recorda, ainda, que Nebrija e João de Barros construíram suas descrições das línguas vernáculas com base em categorias latinas. Assim, Anchieta parece inserir-se em tradição já consolidada entre gramáticos ibéricos do século XVI.

Com base no estudo desenvolvido por Kaltner e Santos (2023), é possível estabelecer uma comparação entre o conceito de letra nos gramáticos latinos, em João de Barros e em José de Anchieta. Essa aproximação permite perceber não apenas diferenças no emprego do termo, mas também modos distintos de inserção na tradição gramatical. Nesse sentido, os autores relacionam essas descrições ao processo de gramatização discutido por Sylvain Auroux (1992), E. F. K. Koerner (2014) e Pierre Swiggers (2013).

Segundo Kaltner e Santos (2023, p. 33), a base conceitual dessas descrições parece remontar ao conceito latino de *litera*, sobretudo tal como formulado por Prisciano. O gramático define a letra como “*pars minima vocis compositae*”, isto é, “parte mínima da voz composta”, atribuindo-lhe três propriedades: “nome, figura e potestas” (Kaltner; Santos, 2023, p. 33). Diante disso, é possível afirmar que essa definição atravessa parte da tradição gramatical ocidental e chega ao Renascimento como modelo para a descrição das línguas vernáculas e, mais tarde, das línguas ameríndias.

No caso de João de Barros, Kaltner e Santos (2023, p. 40) observam que há uma retomada dessa tradição latina. Barros define “letra” nos seguintes termos:

Letera (segundo os grammaticos) é a mais pequena páte de qualqué diçam que se póde escreuer: a que os latinos chamaram nóta, e os grégos carater, per cuja ualia e poder formamos as paláuras. E a esta formaçam chamã elles primeiros elementos da linguágem: ca bem como do aiuntamento dos quáto elementos se compõem todalas cousas: assy do aiuntamento das leteras hũas com as outras per ordem natural, se entende cada hum em sua linguágem, pola ualia que pos no seu, A, b, c. Donde as leteras ueéram ter estas tres cousas, Nome, figura, poder. Nome, por que á primeira chamam, A, a segunda, Be, a terceira, Ce, figura, por que se escreúem desta maneira. A, b, c. Poder, pola ualia que cada hũa tem, por que quando achamos esta letera A, ia sabemos que tem a sua ualia (Barros, 1540, p. 5).

Pode-se perceber, então, que João de Barros preserva categorias da tradição latina sem mencionar diretamente autores antigos. Ainda assim, os conceitos de “nome”, “figura” e “poder” permanecem presentes. Kaltner e Santos (2023, p. 44) sugerem que essa permanência contribui para a continuidade da tradição gramatical no contexto ibérico. O gramático português também distingue letras “em poder” e letras “em figura”, o que talvez indique preocupação com a relação entre escrita e som.

Fernão de Oliveira³⁸, embora também ligado à tradição latina, parece formular um entendimento distinto acerca da letra. Conforme citado por Kaltner e Santos (2023, p. 45), Oliveira define a letra como “figura de voz”. Talvez essa expressão permita compreender a letra ao mesmo tempo como representação gráfica e como marca da voz. Diferentemente de João de Barros, sua reflexão parece deslocar-se menos para a normatização e mais para uma discussão sobre o funcionamento da linguagem.

³⁸ Fernão de Oliveira (c. 1507–1581) foi um gramático, cronista e humanista português ligado ao contexto do Renascimento ibérico. É autor da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada em 1536, considerada a primeira gramática da língua portuguesa impressa. Conforme Kaltner e Santos (2023, p. 42) diferentemente de João de Barros, cuja obra apresenta maior aproximação com a tradição normativa latina, Fernão de Oliveira parece desenvolver uma reflexão voltada ao funcionamento da língua portuguesa em uso.

Na *Gramática* de José de Anchieta, a noção de letra se aproxima mais da perspectiva de Fernão de Oliveira do que daquela encontrada em João de Barros. Como observam Kaltner e Santos (2023, p. 43), Anchieta “não descreve o conceito de letra, mas adapta o sistema latino-português para a descrição da língua indígena”. Em vez de apresentar definição abstrata da letra, como faz João de Barros, o jesuíta parece concentrar-se na relação entre som e escrita a partir do contraste entre português e tupinambá.

Seu primeiro movimento, assim, consiste em registrar ausências fonéticas: “NESTA lingoa do Brasil não ha f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida, vtcrā, pra, &c.” (Anchieta, 1595, p. 1v). Em seguida, na mesma página, descreve adaptações gráficas: “Em lugar do s. in principio, ou medio dictionis serue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ”. Quiçá isso indique que Anchieta não busca definir o que é letra em termos gerais, mas mostrar como determinados grafemas portugueses precisariam ser ajustados para representar sons da língua indígena.

Kaltner e Santos (2023, p. 43) afirmam que, dos atributos clássicos da letra, “nome, figura e potestas”, o mais importante para Anchieta parece ser justamente a *potestas*, isto é, o valor fonético. O jesuíta registra fenômenos inexistentes em português, como “mb. nd. ng. vt Aimombôr, Aimondô, Aimeêng” (Anchieta, 1595, f. 1v), além do chamado “i áspero”: “Apâbine, Acêmine, Apênine, Aiùrine”. cremos que é nesse ponto que Anchieta se aproxime mais de Fernão de Oliveira, cuja definição de letra como “figura de voz” desloca a atenção para a relação entre escrita e som.

Nesse panorama, o missionário parece operar de forma semelhante ao descrever nasalizações, encontros consonantais e variações de pronúncia sem construir definição metalinguística extensa. Pode-se dizer que sua gramática trabalha menos com a genealogia das letras, como em João de Barros e Antonio de Nebrija, e mais com problemas de transcrição fonética da língua tupinambá.

Parte-se, então, à questão da fonologia em João de Barros e José de Anchieta. Talvez um dos primeiros pontos de aproximação entre os dois autores esteja na relação entre grafia e pronúncia. João de Barros (1540, p. 6) afirma: “A primeira e principal régra na nóssa orthografia, é escreuer totalas dições com tantas leteras com quantas as pronunçiamos, sem poér consoantes oçiosas”. Anchieta (1595, f. 5r), por sua vez, escreve: “Ca, Co, Cu, pronũciãofe fem zeura, como no Portugues, Ce, Ci, hão de fe pronunciar, como que tiuefem zeura como no Portugues”. Nessa estrutura, pode-se

perceber que Anchieta parece tomar o português como ponto de comparação para descrever o funcionamento fonético do tupinambá. Em ambos os casos, a escrita talvez seja concebida a partir de sua relação com a pronúncia.

A divisão entre vogais, consoantes e combinações vocálicas também talvez aproxime os dois gramáticos. João de Barros (1540, p. 5) escreve: “Estas vinte e seis letras se pártem em uogáes e consoantes: as vogais são á, é, i, ó, u (...) Chamanse ditongos destas duas dições gregas”. Já Anchieta (1595, f. 5r) afirma: “Oa, Oe, femprefão monofyllabos... Excipe coema, moéma, que fão trifyllabos...”. Nesse contexto, talvez se possa notar que Anchieta retoma categorias já presentes na tradição ibérica para descrever encontros vocálicos do tupinambá. Contudo, enquanto João de Barros procura organizar o sistema fonético do português, Anchieta parece concentrar-se nas particularidades fonológicas da língua indígena, sobretudo na duração silábica e no comportamento das sequências vocálicas.

Outro ponto de aproximação está na atenção dada às consoantes e às alterações fonéticas no interior das palavras. João de Barros (1540, p. 6) afirma: “As leteras dobrádas seruem em meo da diçám e não no princípio ou fim della...”, enquanto Anchieta (1595, f. 5v) escreve: “B. P. in medio, vel fine dictionis, quafi femprefe muda em, m. ou, mb...”. Em ambos os autores, percebe-se uma preocupação com a posição das consoantes e com as transformações sonoras produzidas no interior da palavra. Ainda assim, Anchieta parece deslocar essa discussão para fenômenos ligados à nasalização e aos agrupamentos consonantais do tupinambá, que não encontram equivalência direta no português.

A descrição das vogais constitui outro espaço de diálogo entre os dois autores. João de Barros (1540, p. 6) afirma: “Os latinos... têm sómente estas cinco vogais (...) nós temos oito diferenciamos grandes e pequenas”. Anchieta (1595, f. 5v) escreve: “Conforme a ehta orthographia onde quer ã fe achar i. vel ypfilon in principio dictionis vt ijra, ijára”. Diante do exposto, percebe-se que o missionário parece herdar da tradição latina e ibérica a preocupação com os valores fonéticos das vogais e com suas variações de pronúncia. Entretanto, enquanto João de Barros discute diferenças quantitativas e fonéticas do português, Anchieta se volta para sons específicos do tupinambá e para modos de representá-los graficamente por meio do alfabeto latino-português.

Além disso, pode-se perceber certa proximidade terminológica. João de Barros (1540, p. 8) escreve: “Cõma, é vocábulo grego, a que podemos chamár cortadura: por que aly se córt a clausula”, enquanto Anchieta (1595, f. 6r) afirma: “Que, pronunciafe, ou monofyllabo conforme aos fimples de que fe compoem”. Ainda que Anchieta trate sobretudo de pronúncia e não de pontuação, pode-se notar a permanência de categorias herdadas da tradição greco-latina. Desse modo, ambos parecem recorrer à terminologia técnica oriunda da *Ars grammaticae* para organizar a descrição linguística.

Em nossa concepção, é possível que a influência de João de Barros sobre Anchieta se torne perceptível na manutenção de convenções gráficas portuguesas. João de Barros (1540, p. 7) afirma: “Nós e os latinos usamos letras do alfabeto para numerar, mas com adaptações próprias”. Anchieta (1595, f. 5r) escreve: “Os mais hão fe de efcreuer com que, qui: & pronunciar fem fazer cafo do v. liquido, como no Portugues, quedo, quita”. Nesse ponto, Anchieta parece utilizar o português como modelo de comparação para orientar a representação gráfica do tupinambá. Pode-se dizer que sua descrição fonológica se constrói por contraste entre os dois sistemas, preservando convenções ortográficas ibéricas ao mesmo tempo em que adapta essas convenções às exigências fonéticas da língua indígena.

Além do exposto, João de Barros (1540, p. 65) adota a concepção clássica de gramática, inspirada em Donato e Prisciano, ao definir o nome como “aquela parte da oração que se declina por casos”, reforçando a centralidade dos acidentes como gênero, número, caso, figura, espécie e qualidade. Anchieta (1595, f. 8v), por sua vez, ao descrever a língua tupinambá, se vê obrigado a reconhecer a ausência de categorias como os casos latinos, limitando-se a indicar variações fonéticas no vocativo e no plural. Isso demonstra como Anchieta parte do mesmo modelo, mas o ajusta ao sistema linguístico ameríndio.

Enquanto João de Barros (1540, p. 65) distingue cuidadosamente nomes próprios e comuns, substantivos e adjetivos, derivados e primitivos, Anchieta (1595, f. 8v e seguintes) aplica apenas parte dessas categorias, priorizando as distinções relevantes para o tupinambá. Por exemplo, Anchieta não se detém na questão do gênero, ausente na língua descrita, e dedica maior atenção à composição de nomes, elemento central na estruturação lexical do tupinambá, revelando um deslocamento metodológico necessário para a compreensão da língua.

Outra diferença marcante entre João de Barros e Anchieta é a concepção de número. Barros (1540, p. 66)³⁹ descreve minuciosamente a distinção entre singular e plural, bem como as irregularidades dos nomes portugueses, enquanto Anchieta observa que o plural no tupinambá pode ser inferido pelo contexto ou por termos indicadores de coletividade, como “cetâ” (“muitos”): “O plural fe entende pello que fe trata, ou tambem acrecentandolhe algũs nomes, que ſignificão multidão, como, todos, tantos, quantos, muitos, &c” (Anchieta, 1595, f. 8v). Essa variação tipológica mostra como a gramática missionária precisou relativizar conceitos universais da tradição latina.

A definição de pronome em João de Barros (1540, p. 15) revela a permanência da tradição latina na descrição da língua portuguesa: “Pronome, é hũa páрте da óráçám que se põem em lugar do próprio nome”. A formulação estabelece a relação entre pronome e substituição do nome. José de Anchieta (1595, f. 16v), ao tratar dos pronomes do tupinambá, parece partir de lógica semelhante ao afirmar que “os pronomes têm alguns casos, Nominativo yxê, Ego”. Em ambos os autores, a descrição inicia pela relação funcional entre nome e pronome.

Em João de Barros (1540, p. 15), os pronomes dividem-se em primitivos e derivados. O gramático menciona formas como “eu, tu, sy, este, esse, elle” e “meu, teu, seu, nosso, vosso”, associando estas últimas aos genitivos latinos. Anchieta (1595, f. 16v) parece conservar parte dessa organização ao distinguir pronomes substantivos, como yxê (“eu”), endê (“tu”) e peê (vós), de formas possessivas, como “xèjára, meus dominus; ndèjára, tuus; pèjára, vester”. Pode-se perceber aqui uma aproximação metodológica entre os dois autores. Ainda assim, Anchieta parece menos interessado em definir categorias abstratas e mais voltado para o funcionamento concreto das formas tupinambás. Essa orientação pode ser observada no modo como sua gramática não apresenta uma definição teórica do conceito de letra, mas aplica esse conceito diretamente à descrição da língua indígena, adaptando o sistema de escrita latino-português às especificidades do tupinambá (Kaltner; Santos, 2023, p. 43).

O emprego do latim constitui um dos pontos centrais da descrição anchietana. O missionário não traduz apenas “xèjára” por “meu senhor”, mas utiliza a forma latina “meus dominus”. O mesmo ocorre em “ndèjára, tuus” e “pèjára, vester”. Pode-se pensar que o latim funcione aqui como instrumento de mediação gramatical. O leitor for-

³⁹ “Numero ã o nome (...) apar-tamos hum de muitos (...)”.

mado na tradição latina talvez reconhecesse imediatamente a relação entre possessivo e substantivo e, a partir disso, compreendesse o funcionamento da forma tupinambá.

Esse procedimento revela também diferença entre João de Barros e Anchieta. Barros organiza sua gramática a partir de definições conceituais sobre a língua portuguesa. Anchieta, em contraste, parece construir sua descrição por meio de alinhamentos comparativos entre formas tupinambás e equivalências latinas. Assim, ao apresentar “xèjára / meus dominus”, “ndèjára / tuus” e “pèjára / vester”, o jesuíta parece conduzir o leitor do sistema conhecido ao sistema indígena. Isso explica a presença reduzida de definições metalinguísticas abstratas em sua obra⁴⁰.

Outro ponto de contato entre os dois autores aparece na questão da pessoa gramatical. João de Barros (1540, p. 17) afirma que “as pessoas sam tres: eu, primeira; tu, segunda; elle, terceira”. Anchieta (1595, f. 16v) preserva essa estrutura ao registrar “yxê, ego; endê, tu; acê, ele”. Contudo, Anchieta também descreve formas como “orê” e “yandê”, que distinguem plural inclusivo e exclusivo, distinção ausente no português e no latim. Nesse ponto, a estrutura herdada de João de Barros parece ser mantida, mas aplicada a categorias próprias do tupinambá.

Acreditamos que, ao longo deste percurso, tenha sido possível perceber que a gramática de José de Anchieta se insere em uma rede de continuidades e deslocamentos em relação à tradição ibérica representada por João de Barros, Antonio de Nebrija e Fernão de Oliveira. Anchieta parece preservar categorias, metatermos e formas de organização herdadas da *Ars grammaticae* latina e das gramáticas vernáculas do século XVI, como “nome”, “pronome”, “verbo”, “caso”, “número” e “pessoa”.

Contudo, sua descrição do tupinambá possivelmente o obrigue a deslocar essas categorias para um sistema linguístico que não corresponda ao modelo flexional do latim ou do português. Assim, em vez de apenas reproduzir o aparato conceitual ibérico, Anchieta parece reorganizá-lo diante de fenômenos ligados à nasalização, à composição verbal, à ausência de gênero e de casos flexionais, ao plural contextual e à centralidade do verbo. Nesse sentido, sua gramática pode ser compreendida como ponto de encontro entre a tradição gramatical europeia e a necessidade de descrição das línguas ameríndias no contexto missionário do século XVI.

⁴⁰ Não esqueçamos do que diz o próprio Anchieta (1595, f. 2v): “o vso de diuersas partes do Brasil será o melhor mestre”.

Essas aproximações entre Anchieta, Donato e Agostinho talvez permitam compreender a *Arte da gramática* como resultado de um processo de mescla cultural e linguística. As categorias da tradição latina não são apenas reproduzidas, mas reorganizadas diante das especificidades do tupinambá. Nesse sentido, a gramática anchietana parece constituir um objeto híbrido, produzido no contato entre o humanismo europeu, a catequese jesuítica e a realidade linguística ameríndia.

Acreditamos que esse processo culmina naquilo que se pode chamar de tradução intercultural. Anchieta não traduz apenas palavras, mas procura estabelecer mediações entre sistemas culturais distintos.

6 CONCLUSÃO

Ao longo desta tese, buscamos analisar a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), de José de Anchieta, a partir de uma perspectiva historiográfica que permitisse compreender a constituição de seu pensamento linguístico no interior do projeto pedagógico jesuítico e das tradições gramaticais latinas e humanistas.

Desde a introdução, partimos da hipótese de que a gramática anchietana revela um empreendimento que resulta não somente em uma descrição linguística, a partir de um modelo teórico gramatical herdado dos antigos, mas demonstra também questões próprias de sua época, caracterizando-se como um instrumento ligado ao processo colonial pelas práticas missionárias da Companhia de Jesus e pelas formas de organização do saber linguístico herdadas da tradição europeia. Nesse sentido, procuramos explicitar que a descrição do tupinambá realizada por Anchieta constitui um exercício de tradução intercultural e, ao mesmo tempo, um procedimento de gramatização que se insere na longa tradição da gramaticografia ocidental.

No desenvolvimento da pesquisa, procuramos reconstruir o contexto histórico e intelectual da produção da obra anchietana, recuperando o chamado “clima de opinião” do século XVI, conforme propõe Koerner (2014), o que se deu no último anterior. A análise do contexto permitiu concluir que a *Gramática* de Anchieta está profundamente vinculada ao Renascimento linguístico europeu, às práticas pedagógicas jesuíticas e à circulação das gramáticas latinas e vernáculas em Portugal.

A presença de categorias como nome, verbo, pronome, conjugação e construção sintática evidencia que Anchieta descreve o tupinambá a partir de instrumentos conceituais oriundos da gramática latina. Dessa maneira, foi possível concluir que a obra anchietana participa do amplo movimento de gramatização das línguas do mundo descrito por Auroux (1992), no qual as línguas passam a ser instrumentalizadas mediante a elaboração de gramáticas e dicionários.

Assim, a partir de noções da Historiografia Linguística, descrevemos e analisamos como José de Anchieta empreende a gramatização do tupinambá a partir de fontes latinas e humanistas, relacionando esse processo ao projeto pedagógico jesuítico e à tradução intercultural da descrição linguística no contexto do Brasil quinhentista. A aplicação dos princípios metodológicos da Historiografia Linguística, sobretudo dos

princípios da contextualização, da imanência e da adequação histórica, mostrou-se fundamental para evitar leituras anacrônicas da obra.

O primeiro objetivo específico da pesquisa consistia em descrever as categorias gramaticais mobilizadas por Anchieta na descrição do tupinambá, considerando o tratamento das diferentes classes de palavras, suas funções, posições e articulações. Consideramos que esse objetivo foi alcançado à medida que percorremos sistematicamente os capítulos da *Arte*, analisando a forma como Anchieta organiza os elementos linguísticos da língua descrita. Observou-se que a disposição dos capítulos, iniciando pelas letras, pela ortografia e pela acentuação, segue um modelo já consolidado na tradição gramatical latina e humanista.

A análise das categorias de nome, pronome, verbo, preposição e composição verbal permitiu perceber que Anchieta procura estabelecer equivalências entre o tupinambá e o latim, ainda que frequentemente encontre dificuldades para adaptar certas estruturas da língua indígena às categorias europeias. Concluiu-se, portanto, que a descrição anchietana oscila entre a tentativa de preservar elementos do funcionamento do tupinambá e a necessidade de enquadrá-lo em uma lógica gramatical herdada da tradição ocidental.

O segundo objetivo específico propunha analisar a organização e o encadeamento dos elementos descritos por Anchieta, observando os efeitos de sentido decorrentes dessas descrições e sua relação com o ensino da língua no contexto da produção da obra. Ao longo da tese, demonstrou-se que a gramática anchietana possui forte dimensão pedagógica e instrumental. A obra não foi produzida apenas como exercício intelectual ou reflexão abstrata sobre a linguagem, mas como ferramenta prática destinada à formação de missionários e à aprendizagem do tupinambá pelos jesuítas.

A análise das construções verbais, das explicações morfológicas e dos exemplos utilizados por Anchieta indicou que sua preocupação está diretamente ligada ao uso efetivo da língua em situações de catequese, confissão e pregação. Nesse sentido, a pesquisa permitiu concluir que existe, na gramática anchietana, uma dimensão pragmática importante, ainda que limitada pela forte influência da tradição clássica. Assim, Anchieta parece oscilar entre uma descrição fundada na observação dos usos da língua e a necessidade de adaptar esses usos aos paradigmas da gramática latina.

O terceiro objetivo específico consistia em investigar a presença e o funcionamento de categorias provenientes da tradição gramatical latina e humanista na *Arte de gramática*. A pesquisa demonstrou de forma consistente a permanência dessas tradições na organização da obra. Os paralelos estabelecidos entre Anchieta, João de Barros e Nebrija permitiram observar semelhanças estruturais importantes, tanto na ordem dos capítulos quanto no modo de definição das categorias linguísticas. A influência da tradição latina também se evidencia na utilização de metatermos gramaticais, no sistema de casos empregado para explicar os pronomes e na própria concepção de que a língua pode ser organizada em classes de palavras e em estruturas sintáticas.

A investigação mostrou, portanto, que Anchieta não descreve o tupinambá a partir de categorias produzidas internamente pela própria língua indígena, mas mediante um aparato conceitual europeu que funciona como instrumento de mediação e tradução. Isso permitiu concluir que a gramática anchietana representa uma forma de transposição teórica e cultural.

O quarto objetivo específico buscava analisar as relações entre a gramática de Anchieta e suas fontes latinas e ibéricas, identificando procedimentos de aproximação, adaptação e deslocamento. A análise comparativa permitiu demonstrar que Anchieta não apenas reproduz mecanicamente os modelos europeus, mas também realiza adaptações em função das particularidades do tupinambá. Em vários momentos, a língua descrita parece resistir às categorias latinas, obrigando o jesuíta a promover deslocamentos conceituais e ajustes explicativos. Essa tensão entre continuidade e adaptação talvez constitua um dos aspectos mais significativos da obra anchietana.

Nesse processo, a gramática parece situar-se entre dois movimentos simultâneos: de um lado, a manutenção da tradição gramatical europeia; de outro, a necessidade de lidar com uma língua cuja estrutura não se encaixa integralmente nos paradigmas herdados do latim. Desse modo, conclui-se que a *Arte de gramática* constitui um espaço de negociação entre sistemas linguísticos e culturais distintos, o que se coaduna ao conceito de hibridismo cultural de Canclini (2006).

Ao longo da tese, também procuramos demonstrar que a gramática de Anchieta não pode ser dissociada do contexto colonial em que foi produzida, uma vez que a descrição da língua tupinambá participa de um projeto mais amplo de dominação cul-

tural e religiosa. Nesse sentido, a gramatização da língua indígena deve ser compreendida como parte das estratégias de catequese e de controle simbólico desenvolvidas pelos jesuítas no Brasil do século XVI.

Por outro lado, a pesquisa também permitiu perceber que o contato entre culturas não se reduz a uma relação unilateral. Ainda que a gramática anchietana seja marcada pelo eurocentrismo, ela também preserva aspectos importantes do funcionamento do tupinambá e constitui hoje um dos principais registros históricos dessa língua. Assim, a obra revela uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que participa do projeto colonial português, ela contribui para a preservação documental de elementos linguísticos e culturais dos povos indígenas da costa brasileira.

Por fim, entendemos que esta pesquisa não encerra as possibilidades de investigação acerca da obra de José de Anchieta. Ao contrário, ela aponta para novos caminhos de análise. Estudos futuros poderão aprofundar questões relacionadas à pragmática da descrição anchietana, às relações entre oralidade (talvez se possa rastrear indícios da oralidade tupinambá nos registros anchietanos para se reconstruir parte dela) e escrita no processo de gramatização do tupinambá, bem como às aproximações entre a gramática de Anchieta e outras gramáticas missionárias produzidas na América colonial.

Esperamos, assim, que esta tese possa contribuir para o fortalecimento dos estudos sobre a história das ideias linguísticas no Brasil e para a compreensão crítica das relações entre linguagem, ensino e colonização, reconhecendo a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* como um documento central para a história cultural e linguística do período colonial brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. A descrição das línguas “exóticas” e a tarefa de escrever a história da linguística. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 209-230, 2012.
- ALVES FILHO, Paulo Edson. As traduções de José de Anchieta para o tupi no Brasil colonial. **TradTerm**, São Paulo, n. 17, p. 11-30, 2010.
- ALVES FILHO, Paulo Edson. **Tradução e sincretismo nas obras de José de Anchieta**. 2007. 205 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- ANCHIETA, José de. **Cartas**: informações, fragmentos, históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta. Biblioteca de Cultura Nacional. Coleção Afrânio Peixoto. 1933. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obras-ras/or84081/or84081.pdf. Acesso em: 24 maio 2026.
- ANZOLIN, A. S. **O Diabo e a Ira Divina na obra do Pe. José de Anchieta**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ASENCIO, J.; GONÇALVES, M. F. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. **Revista Confluência**, v. 49, p. 68-118, 2015.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rorigiu[m], Typographum, 1540. 60 f. Disponível em: <https://purl.pt/12148>. Acesso em: 16 out. 2024.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil colonial. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada** [online], v. 21, n. 1, p. 121-147, 2005.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Trad. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Prefácio de Albertina Cunha. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.

CHALHUB, Samira. **A Metalinguagem**. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, C. J. A racionalidade jesuítica na educação dos índios brasileiros (século 16). **Em aberto**, v. 21, n. 78, p. 93-107, 2007.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil colonial (1549-1759). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, p. 29-44, 2005.

DEZOTTI, Lucas Consolin. **Arte menor e Arte maior de Donato**: tradução, anotação e estudo introdutório. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

EISENBERG, J. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno**: Encontros Culturais, Aventuras Teóricas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FAUSTO, C. Fragmentos de história e cultura tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, p. 381-396, 1992.

FERNANDES, G. A Ars Minor Alcobacense de Donato. REBELO, A. (org.) **O mundo clássico e a universalidade dos seus valores**. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra, 2020.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. Pluralidade linguística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação & Sociedade** [online], v. 25, n. 86, p. 171-195, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000100009>. Acesso em: 3 dez. 2022.

FORTES, F.; MOURA, M. Z. *Ars maior*, Donato: critérios de análise linguística. **Gragoatá**. Niterói, v. 40, p. 25-46, 2016.

FREITAS, Fernando Adão de Sá. **Santo Agostinho entre a gramática e a dialética**: combinação e ordenação das palavras na *Ars breuiata* e no *De dialectica*. 2021. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

FREITAS, F.; FORTES, F. De Virgílio ao apóstolo Paulo: Santo Agostinho e a gramática “cristã”. **Intertexto**, Uberaba, v. 14, n. especial, p. 302-319, 2021.

GONZÁLEZ-LUIS, Franciso. La gramática de la lengua tupí de José de Anchieta y su dependencia de la gramática latina. **Fortunatae**: Revista canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas, ISSN 1131-6810, n. 4, p. 229-244, 1992.

GRAUOVÁ, Šárka. Os mesmos e os outros de José de Anchieta. **Itinerários**, Araraquara, n. 38, p.193-209, jan./jun. 2014.

GUERREIRO, Fernão. **Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão, China, Cataio [...] nos anos de 1600 a 1609 e do processo da conversão e cristandade daquelas partes; tiradas das cartas que os missionários de lá escreveram**. Nova ed. dirigida e prefaciada por Arthur Viegas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930-1942. 3 v.

HANSEN, J. A. A Escrita da Conversão. COSTIGAN, L. (org.) **Diálogos da Conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano**. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

HANSEN, J. D. **Manoel da Nóbrega**. Recife: Joaquim Nabuco, 2010.

HELIAS, P. **Summa super Priscianum**. Reilly (org.). Toronto, 1993.

HERNANDES, P. R. A Companhia de Jesus no século XVI no Brasil. **Revista HistDBR**, n. 40, p. 222-244, 2010.

HOLTZ, L. **Donat et la tradition de l'enseignement grammatical**. Étude sur l'Ars Donati et sa diffusion (IVe -IXe siècle) et édition critique. Paris: CNRS, 1981.

JOANILHO, M. P. S. Auroux e a Constituição de um Saber sobre a Linguagem. **Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 7, p. 243-248, 2004.

KALTNER, Leonardo Ferreira. As ideias linguísticas no discurso De Liberalium Artium Studiis (1548). **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 197-217, 2019a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Construção dos verbos actiuos: uma interpretação historiográfica do pensamento linguístico de José de Anchieta (1595). **Confluência**, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 70, p. 96-115, jan./jun. 2026.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Monumenta Anchietana à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906-2002). **Cadernos de Linguística da Abralin**, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2020a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. **Cadernos do CNLF (Cifefil)**, n. 23, p. 424-439, 2019d.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 26, n. 76, v. 2, p. 717-731, set./dez. 2020.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). **Revista da Abralin**, n. 19, p. 1-25, 2020d.

KALTNER, Leonardo Ferreira. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). **Global Journal of Human-social Science: G Linguistics & Education**, n. 20, p. 37-44, 2020f.

KALTNER, L. F.; CARDOZO, M. Considerações sobre a Gramática de Anchieta: uso de acentos. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: DOI10.25189/2675-4916. Acesso em: 9 jan. 2023.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. Anchieta e a chegada da metalinguagem ao Brasil: uma análise ecolinguística e historiográfica dos conceitos de nome e de verbo na Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). **Soletras**, v. 51, n. 1, 2025.

KALTNER, L.; SANTOS, M. C. O conceito de letra nas *Gramáticas* de Fernão de Oliveira, João de Barros e Anchieta: uma leitura historiográfica. **Fortunatae**, n. 37, p. 29-48, 2023.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despaute-rius: intertextualidades. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 76, p. 750-759, 2020e.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: a língua e o Brasil quinhentista. **Confluência**, v. 57, p. 9-35, 2019b.

KALTNER, L. F.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 75, v. 2 p. 1564-1572, set./dez. 2019c.

KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística**: estudos selecionados. Linguística 11. Centro de Estudos em Letras. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LACOUTURE, J. **Os jesuítas 1**: os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1994.

LEITE, S. **História da companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Tipografia Porto Médico, 1938.

LIMA, E. C. A correspondência jesuítica de José de Anchieta e a missão “evangelizar”. **II Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História da UFG**, set. 2009.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCONDES, Cléria Maria Machado e LIMA, Ana Maria Barba de Lima. Historiografia linguística: princípios concepções. **Revista da Universidade Ibirapuera**. São Paulo, v. 6, p. 52-56, jul/dez. 2013.

MASSIMI, M. Escravidão do corpo e da alma em sermões brasileiros do século XVI ao XVIII. **Estudos Avançados** [online], v. 33, n. 97, p. 193-210, 2019.

MÜLLER, Munniky. Filologia e Linguística: encontros e desencontros. **Soletras**, São Gonçalo: UERJ, Ano X, n. 19, jan./jun. 2010.

NAVARRO, Eduardo. The Translations of the First Texts to Tupi, the Classical Indian Language in Brazil. **Crop**, São Paulo: Humanitas, n. 6, p. 51-73, 2001.

NEBRIJA, E. A. de. **Gramática castellana**. Edição Facsimilar. Madrid: SGEL, 1992.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PO-CHIA HSIA, R. A missão católica e as traduções na China, 1583- 1700. In: Peter Burke e R. Po-chia Hsia. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. Trad. Roger Miole dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.

POMPA, C. **Religião como tradução**: missionários e tupis no Brasil Colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

REIS, C. E. A chegada e o estabelecimento dos jesuítas no Brasil. **Ágora**. Florianópolis, v. 22, n. 4, p. 109-123, 2012.

RIBEIRO, Patrícia Rafaela Otoni. Tradição e Poder: a Gramática de João de Barros. **Muiraquitã**, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 5, n. 1, 2017.

RODRIGUES, A. Descripción del tupinambá en el período colonial: el Arte de José de Anchieta. In: ZIMMERMAN, K. **La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial**. Madrid: Iberoamericana, 1997.

ROSA, M. C. Acerca das duas primeiras investigações missionárias de língua geral. **Ameríndia**, v. 19, n. 20, p. 273-284, 1995.

SANTOS, Almir Grigorio. As cartas de José de Anchieta e a história das ideias linguísticas. **Verbum** (ISSN 2316-3267), v. 10, n. 3, p. 25-41, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/56669/38453>. Acesso em: 3 dez. 2022.

SANTOS, F. L.; SILVA JUNIOR, A. P. Ensinar, educar, criar: dimensões e espaços da ação pedagógica dos jesuítas no Brasil colônia (1549-1686). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 24, 2024.

SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos; KALTNER, Leonardo Ferreira. A influência do Schola Aquitanica no pensamento linguístico de Anchieta e no ensino do vernáculo português no século XVI. **Verbum**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 130-141, maio 2022.

SEVERO, Cristine Görski. **Os jesuítas e as línguas no contexto colonial Brasil-África**. 2018. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SILVA, D. **Descrição fonológica da língua Terena (Aruak)**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2009.

SWIGGERS, P. A dinâmica na/da história da linguística: posições e deslocamentos de “camadas”. **Língua e Linguística**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 1-9, 2020.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Confluência. **Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 44, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Les Pères de ‘Eglise. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistiques: Le développement de la grammaire occidentale**. Paris: Mardaga, p. 76-81, 1992.

TANAKA, M. N.; BRANIGAN, H.; PICKERING, M. J. The production of head-initial and head-final languages. In: YAMASHITA, Hiroko; CHANG, Franklin; HIROSE, Yuki (org.). **Processing and Producing Head-final Structures**. Dordrecht: Springer, p. 113-127, 2011.

THIELEMANN, Werner. As línguas ameríndias e a *Arte da Gramática*: gramaticografia de Achnieta e Carochi até *Gramática Mexicana* de Wilhem von Humboldt. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 59-92, jan./jun. 2005.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

XAVIER, E. T. Agostinho de Hipona: sua vida, influência e teologia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. FAJE, 2019.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

WRIGHT, J. **Os jesuítas**: missões, mitos e histórias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ANEXO A – Chaves histórico-linguísticas da Gramática de Anchieta

Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil

Pe. José de Anchieta.

Para ler a *Arte*...

A *Arte*... foi impressa em 1595. Apesar de estar redigida em um português bem semelhante ao de hoje em dia, a forma como esse português era representado em um texto impresso pode parecer-nos meio difícil de decifrar hoje. Eis algumas informações para ajudar a leitura:

- Raramente se acentuavam as palavras.
- Ainda se usavam letras duplicadas e grupos como th, ph, etc: **grammatica**, **difficultade**, **theologo**.
- Usava-se muito a letra *ſ*, que se parece muito com um *f*, mas é na verdade uma forma alternativa (longa) da letra *s* minúscula. A forma longa costumava aparecer no início e no meio das palavras, enquanto que a forma curta quase que só se usava no fim, mas podia também ser usada no meio: **Braſil**, **eſtes** (*estes*), **aſſi** (*assim*).
- Não havia diferença entre *u* e *v* na escrita. A letra maiúscula era sempre **V**. A forma *v* se usava no início das palavras, e *u* nas outras posições: **vltima vogal** (*última vogal*), **vſo** (*uso*), **vniuersal** (*universal*), **ouuera** (*houvera*), **serue** (*serve*).
- Não havia diferença entre *i* e *j* na escrita. A letra maiúscula era sempre **I**. Não se faz tanta confusão nas palavras portuguesas, mas sim nas palavras tupis: **jtá** (*itá*), **ytecôbo** (*jitekobo*), **adjectiuo** (*adjetivo*).
- Muitas vezes o *y* tomava o lugar do *i* em ditongos e em outras posições: **foy** (*foi*), **ey** (*hei*), **yxê** (*ixê*).
- Não se usava hífen para separar o pronome do verbo: **deyo** (*dei-o*), **vſaſe** (*usa-se*), **deſejandoo** (*desejando-o*).
- Muitas vezes um *m* ou *n* se substituíam por um til (~): **eſtãdo** (*estando*), **algũa** (*alguma*), **cõiunctiuo** (*conjuntivo*).
- A terminação verbal -am se escrevia -ão: **acabão** (*acabam*), **vſão** (*usam*).
- Como a *Arte*... foi escrita por um padre para ser usada por padres, há muitas expressões em latim: **vt** (*ut = como*), **&c** (*et caetera = etcétera*), **in principio dictionis** (*no princípio da dicção/palavra*), **& ſic in reliquis temporibus vt ſupra** (*e assim nos tempos restantes, como acima*), **maxime** (*principalmente*), **absolute** (*absolutamente*), **ſimpliciter** (*simplesmente*), **in fine** (*no fim*), **vel** (*ou*), **excipe** (*exceto*), etc.
- A cedilha (,) se chamava *zeura*.
- Antes de se citar uma letra ou palavra, escrevia-se uma vírgula: **o qual não he, m. nem, n.** (*o qual não é “m” nem “n”*).

- A letra h se acrescentava em algumas palavras e se retirava em outras: **he** (*é*), **hũa** (*uma*), **auia** (*havia*), **oje** (*hoje*).

E há outros tantos detalhes, que não mencionarei. A título de exemplo, eis a “tradução” do primeiro parágrafo:

Nesta lingoa do Brasil não
ha f. l. s. z. rr. dobrado
nem muta com liquida, vt
cra, pra, &c. Em lugar do
s. in principio, ou medio
dictionis serue, ç. com
zeura, vt Açô, çatâ.

Nesta língua do Brasil não
há f, l, s, z, rr nem (encontro
de consoante) muda com
(consoante) líquida,
como cra, pra, etc. Em lugar
do s no início ou no meio da
palavra, serve ç, como açô [a-
só], çatá [s-atá].

Fonte: <http://www.etnolinguistica.org/arte>

ESTADO DA ARTE:

Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/tupi-guarani-nossa-lingua-brasileira.phtml>